

DIVERSIDADE EM FOCO:
**A Transformação Social
por Meio das Bibliotecas**



Sistema CFB / CRB

Conselho Federal de Biblioteconomia
Conselhos Regionais de Biblioteconomia



DIVERSIDADE EM FOCO:
**A Transformação Social
por Meio das Bibliotecas**



Sistema CFB / CRB
Conselho Federal de Biblioteconomia
Conselhos Regionais de Biblioteconomia

Valéria Aparecida Bari
Aldinar Martins Bottentuit
Daniella Camara Pizarro
Jean Charles Racene dos Santos Martins
Valéria Martin Valls



Diversidade em Foco: A Transformação Social por Meio das Bibliotecas

Sistema CFB/CRB
Conselho Federal de Biblioteconomia
Conselhos Regionais de Biblioteconomia

Organizadores

Valéria Aparecida Bari
Aldinar Martins Bottentuit
Daniella Camara Pizarro
Jean Charles Racene dos Santos Martins
Valéria Martin Valls

Informações Editoriais



30 de Outubro
Brasília/DF - 2025



DIVERSIDADE EM FOCO:
**A Transformação Social
por Meio das Bibliotecas**



Sistema CFB / CRB
Conselho Federal de Biblioteconomia
Conselhos Regionais de Biblioteconomia

Conselho Federal de Biblioteconomia

20ª Gestão



Sistema CFB / CRB
Conselho Federal de Biblioteconomia
Conselhos Regionais de Biblioteconomia

CFB (2025-2028)

Conselheiros

Aldinar Martins Bottentuit – CRB-13/318

Alessandra Atti CRB-8/6568

Aldinar Martins Bottentuit – CRB-13/318

Alessandra Atti CRB-8/6568

Alexsander Borges Ribeiro CRB-10/1932

Andrea Batista de Souza CRB-4/1349

Dalgiza Andrade Oliveira CRB-6/1577

Daniella Camara Pizarro CRB-14/1029

Fábio Lima Cordeiro CRB-1/1763

Hamilton Vieira de Oliveira CRB-2/706

Kelly Castelo Branco da Silva Melo CRB-7/6579

Lucimar Oliveira Carneiro da Silva CRB-5/1239

Maria Marta Sienna CRB-9/759

Orestes Trevisol Neto CRB-14/1530

Rita de Cássia Alencar CRB 3/671

Rosa Zuleide Lima de Brito CRB-15/213

Valéria Aparecida Bari CRB-5/1552

Diretoria

Presidenta: Dalgiza Andrade Oliveira CRB-6/1577

Vice-Presidente: Hamilton Vieira de Oliveira CRB-2/706

Funcionários

Roberto Barros Cardoso – Gerente Executivo

Ailton Moreira da Rocha – Auxiliar Administrativo

Tatiana de Paula Martins – Assistente Administrativa

Willian Soares de Oliveira – Assessor Parlamentar Cláudio Northon

Álvares de Castro – Consultor Jurídico



DIVERSIDADE EM FOCO:
**A Transformação Social
por Meio das Bibliotecas**



Sistema CFB / CRB
Conselho Federal de Biblioteconomia
Conselhos Regionais de Biblioteconomia

Copyright © 2025 – Conselho Federal de Biblioteconomia

Permitida a reprodução sem fins lucrativos

Disponível também no endereço eletrônico: www.cfb.org.br

Tiragem: 200 exemplares

Impresso no Brasil

Preparação dos Originais

Valéria Aparecida Bari

Ida Conceição Andrade de Melo

Capa e Editoração (Design)

Edson Lima Lemos

Produção Editorial

Comissão de Diversidade e Acessibilidade (CDA/CFB)

Dados de Catalogação na Publicação (CIP)

B252d Diversidade em Foco: A transformação social por meio das Bibliotecas. / Valéria Aparecida Bari (org.); Aldinar Martins Bottentuit (org.); Kelly Castelo Branco da Silva Melo (org.); Jean Charles Racene dos Santos Martins (org.); Valéria Martin Valls (org.) . – Brasília/DF: Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB), 2025. 200 p.: il. color.

Publicação resultante do Edital nº 001/2024/CFB: Chamamento de capítulos originais para publicação em e-book sobre diversidade e acessibilidade.

ISBN – e-book: 978-65-01-76552-5

ISBN – livro impresso: 978-65-01-76551-8

1. Biblioteconomia Social. 2. Diversidade cultural e étnica. 3. Inclusão e Acessibilidade. 4. Necessidades Especiais. 5. Empoderamento de gênero. 6. Informação Cooperativa. I. Bari, Valéria Aparecida (org.). II Bottentuit, Aldinar Martins (org.). III Pizarro, Daniella Camara (org.). IV Martins, Jean Charles Racene dos Santos (org.); Valls, Valéria Martin (org.). V. Título.

CDU: 021: 323.1

CDD: 025.5

Ficha elaborada pela Profa. Dra. Valéria Aparecida Bari (CRB-5/SE-1552)

Agradecimento

O Edital número N^o 001/2024/CFB: Chamamento de capítulos originais para publicação em e-book sobre diversidade e acessibilidade, que originou esta publicação, foi o resultado do trabalho de uma importante comissão temporária do CFB. A Comissão de Diversidade e Acessibilidade (CDA), na ocasião da 19^a Gestão, que foi formada pelos conselheiros: Jean Charles Racene dos Santos Martins – CRB11/719 (Coordenador), Valéria Aparecida Bari – CRB 5/1552, Valéria Martin Valls – CRB 8/5243 e Aldinar Martins Bottentuit – CRB-13/318.

A conceituação da publicação e seu processo de chamada de artigos foi prolongado, pois um edital anterior, de mesmo teor, havia sido divulgado pela comissão no ano de 2023. A constatação da CDA, afinal, foi a de que a classe bibliotecária tem muito a dizer, mas a escrita é um processo complexo. Para escrever, ou expressar-se publicamente, a pessoa precisa ter segurança, empoderamento e convicção. Justamente, estávamos abrindo o espaço de fala para os profissionais que lidavam com momentos pessoais muito desafiadores, assim como as tentativas sociais de desconstrução de suas legítimas reivindicações e convicções.

Com a finalidade de publicação, a organização foi assumida pela Comissão de Diversidade e Acessibilidade (CDA), na 20^a Gestão, formada pelas conselheiras: Valéria Aparecida Bari – CRB 5/1552, Aldinar Martins Bottentuit – CRB-13/318, e Daniella Camara Pizarro – CRB14/1029.

A preparação dos originais, assim como o projeto gráfico, o registro e a agenda de lançamentos, que ocorrerão no ano de 2025, serão essenciais à disseminação das preciosas informações e conhecimentos gerados por esta iniciativa.

Ao finalmente publicar este livro, durante o período da 20^a Gestão do CFB, somos muito gratas aos que conceberam esta comissão temporária, em gestões anteriores, assim como aos autores que contribuíram com os capítulos e aos conselheiros que acreditaram no acolhimento, na inclusão, na democratização do acesso, na decolonização, na equidade, no antirracismo e na defesa da dignidade humana, dentro das possibilidades de uma Biblioteconomia Social.

Gratidão! Que tenhamos todos uma ótima e emocionante leitura.

**Conselho Federal de Biblioteconomia
Comissão de Diversidade e Acessibilidade**

É importante que se compreenda que a leitura não tem um significado meramente individual, que se poderia traduzir no prazer de ler por ler. A leitura justifica-se na medida em que assume uma validade social, em que faz parte de todo um projeto de construção da sociedade voltada para o objetivo supremo de assegurar condições de vida compatíveis com a dignidade da pessoa humana. Somente no âmbito de um processo de desenvolvimento em que a valorização integral do ser humano é considerada como objetivo máximo, ao qual tudo mais deve estar subordinado, é que se pode almejar tornar universal e consequente o acesso à leitura.

Antonio Agenor Briquet de Lemos (2015, p. 173)¹.

1. LEMOS, A. A. B. de. **De bibliotecas e biblioteconomias: percursos**. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 2015.

Sumário

Apresentação: A Transformação Social por Meio das Bibliotecas

Dalgiza Andrade Oliveira 15

Prefácio: As Origens e a Importância da Comissão de Diversidade e Acessibilidade no Sistema CFB/CRB necessárias

Marcos Luiz Cavalcanti de Miranda 19

Travestis, Pessoas Trans e Biblioteconomia: Do Estudo do Comportamento Informacional às Práticas Humanistas Necessárias

Melissa Maria da Silva 25

Mediação de Leitura com Temática LGBTQIAPN+ em Bibliotecas Comunitárias: O Projeto RNBC+ Diversa

André Luiz Avelino da Silva 43

& Carlos Wellington Soares Martins 43

O Compromisso Social da Biblioteconomia com a Comunidade LGBTQIAPN+

Taynar Lima dos Santos 71

O Papel das Bibliotecas Públicas para o Acesso à Cidadania de Pessoas LGBTQIAPN+

André Luiz Avelino da Silva 91

& Luis Fernando Vanin 91

A Importância dos Estudos de Gênero Voltados para a Comunidade LGBTQIAPN+ na Ciência da Informação

Abraão Muniz Pinto Junior.....	119
& João Arlindo dos Santos Neto.....	119

Interseccionalidades na Biblioteconomia Brasileira: Gênero e Diversidade nos Séculos XX e XXI

Valéria Aparecida Bari.....	141
& Shirley dos Santos Ferreira.....	141

Gênero-Raça-Classe e a Remuneração da Profissão Bibliotecária

Hugo Avelar Cardoso Pires	179
---------------------------------	-----

O Usuário com Deficiência em Bibliotecas: Realidades, Necessidades e Responsabilidades de Todos e para Todos

Claire Cascaes de Aquino	211
Danielle da Silva Pinheiro.....	211
& Wellichan Fernanda Mussato Vasconcelos.....	211

Quando Não Se Vê, Se Sente: Informação para Todos nas Bibliotecas do Instituto Benjamin Constant

Edilmar Alcantara dos Santos Junior	239
---	-----

A Memória Afetiva Restaurada no Papel: Fotopintura da Infância

Alessandra Borges de Almeida.....	261
Lilian Silva Teixeira.....	261

Apresentação: A Transformação Social por Meio das Bibliotecas

Profa. Dra. Dalgiza Andrade Oliveira

Presidente do Conselho Federal de Biblioteconomia - 20^a Gestão. Professora Associada da Escola de Ciência da Informação (ECI)/Programa de Pós-Graduação em Gestão da Organização e do Conhecimento (PPGGOC) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Doutora em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da UFMG (2011). Mestre em Ciência da Informação (PPGCI/UFMG-2005). Bacharel em Biblioteconomia (Escola de Biblioteconomia/UFMG-1991). Coordenadora da Frente de Trabalho Biblioteca Escolar e Políticas de Leitura do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT)-Educação; Presidente do Conselho Federal de Biblioteconomia - 20 Gestão (2025/2027). Contato: dalgizamg@gmail.com.

A transformação social por meio das bibliotecas, subtítulo desta obra, alude às transformações favorecidas pelo acesso e uso da informação que alcança e desenvolve as pessoas, ao tempo em que contribui para a transformação da sociedade. Não se trata, todavia, de uma transformação apenas na condição de vida, mas de uma transformação mais sutil, sensível, complexa e melhor percebida com o passar dos anos. Trata-se de transformação na mentalidade das pessoas, geradora de uma

nova forma de relação entre elas, baseada em respeito à diversidade como marca de uma nova cultura.

A transformação social e a contribuição para avançar nos padrões de civilidade é uma tradição da Biblioteconomia e do trabalho das bibliotecas. O diferencial desta obra é que aponta para a necessidade de mais atenção ao interesse de grupos tradicionalmente marginalizados, discriminados, esquecidos e por vezes vitimizados pela intolerância e pelo preconceito, este último, seguramente, filho da ignorância por falta de informação, conhecimento e adicionalmente, resultante da desconsideração da simples existência como fator garantidor da dignidade e dos direitos humanos.

A sensibilidade para com os diferentes grupos que se configuram a partir da diversidade de gênero e para com a o segmento das pessoas com deficiência - PCD, oportunizou ao CFB receber e publicar trabalhos que apresentam respostas e caminhos construídos com um aporte conceitual consolidado na formação profissional e na pesquisa em Biblioteconomia como: o comportamento informacional, a mediação da leitura, a perspectiva da inclusão social e a forte conexão entre informação e cidadania.

Nota-se, do exame de um dos trabalhos, que a categoria profissional representada por este CFB, muitas vezes também sofre dos mesmos processos discriminatórios que resultam no não reconhecimento de sua importância para o desenvolvimento social, sendo que esse processo se aprofunda nas situações em que o profissional em questão pertence a um desses grupos discriminados, o que resulta em condições de trabalho impróprias e até mesmo em desigualdade salarial.

O último estudo, oportuniza refletir sobre a conexão da biblioteconomia com um componente fundamental ao pleno desenvolvimento humano que é a memória como elemento fundante da saúde emocional e da própria identidade. Essa responsabilidade sobre preservação da memória, que na perspectiva da Biblioteconomia é social e coletiva, reserva protagonismo profissional à categoria bibliotecária, não apenas na preservação da informação, mas também na disseminação de princípios aprimorados na história humana e facilita renovar cotidianamente o juramento profissional que orienta no sentido da promoção “dignidade da pessoa humana”.

Prefácio: As Origens e a Importância da Comissão de Diversidade e Acessibilidade no Sistema CFB/CRB necessárias

Marcos Luiz Cavalcanti de Miranda

Professor Titular do Departamento de Biblioteconomia e Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO, CRB-7/4166. Contato: mlmiranda@unirio.br.

A Educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e de pesquisa, nos movimentos sociais e nas organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Como dever da família e do Estado, não nos esqueçamos que a educação é inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana e tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

O Conselho Federal de Biblioteconomia, como Autarquia Federal, na função delegada pelo Estado, tem na sua competência ser o órgão regulamentador, consultivo, orientador, disciplinador e supervisor do exercício da

profissão de Bibliotecário no Brasil, tendo como principal finalidade contribuir para o desenvolvimento da Biblioteconomia brasileira, conforme lhe determina a legislação vigente.

A preservação da dignidade humana como um dos pilares da Biblioteconomia brasileira nos permite a severa observância às possibilidades e oportunidades para que no exercício das atividades dos bibliotecários no país e no mundo tenhamos atitudes que propaguem o respeito à pluralidade de pensamento, as idiossincrasias e a liberdade de ser quem quisermos ser com ética, inteligência e toda a completude biopsicossocial.

A Biblioteconomia tem contribuído nos mais diversos setores da sociedade contribuindo para a formação e desenvolvimento de pessoas e a construção da cidadania.

A “Diversidade” pode ser definida como a soma das maneiras pelas quais as pessoas são iguais e diferentes. Quando reconhecemos, valorizamos e abraçamos a diversidade, estamos reconhecendo, valorizando e abraçando a singularidade de cada indivíduo e promovendo a inclusão.

“Inclusão” significa um ambiente no qual todos os indivíduos são tratados de forma justa e respeitosa; são valorizados por suas habilidades, experiências e perspectivas distintas; têm igual acesso a recursos e oportunidades; e podem contribuir plenamente para o sucesso da organização, da instituição, da comunidade e da sociedade.

Neste sentido, no que se refere à acessibilidade podemos contribuir para a transposição das barreiras urbanísticas; arquitetônicas; nos transportes; nas comunicações e na informação; atitudinais; e tecnológicas

que impedem o acesso de pessoas com quaisquer tipos de deficiência ou mobilidade reduzida, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, ao espaço físico, ao transporte, à informação e comunicação, bem como a outros serviços e instalações de uso público, em zonas urbana e rural em quaisquer ambientes de informação.

A Comissão Temporária de Informação e Acessibilidade (CIAB) no Sistema CFB/CRB foi criada na 16ª Gestão (2013-2015) do CFB, sob a presidência da Bibliotecária Regina Céli de Sousa (CRB-8/2385) com o objetivo de realizar estudos que apresentassem diretrizes para a construção ou adaptação de bibliotecas acessíveis. Neste sentido realizou-se um Seminário Nacional, em Porto Alegre (RS), envolvendo profissionais bibliotecários, professores dos Cursos de Bacharelado em Biblioteconomia e acadêmicos de Biblioteconomia em âmbito nacional. O seminário discutiu a elaboração e divulgação da “Campanha em Defesa da Biblioteca Acessível” com a publicação de um documento apresentando diretrizes para a construção ou adaptação de bibliotecas acessíveis.

Na ocasião a CIAB era constituída pelas Conselheiras Federais Francisca Rosaline Leite Mota (CRB-4/1714), Eliane Lourdes da Silva Moro (CRB-10/881) e Raimundo Martins de Lima (CRB-11/039).

Na 17ª Gestão (2016-2018), presidida pelo Prof. Raimundo Martins de Lima, a Comissão Temporária de Acessibilidade era constituída pelos Conselheiros Federais Marcos Luiz Cavalcanti de Miranda (CRB-7/4166) – Coordenador, Aldinar Martins Bottentuit (CRB-13/318) e Telma Socorro Silva Sobrinho (CRB-2/668).

Na 18ª Gestão (2019-2021) presidida pelo Prof. Marcos Luiz Cavalcanti de Miranda, a Comissão Tempo-

rária de Acessibilidade era constituída pelos Conselheiros Federais Cristian José Oliveira Santos Brayner (CRB-1/1812) - Coordenador, Eliane Lourdes da Silva Moro (CRB-10/881), Telma Socorro Silva Sobrinho (CRB2/668), Maria da Glória Serra Pinto de Alencar (CRB-13/267). Na ocasião, a Comissão passou a ser denominada Comissão de Diversidade e Acessibilidade (CDA).

Na 19ª Gestão (2022-2024) presidida pelo Bibliotecário Fábio Lima Cordeiro, a CDA foi constituída pelos Conselheiros Federais Jean Charles Racene dos Santos Martins (CRB-11/719) (coordenador), Valéria Aparecida Bari (CRB-5/1552) e Valéria Martin Valls (CRB-8/5243).

Atualmente, na 20ª Gestão (2025-2027) presidida pela Profª Dalgiza Andrade Oliveira (CRB-6/1577), a Comissão de Diversidade e Acessibilidade é constituída pelos Conselheiros Federais Valéria Aparecida Bari – CRB-5/1552 (coordenadora), Aldinar Martins Bottentuit (CRB-13/318) e Kelly Castelo Branco da Silva Melo (CRB-7/6579).

A questão da acessibilidade às pessoas com deficiência é um tema que vem se desenvolvendo ao longo dos anos em virtude da luta constante desses cidadãos por seus direitos.

O engajamento do movimento das pessoas com deficiência em âmbito nacional e internacional tem influenciado acordos internacionais e a legislação mudando a forma como essas pessoas são vistas por todos.

O conceito de sociedade inclusiva tem conquistado, paulatinamente, a atenção dos cidadãos no intuito de valorizar a diversidade humana e a importância de cada indivíduo para a construção de uma vida comunitária mais justa, garantindo segurança e autonomia às pessoas com deficiência.

Nossa profissão deve ser praticada com respeito à dignidade do ser humano e à ética, à pluralidade de pensamento e à diversidade. Os bibliotecários, as bibliotecas, as tecnologias e a leitura conectam as pessoas, a informação e o conhecimento no mundo, provocando as devidas transformações sociais, culturais, econômicas e educacionais.

Ao respeitar as pessoas independente de sexo, gênero, raça, faixa etária, classe social, profissão, religião, nação, língua e cultura a Biblioteconomia e os bibliotecários promovem a inclusão, o desenvolvimento da cidadania e a bibliodiversidade. Boa leitura!!!

Travestis, Pessoas Trans e Biblioteconomia: do Estudo do Comportamento Informacional às Práticas Humanistas Necessárias

Melissa Maria da Silva

Bibliotecária credenciada pelo CRB-8. Administradora e criadora de conteúdo no canal do YouTube Trava Cultural e do perfil de Instagram que leva o mesmo nome, com publicações voltadas para a Biblioteconomia, Estudos sociais, Estudos Culturais, Literatura e de gênero. Redatora de artigos científicos e palestrante. Bacharela em Biblioteconomia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCCAMP), com área de atuação em estudos de gênero, transexualidade, bibliotecas comunitárias e educação informal, pós-graduada em gestão de bibliotecas escolares (FACUMINAS, 2024). Contato: travacultural@gmail.com .

Introdução

O presente estudo objetiva trazer clareza e nortear a atuação de pessoas bibliotecárias no atendimento às necessidades de pessoas trans e travestis, indo além do comportamento informacional e ao encontro da dignidade da pessoa humana em consonância com o juramento da profissão da pessoa bibliotecária disponível

no repositório do Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB) a saber: “Prometo tudo fazer para preservar o cunho liberal e humanista da profissão de Bibliotecário, fundamentado na liberdade de investigação científica e na dignidade da pessoa humana” (CPF, 1966).

Como em toda área de estudo, e campo de atuação, as pessoas trans e travestis estão ainda despontando, muito em decorrência de uma opressão histórica de que ocupem espaços decisórios e lugares hegemônicos, com muita luta e resistência dos movimentos sociais trans e travestis atuam para mudança dessa realidade, pois para chegarem ao nível superior necessitam do ensino básico, o que inúmeras vezes não acontece devido às transfobias recorrentes que tornam os espaços educacionais lugares de violências em suas mais diversas expressões (simbólica, discursiva, física, psicológica, cognitiva) o que acaba contribuindo para que essas pessoas sejam evadidas do ambiente escolar e conseqüentemente o acadêmico (Silva, 2007; Scote; Garcia, 2020).

Os estudos sobre as pessoas trans e travestis na Biblioteconomia e Ciência da Informação (BCI) são escassos, porém, nos levam a compreender minimamente a realidade de pessoas ditas desviantes da norma heterocisgênera. Pessoas trans são historicamente alijadas da convivência social, poucas têm acesso ao ensino formal e menos ainda ao ensino superior, e no que se refere a ter referências de iguais dentro das áreas acadêmicas, o número diminui drasticamente.

Na Biblioteconomia e Ciência da Informação ao todo temos uma mulher trans atuando no Rio de Janeiro que é Alexia Vitória, Bibliotecária-Documentalista (UNESP, 2005) do Centro Federal de Educação Tecnológi-

ca (CEFET), Campus Angra dos Reis/RJ, com pós-graduação em Gestão de Marketing. Atriz de voz, narradora, locutora publicitária e dubladora, um de seus trabalhos mais recentes foi a dublagem do filme Barbie de 2023 no qual ela dubla a Barbie Médica e Aléxia também participou do programa da Rede Globo “Profissão Repórter” na cobertura de seu processo cirúrgico de intervenção genital.

A travesti Maria Zanela, Bibliotecária (UFSC, 2016); Mestra em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGSS/UFSC, 2018); doutora em Educação (2023), na linha de pesquisa “Sujeitos, Processos Educativos e Docência”, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFSC), atuante na Secretaria de Estado da Educação SED/SC e Melissa Maria, autora deste texto, bibliotecária formada pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC) (2023), pós-graduanda em gestão de bibliotecas escolares pela FacuMinas (2024), com atuação em bibliotecas escolares e de nível técnico, palestrante, que atua com militância em redes sociais e pesquisa de gênero e inclusão na BCI.

O campo de estudos na Biblioteconomia é amplo, porém todos perpassam pela condição humana, usa-se métricas, analisa-se dados, classifica-se, cataloga-se e muitas vezes algumas funções exercidas não tem contato direto com o ser humano, mas sempre o trabalho é com o foco no humano na busca de atender suas demandas informacionais.

A Biblioteconomia vem alçando novos voos e alcançado outros pontos de vista além do hetero cis-gênero e branco no qual a nossa sociedade é pautada, basta olhar os crescentes estudos decoloniais sendo

publicados e o importantíssimo movimento de ocupar espaços e exercer o local de fala, oriundos de movimentos como a Biblioteconomia Social e Biblioteconomia Negra e é dentro deste local de fala que exponho esse pequeno estudo exortando os meus e as minhas pares a olharem com mais humanidade para a temática travesti e transgênero.

Ir além das métricas é essencial quando se lida com seres humanos, os dados e números norteiam o nosso serviço a ser oferecido, mas a humanidade direciona e pauta como exercemos esse serviço. Na seção posterior explica-se toda a metodologia de busca para mapear as produções sobre transexualidade na Biblioteconomia e Ciência da Informação.

Metodologia

As buscas foram feitas na Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI), usando os descritores: *transexualidade, travestis e mulheres trans*. O objetivo é encontrar artigos que abordem as questões da transexualidade na Biblioteconomia e Ciência da Informação com foco específico em mulheres trans e travestis.

As buscas foram delimitadas nesses três descritores pois são o assunto específico de estudo e de interesse, em primeiro lugar travestis, depois transexualidade e especificamente mulheres trans. Não pesquisando as outras sexualidades e orientações de gênero como os homens trans dentro da sigla LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, transexuais, Travestis, Transgeneros, Bissexuais, Quers, Intersexuais, Assexuais, sinal de + referente aos inúmeros gêneros e sexualidades existentes).

Os resultados encontrados mostram a realidade da pesquisa com os descritores mencionados acima no site da BRAPCI, além de mostrar os autores e autoras que se dedicam a essa temática, vale ressaltar que nenhuma das pessoas produtoras de conhecimento são trans ou travestis, mostrando assim que mesmo o assunto sendo minimamente pesquisado, ele não é estudado e publicado por pessoas em seu local de fala, ou seja, travestis e mulheres trans.

Resultados e Discussão

Com a busca pelo descritor “transexualidade” encontrou-se seis artigos, porém, após revisão, apenas um se encaixava no sentido desta pesquisa, o artigo Transexualidade escrito pela comissão editorial da Revista Bibliomar entrevistando a mulher trans e bibliotecária Alexia de Oliveira.

Com o termo “mulheres trans” oito resultados foram recuperados, porém apenas cinco se enquadram no perfil desta pesquisa, que são:

1. Competência em informação das pessoas trans: em busca de narrativas, apresentado em formato de pôster escrito por Guilherme Goulart Righetto e Elizete Vieira Vitorino - trabalho apresentado no XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017.

2. O comportamento informacional e a competência em informação: uma abordagem a partir do contexto das pessoas trans e travestis, escrito por Marta Leandro da Mata e Marcela Aguiar da Silva Nascimento, artigo publicado na Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação - RBBDD, v 17, n 2, 2021.

3. Competência em informação de minorias sociais: narrativas das pessoas trans de Florianópolis, Guilherme Goulart Righetto; Elizete Vieira Vitorino Santa Catarina, 2018 Trabalho em Evento.

4. O papel social do bibliotecário voltado para pessoas trans: aproximações teóricas escrito por Guilherme Goulart Righetto; Miriam Figueiredo Vieira da Cunha e Elizete Vieira Vitorino, artigo publicado na revista Em Questão, v 25, n. 1, 2019.

5. A temática da diversidade sexual na ciência da informação: a perspectiva da responsabilidade social, escrito por Raimundo Nonato Ribeiro dos Santos, Maria das Graças Targino e Isa maria freire, artigo publicado na Revista Brasileira de educação em ciência da informação - Rebecin v.4, n.1, p.114-135, jan./jun. 2017

Com o termo travesti foram recuperados dez artigos e apenas um foi ao encontro do esperado que é **Comportamento informacional de travestis multiplicadoras: a proteção da cidadania através da informação**, escrito por Marcela Aguiar Silva Nascimento e Marta Leandro da Mata, publicado pela na Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação (RBBB), v. 16, n. 2, 2020.

Os resultados indicam que existe sim uma preocupação em como as demandas e necessidades informacionais da população travesti e transexual são identificadas, tratadas e sanadas pela BCI (Mata; Nascimento, 2021; Righetto; Cunha; Vitorino, 2019; Targino; Santos; Freire, 2017).

Referente a competência em informação, podemos interpretá-la de vários modos, olhando a competência para como atender as demandas informacionais de determinado público (Righetto; Vitorino, 2017),

buscando assuntos como retificação de nome e gênero, nome social, cotas trans e etc. Ou as competências em informação que buscam determinado público, para quando apresentar sua necessidade informacional oferecer o melhor auxílio no uso dessa informação. Ambas as questões abordam a competência, mas para se ir além, devemos compreender o público que será atendido, por isso faz urgente a retomada dos estudos do usuário/leitor/cidadão (Cunha, 1982).

Os estudos de comportamento informacional ganharam destaque na década de 1980 (Nascimento; Mata, 2021), nesse mesmo período as travestis travavam sua luta por sobrevivência frente ao *boom* do HIV, Vírus da Imunodeficiência Humana, e ainda eram caçadas e exterminadas pela ditadura militar brasileira na operação conhecida como Tarântula (Silva, 2007; Trevisan, 2018). A questão da transexualidade e travestilidade entrou na pauta governamental pelo viés da saúde pública em janeiro de 2004 com a campanha travesti e respeito promovida pelo programa nacional de IST/Aids do Ministério da Saúde (Silva, 2022; Lima, 2023).

Compreensão da dignidade humana

Entender a realidade de mulheres trans e travestis junto com seu recorte social é de extrema importância, deve-se sempre lembrar que expectativa de vida de uma pessoa trans e travesti é de 35 anos, ou seja metade da expectativa de vida de uma pessoa cisgênero (Benevides; Nogueira, 2019).

Apenas quando se compreende efetivamente esta realidade, pode-se atuar de maneira a preservar a digni-

dade humana do público ao qual a prática profissional é direcionada, no caso das pessoas trans e travestis, já temos artigos importantes abordando e trazendo clareza para o tema, conforme citados na seção de apresentação de resultados.

Devemos nos lembrar o que foi ensinado por Gasque (2010) em seu estudo sobre letramento informacional e é reforçado por Ribeiro e Almeida Júnior (2022), ao nos lembrar que [...] A inter-relação da mediação da informação com a apropriação da informação é quase concomitante[...] (Ribeiro; Almeida Júnior, 2022). Quando fazemos a mediação de determinado assunto também nos apropriamos e compreendemos a realidade da informação e do grupo ao qual ela está atrelada, assim nos apropriamos e nos letramos desta informação e recorte.

Os referenciais teóricos estão disponíveis para nós pessoas bibliotecárias, nos quais devemos interpretá-los e nos apropriar dessas informações para juntas criarmos uma Biblioteconomia mais humana na qual todas as pessoas serão compreendidas e bem tratadas, independente da necessidade informacional que se tenha.

Os estudos decoloniais (Baptista, 2023; Garcez, 2022) que surgem na Biblioteconomia após os anos 2000, tem em seu cerne a condição da interpretação do recorte trans e travesti, em que historicamente essas identidades foram dominadas e suas vidas pautadas e muitas vezes tiradas pela população cisgenero (Silva, 2022).

Ao ousarmos pensar em associar os termos travestis e transexuais com Biblioteconomia e pessoas bi-

bliotecárias, abre-se um espaço no qual historicamente quem dominou foi o homem branco e cisgenero, isso vai totalmente ao encontro dos estudos decoloniais escritos por Baptista em 2023 e Garcez em 2022. Pensar em espaços que não são hegemonicamente cisgêneros é o próximo passo, e isso quem nos exorta é Almeida Júnior em seu livro “Sociedade e Biblioteconomia”, lançado em 1997:

Nós precisamos de uma Biblioteconomia subversiva. Nós precisamos de uma Biblioteconomia guerrilheira, que subverta a ordem das atuais prioridades; que procure, busque, constantemente, os interesses populares, que esteja voltada para os oprimidos. (Almeida Júnior, 1997, p. 92)

Almeida Júnior, em mais de vinte anos de atuação, nos mostra o papel e a função social e como bem exercê-las, cabe a nós continuarmos estudando e acima de tudo colocando em prática o que aprendemos com tão sábios pares da profissão, pois não adianta em nada aprendermos e na oportunidade de uso da informação não a usarmos corretamente.

Segundo Cunha (2003, v. 8, n. 15, p. 45) “devemos colocar explicitamente, aberta e publicamente a aprendizagem recíproca como mediação das relações entre as pessoas disseminando informações”, ou seja quando aprendemos reciprocamente na disseminação da informação, a parte humanista se concretiza e com isso honramos nosso juramento.

Local de fala de pessoas trans e travestis, como agir?

A pessoa bibliotecária em sua atuação ao pensar em diversidade deve saber que não é só abrir a biblioteca para todos, mas também que os trabalhadores precisam ter uma formação mais acolhedora e cidadã, adequando o atendimento ao recorte social e humanidade que determinados públicos necessitam (Baptista, 2023). Partindo do princípio de aprender com quem vivencia e sabe o que fala, faz-se urgente a inclusão de pessoas trans em bibliotecas para contarem suas vivências e necessidades para construir um espaço informacional mais adequado e realmente inclusivo.

Respeitar o local de fala das pessoas trans e travestis é urgente, ainda mais como profissionais bibliotecários, pois já estudamos os meios da produção e distribuição da informação e também estudamos sobre as competências informacionais, então quando uma pessoa trans ou travesti nos corrigir devemos compreender, usar e nos apropriar dessa informação.

Um exemplo mais claro e direto é como nos comportamos quando erramos o gênero da outra pessoa e somos corrigidos, devemos sempre acatar o que o outro informa e afirma sobre si, devemos lembrar que o corpo fala e devemos ser cordiais quando uma pessoa explica de maneira clara como quer ser tratada.

Às vezes na busca de acolher e compreender o outro, também podemos ser invasivos, então devemos evitar a todo custo fazer perguntas que possam causar dor, desconforto e constrangimento em pessoas trans, tais como: *como era seu nome anterior? Você fez cirurgia de redesigna-*

ção genital? São perguntas extremamente indiscretas e que não cabe a nós perguntarmos, às pessoas que frequentam uma biblioteca jamais devem ouvir algo do tipo.

Outras situações que acontecem são falas que podem até parecer elogio mas são muito cruéis, como por exemplo pedir para as pessoas mostrar fotos de antes da sua transição, dizer que a pessoa é tão bonita a ponto de não parecer trans, falar excessivamente sobre cirurgias plásticas ou fazer da pessoa o objeto exótico do lugar. Devemos compreender que quando uma pessoa trans se assume ela quer ser a pessoa daquele momento, então tudo que se refere ao passado antes da transição pode trazer dor e sofrimento, ou seja ir totalmente contra o nosso juramento que diz para preservarmos a dignidade humana de outras pessoas.

No Brasil, devido a enorme falta de pessoas trans e especificamente travestis como publicadoras e escritoras pelo fato do mercado editorial também expressar transfobia, devemos estimular a população trans a ocupar seu local de fala e não silenciá-las, devemos compreendê-las por meio dos mínimos estudos existentes e tentar proporcionar uma vida informacional melhor e mais digna.

Apropriar e usar a informação disponível é urgente, vivemos em um país onde apenas 0,03% da população trans e travesti tem acesso ao nível superior em universidades federais conforme aponta pesquisa do Grupo de Estudos Multidisciplinar da Ação Afirmativa (GEMAA) (Kobilarz, 2023).

Considerações finais

O Brasil é um dos países que contabilizam os óbitos de pessoas trans e travestis por meio da Associação Na-

cional de Travestis e Transexuais (ANTRA), porque oficialmente para o governo nacional ainda somos invisíveis. As pesquisas realizadas pela ANTRA estão disponíveis gratuitamente e sempre no mês de janeiro a associação divulga o dossiê de mortes e como ocorreram essas mortes no ano anterior, além de demais recortes específicos.

A vivência de mulheres trans e travestis no Brasil ainda é associada ao perigo, exclusão, marginalidade e assassinatos, a transfobia e preconceito assassinaram em 2022 130 mulheres trans e travestis segundo a ANTRA (Benevides, 2023). Apenas os dados do geneocídio trans e travesti já é o suficiente para olharmos essas pessoas com mais humanidade, mas após ler esse estudo vocês tem mais aspectos a considerar, incluindo nessa consideração a dignidade humana que podemos ofertar a todas as pessoas.

A informação é para todos, todas e todes então ao mediar as informações usem também de empatia, tentem se imaginar no lugar do outro, como você gostaria de receber uma informação e acima de tudo como você gostaria de ser tratado. Os dados aqui informados comprovam a carência de pessoas trans e especificamente de mulheres trans e travestis na produção científica em Biblioteconomia e Ciência da Informação e mostram também a produção científica sobre essas temáticas.

O campo para pesquisa sobre identidades de gênero, travestilidade, transexualidade e pessoas trans é imenso, embora tenha-se mostrado algumas poucas produções em BCI faz-se urgente que a nova geração de pessoas bibliotecárias trans e travestis ocupem local de fala e produzam sobre si mesmas, mudando assim o status quo atual e subvertendo a

norma hetero cisgênera onde essas identidades são colocadas como abjetas.

Referências

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. de. **Sociedade e Biblioteconomia**. São Paulo: Polis, 1997.

AMORIM, I. S. .; ALVES, U. dos S. . Biblioteconomia e Ciência da Informação: uma perspectiva decolonial. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, n. Especial, 2022. DOI: 10.35699/2237-6658.2022.40490. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/moci/article/view/40490>. Acesso em: 11 fev. 2025.

BAPTISTA, M.M. A decolonialidade no campo da biblioteconomia: a intersecção com a biblioteca universitária. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 28, Dossiê Especial, 2023: Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/#/v/223975>. Acesso em: 11 fev. 2025.

BENEVIDES, B. G.; ANTRA (org.). Dossiê dos assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2022. **ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais)** – Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2023. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2023/01/dossieantra2023.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2025.

BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara Naidler Bonfim (orgs.). **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019**. São Paulo: Expressão Popular, Antra, IBTE, 2020. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2020/01/dossic3aa-dos-assassinatos-e-da-violc3ancia-contra-pessoas-trans-em-2019.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2025.

CUNHA, M. F. V. da. O papel social do bibliotecário. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, [S. l.], v. 8, n. 15, p. 41–46, 2003. DOI: 10.5007/1518-2924.2003v8n15p41. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2003v8n15p41>. Acesso em: 11 fev. 2025.

CUNHA, M. Metodologias para estudo dos usuários de informação científica e tecnológica. **REVISTA ELETRÔNICA DA ABDE**, v. 2, n. 2, p. 50–66, 5 abr. 2020. Disponível em: <https://revista.abdf.org.br/abdf/article/view/90>. Acesso em: 11 fev. 2025.

GARCEZ, D. C. Descolonizando a organização do conhecimento: conceitos, teorias e epistemologias de abya yala. **Ciência da Informação Express**, v. 3, nv 3, 2022. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/#/v/220154>. Acesso em: 11 fev. 2025.

GARCEZ, D. C.; VENDAS, R.; SALES, R. Descolonizando a organização do conhecimento. Tendências da Pesquisa Brasileira em **Ciência da Informação**, v. 14, n.,

2021. Disponível em: <https://brapci.inf.br/#/v/195017>. Acesso em: 11 fev. 2025.

GASQUE, K. C. G. D. Arcabouço conceitual do texto informativo. **Ciência da Informação**, v. 3, 2010. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/#/v/22209> Acesso em: 11 fev. 2025.

GASQUE, K. C. G. D. Competência em Informação: conceitos, características e desafios. **AtoZ: novas práticas em informação e conhecimento**, [S.l.], v. 2, n. 1, p. 5-9, ago. 2013. ISSN 2237-826X. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/atoz/article/view/41315/25246>. Acesso em: 11 fev. 2025.

LIMA, B. No Dia Nacional da Visibilidade Trans, Ministério da Saúde reafirma importância de intensificar ações contra discriminação. **Brasília**: Ministério da Saúde. 29 Jan. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2023/janeiro/no-dia-nacional-da-visibilidade-trans-ministerio-da-saude-reafirma-importancia-de-intensificar-acoes-contradiscriminacao>. Acesso em: 11 fev. 2025.

LIMA, T. . Educação básica e o acesso de transexuais e travestis à educação superior. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, [S. l.], v. 1, n. 77, p. 70-87, 2020. DOI: 10.11606/issn.2316-901X.v1i77p70-87. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/178743>. Acesso em: 11 fev. 2025.

MATA, M. L.; NASCIMENTO, M. A. S. O comportamento informacional e a competência em informação:

uma abordagem a partir do contexto das pessoas trans e travestis*. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 2, 2021.

MENEZES, V. S. de. Da representação à perspectivação de(s)colonial do conhecimento: a ontologia informacional sob a tez ameríndia. **Liinc em Revista**, [S. l.], v. 17, n. 2, p. e5778, 2021. DOI: 10.18617/liinc.v17i2.5778. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/5778>. Acesso em: 11 fev. 2025.

NASCIMENTO, MAS; MATA, ML; NASCIMENTO, MAS Comportamento informacional de travestis multiplicadoras: a proteção da cidadania através da informação. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 16, n., 2020.

OLIVEIRA, A. V. Curriculum Lattes. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/6360689514926870>. Acesso em: 11 fev. 2025.

OLIVEIRA, A. de. TRANSEXUALIDADE. **Revista Bibliomar**, São Luís, v. 16, n. 2, p. 57–59, 2018. Disponível em: <https://periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/bibliomar/article/view/8812>. Acesso em: 9 jan. 2024.

OLIVEIRA, Isabela. Um papo sobre carreira, estilo e IA na dublagem com a dubladora do filme “Barbie”. Disponível em: <https://gizmodo.uol.com.br/um-papo-sobre-carreira-estilo-e-ia-na-dublagem-com-a-dubladora-do-filme-barbie/>. Acesso em: 11 fev. 2025.

RIBEIRO, MA; ALMEIDA JÚNIOR, OF Da mediação a

apropriação da informação: um olhar para o usuário da informação. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 2, 2022.

RIGHETTO, GG; CUNHA, MFV; VITORINO, EV O papel social do bibliotecário voltado às pessoas trans: aproximações teóricas. **Em Questão**, v. 1, 2019.

SCOTE, F. D.; GARCIA, M. R. V. Trans-formando a universidade: um estudo sobre o acesso e a permanência de pessoas Trans no Ensino Superior. **Perspectiva**, v. 38, n. 2, p. 01-25, 2020.

SILVA, F. C. G. da; GARCEZ, D. C.; PIZARRO, D. C. AS ALMAS DO POVO BRANCO: SUPREMACIA RACIAL E BRANQUITUDE NA BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. *Tendências da Pesquisa Brasileira e Ciência da Informação*, v. 16, p. 1-25, 2023. Disponível em: <https://revistas.ancib.org/index.php/tpbci/article/view/636>. Acesso em: 11 fev. 2025.

SILVA, H. R. S. **Travesti**: entre o espelho e a rua. Rio de Janeiro: Rocco, 2007. Fusão das obras “travestis: a invenção do feminino” e “Certas Cariocas”.

SILVA, M. M. da. Currículo Lattes. Disponível em: <https://lattes.cnpq.br/2243439822067668>. Acesso em: 11 fev. 2025.

SILVA, M. M. da. **Infoeducação e transexualidades**: estudos iniciais. Porto Alegre: Livrologia, 2022. (Coleção Viramundo, 01).

TARGINO, M. G.; SANTOS, R. N. M. ; FREIRE, I. M. A temática diversidade sexual na ciência da informação: a perspectiva da responsabilidade social. **Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação**, v. 1, 2017.

TREVISAN, J. S. **Devassos no paraíso**: a homossexualidade n Brasil, da colônia á atualidade. 4 ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

ZANELA, M. Currículo Lattes. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/3903831219751532>. Acesso em: 11 fev. 2025.

Mediação de Leitura com Temática LGBTQIAPN+ em Bibliotecas Comunitárias: O Projeto RNBC+ Diversa

André Luiz Avelino da Silva

Professor Universitário. Doutorando em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PGCIN), na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Mestre em Ciência da Informação (PGCIN-UFSC). Bibliotecário registrado no CRB-14. Formado em Biblioteconomia na Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Competência em Informação (GPCIn/UFSC). Membro do grupo de pesquisa Alaye - Grupo de estudos e pesquisas em informação antirracista e sujeitos informacionais, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Contato: andre_luiz93@live.com , acadproduc@gmail.com.

Carlos Wellington Soares Martins

Bibliotecário efetivo SIBI-UFMA, inscrito no CRB-13. Professor do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGPSI-UFMA). Doutor em Políticas Públicas (UFMA). Sexólogo (INPASEX). Mestre em Desenvolvimento Socioespacial e Regional (UEMA). Especialista em Gestão Pública (UEMA). Graduação em Biblioteconomia pela (UFMA). Coordenador do Observatório de Políticas Públicas LGBTQIA+ do Maranhão.

Membro do Grupo de Estudos Política, Lutas Sociais e Ideologias (GEPOLIS-PPGPP). Contato: carlos.wellington@ufma.br.

Introdução

No contexto brasileiro onde as desigualdades sociais ocorrem em todo o território, há iniciativas que buscam contribuir para a redução dessas. Exemplo disso são as Bibliotecas Comunitárias, estas que surgem a partir de demandas próprias da comunidade em que estão inseridas, no intento de disponibilizar e facilitar o acesso a informações, realizar ações culturais e educativas, contribuir para que as pessoas do seu entorno possam construir seus conhecimentos, dentre outras questões que irão variar de acordo com os contextos em que estão inseridas.

Nessa perspectiva, a mediação da leitura pode ser uma maneira de incentivar o hábito da leitura e despertar o prazer pela mesma, a partir de ações realizadas em bibliotecas, seja por meio da mediação de uma pessoa, por exemplo (Silva; Silva; Lourenço, 2016). Assim, essa atividade também contribui para a disseminação de informações específicas para a quebra de preconceitos acerca de determinados grupos sociais, por meio de literatura especializada.

As pessoas LGBTQIAPN+, foco deste capítulo, é uma minoria social que sofre com as violências fruto de preconceitos no contexto brasileiro, um dos países que mais matam essas pessoas¹.

1. Brasil registra 257 mortes violentas de pessoas LGBTQIA+ em 2023, uma a mais que 2022, e segue como país mais homotransfóbico do mundo. Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2024/01/20/mortes-violentas-de-pessoas-lgbtqia-na-ba-2023.ghtml>. Acesso em: 4 abr. 2024.

Essa realidade leva a vida de dezenas de pessoas vítimas de crimes de ódio em razão da identidade de gênero, orientação sexual e pessoas que não se enquadram no padrão desejado pela sociedade.

A literatura que aborde questões LGBTQIAPN+, sejam acadêmicos ou ficção, podem contribuir para o combate aos preconceitos, trazendo informações sobre essas pessoas, sensibilização, empatia, trabalhando com o descortinamento das vivências dessas pessoas, de modo que as pessoas que terão contato com essa literatura possa ser tocada positivamente.

Portanto, o objetivo deste capítulo é analisar as conexões entre mediação de leitura, e nesse caso específico, de literatura com temática LGBTQIAPN+ em bibliotecas comunitárias que compõem a Rede Nacional de Bibliotecas Comunitárias (RNBC) tendo como parâmetro de investigação a formulação e implementação do projeto RNBC+ Diversa.

Para tanto, além do levantamento e diálogo com a literatura existente sobre o tema, mediação de leitura, literatura LGBTQIAPN+ e bibliotecas comunitárias, acompanhou-se a primeira fase de implementação do projeto in loco nas atividades realizadas na Rede de Bibliotecas Comunitárias “Ilha Literária” em São Luís do Maranhão com realização de entrevistas com as pessoas que coordenam o projeto e com as pessoas mediadoras de leitura que participaram das atividades.

Este texto se divide nessa seção introdutória com apresentação do tema, objetivos e metodologia, seguida por uma seção teórica do debate acerca das bibliotecas comunitárias e em seguida com uma discussão sobre mediação de leitura com temática LGBTQIAPN+ e a se-

ção posterior trazendo a análise da efetivação do projeto e relatos das pessoas participantes.

Bibliotecas comunitárias: breve discussão

As discussões acerca do conceito das bibliotecas comunitárias, sua função, razões para que ela seja fundada e mantida e seus papéis geram críticas tanto para as questões sociais da sociedade como um todo, como para a própria área da Biblioteconomia. Uma vez que uma das razões para a criação de bibliotecas comunitárias ocorrem pela ausência ou ineficiência do alcance da atuação de bibliotecas públicas, mantidas pelo município, estado ou federação (Machado, 2009), desta forma, fazendo com que seja necessário a criação de bibliotecas que não possuem vínculo com o Estado, de maneira a atender as demandas informacionais, culturais e sociais de determinada comunidade.

De acordo com Alves (2020) as bibliotecas comunitárias começam a se expandir a partir da década de 1990, buscando suprir as demandas que as bibliotecas públicas não alcançam, tendo em vista que, há um forte apelo social e cultural, no intuito de contribuir com a justiça social e combater as desigualdades informacionais em regiões mais afastadas.

Machado (2009) aponta algumas particularidades acerca da tipologia das bibliotecas comunitárias, tais como: são criadas a partir de um grupo da comunidade a partir de ação cultural; nesse sentido há um senso de combate a desigualdade social; o processo participativo faz com que seja criado um vínculo com a comuni-

dade; em geral, diferentes das bibliotecas públicas que costumam ser centralizadas no centro da cidade ou proximidades, as bibliotecas comunitárias são afastadas; e por fim, não há vínculo com o Estado, ou seja, são instituições independentes. Para a autora, o conceito de biblioteca comunitária está relacionado a “[...] espaços físicos abertos ao público local, de acesso à informação e às diversas formas de leitura, onde a ação cultural é fortemente implementada.” (Machado, 2009, p. 90).

Acerca de seu papel, Soares *et al.* (2019) ressaltam a importância para o desenvolvimento de incentivo à leitura no contexto brasileiro, assim como o acesso à informação, tendo um papel fundamental para a inclusão social de pessoas que estão inseridas no contexto das comunidades onde as bibliotecas comunitárias estão. Posto isto, percebe-se que as bibliotecas comunitárias possuem um papel de combate às desigualdades sociais, no viés da informação, uma vez que as mesmas buscam auxiliar e dar suporte naquilo onde o Estado não se faz presente ou é insuficiente, fazendo com que as pessoas da comunidade busquem alternativas para que ocorra a inclusão social naquele ambiente.

As bibliotecas comunitárias desde sua criação possuem um caráter social, sua razão de ser está intimamente relacionada à justiça social, combate às desigualdades informacionais, por meio de ações culturais, educacionais e informacionais. Sendo criada e mantida pelo povo, possui autonomia e independência em sua atuação, com regras e normas criadas de acordo com as demandas da própria comunidade.

Soares *et al.* (2019) também afirmam que a biblioteca comunitária contribui para a valorização da comu-

nidade em que está inserida, tendo em vista os desdobramentos que ocorrem neste contexto, onde projetos, ações e serviços informacionais ganham vida pelas mãos da própria comunidade, bem como atividades culturais, desenvolvimento da inclusão à cidadania para a pessoas que estão inseridas nesse local.

Ferreira (2021) defende que as bibliotecas comunitárias têm papel importante para a formação de pessoas leitoras no contexto brasileiro, citando a Biblioteca Comunitária “Chico Parafuso”, na qual realiza diversas atividades artísticos-culturais, como: palestras, teatro de fantoches, desenhos, contação de histórias, oficinas etc. Ressaltando o papel na democratização ao conhecimento, o fomento à leitura, à valorização dos bens culturais locais, buscando contribuir para uma sociedade justa e igualitária.

Quanto a perspectiva focada na justiça social, Salcedo e Alves (2015) argumentam que as bibliotecas comunitárias estão intimamente relacionadas na construção de uma sociedade dentro dos valores dos direitos humanos, pautando-se na emancipação das pessoas e numa educação não formal na qual contribui para o incentivo à leitura e desenvolvimento de cidadãos conscientes sobre seu papel na sociedade.

Nesse sentido, os autores trazem como exemplo a Biblioteca Comunitária Caranguejo Tabaiaras, na qual surge por meio de iniciativa de pessoas da comunidade, com intuito de auxiliar as pesquisas escolares, despertar o interesse pela leitura, facilitando o acesso aos livros, além de buscar estabelecer relações com outras bibliotecas (Salcedo; Alves, 2015).

Posto isto, percebe a relevância das bibliotecas comunitárias nos contextos em que estão inseridas, contri-

buindo para a formação de pessoas leitoras, incentivando e proporcionando o acesso ao livro e leitura, bem como o combate a desigualdade informacional. Essas bibliotecas contribuem para a criação de espaços culturais, sociais, educacionais e informacionais, estabelecendo vínculos afetivos das pessoas daquele contexto com a biblioteca.

Mediação de leitura de literatura LGBTQIAPN+

A mediação de leitura é uma maneira de aproximar as pessoas ao universo da literatura, uma forma de contribuir para a formação de pessoas leitoras, tal como Salcedo e Alves (2015) apontam para o processo de emancipação por meio da leitura, com foco nos direitos humanos, por exemplo, sendo possível pensar na população LGBTQIAPN+, que sofre preconceito e discriminação na sociedade.

Silva, Silva e Lourenço (2016) afirmam que o processo de leitura possibilita que as pessoas construam seus conhecimentos e tenham contato com informações produzidas no mundo. Nessa perspectiva, estes argumentam que a mediação da leitura tem papel de estimular o prazer pela leitura, sendo necessário a presença de uma pessoa mediadora:

Desse feito, mesmo quando formado leitor, torna-se necessário a presença do mediador, pois aprimora o estímulo ao indivíduo; principalmente nos primeiros momentos, a presença do mediador induz confiança ao leitor. Exercer o papel de mediador na

mediação de leitura tem sua importância, porém, não é uma tarefa fácil, mas essa incumbência não se apropria tão somente ao mediador; cabe aos pais, professores e ao bibliotecário comprometerem-se (Silva; Silva; Lourenço, 2016, p. 11).

Assim, a mediação de leitura perpassa as relações sociais, devido às trocas, os compartilhamentos e, conseqüentemente, influências que podem impactar positivamente no gosto pela leitura. Posto isto, desenvolver o hábito de leitura pode ser fomentado a partir de ações e atividades que estejam focadas na mediação de leitura.

Ademais, a aquisição de informações e conhecimentos acerca de determinados conteúdos podem contribuir para que preconceitos sejam desmistificados, bem como o caso de literatura que trate das questões que envolvem a população LGBTQIAPN+. Nesse sentido, a mediação de leitura de literatura sobre essas pessoas pode atuar numa perspectiva inclusiva e de justiça social, pelo viés educacional.

Embora Cortes *et al.* (2017) não traga a mediação da leitura e sim da informação, os autores apontam para a importância e necessidade de trabalhar a informação para o combate a LGBTIfobia², tendo em vista as exclusões sociais e demais violências que as pessoas que não se enquadram no padrão cisheteronormativo³ sofrem.

2. Preconceito, ódio, discriminação, aversão direcionado as pessoas LGBTQIAPN+ (Reis, 2018).

3. Uma norma social na qual as pessoas devem ser/agir como heterossexuais, cisgêneros, num binarismo que exclui outras vivências e possibilidades de existir para além deste padrão (Reis, 2018).

Trazer a mediação da leitura sobre literatura específica sobre essa população tem papel importante no que diz respeito à construção de uma sociedade livre de preconceitos ou na luta pela redução destes. Isto posto, trazer à tona as vivências e experiências que pessoas LGBTQIAPN+ passam na sociedade, sejam as violências verbais, psicológicas, físicas etc., sejam as demais vulnerabilidades sociais, pode contribuir para que as pessoas sejam sensibilizadas sobre essa realidade e somem-se na luta contra as exclusões e desigualdades sociais que estas estão inseridas.

Santos, Targino e Freire (2017) apontam para a responsabilidade social dentro da área da Ciência da Informação sobre a literatura que aborda a diversidade sexual, uma vez que há pouca representatividade sobre essa temática na área. Os autores discutem a importância de trazer esse assunto à tona devido a caracterização da população LGBTQIAPN+ enquanto minoria social que se encontra em vulnerabilidade social.

Nessa perspectiva, Martins (2022) traz a discussão para a Biblioteconomia, na qual busca compreender como as pautas LGBTQIAPN+ são incorporadas (ou não) na área, a partir de pesquisas sobre os temas orientação sexual e identidade de gênero. Assim, o autor argumenta que há uma necessidade em se debater esses temas na área e na sociedade, tendo em vista os estereótipos, os preconceitos e ideologias que atuam para inferiorizar corpos que não estão dentro do padrão esperado, cisheteronormativo, excluindo e marginalizando aqueles que são diferentes.

Assim, percebe que há necessidade de trabalhar os temas que abordam a temática LGBTQIAPN+, seja na

literatura especializada, ou até mesmo em literatura de romances, ficção, crônicas etc., na qual possa ser promovido uma visibilidade e valorização dessas pessoas, buscando reduzir os preconceitos existentes na sociedade.

Rede Nacional de Bibliotecas Comunitárias (RNBC)

Na contramão da centralidade de ações em bibliotecas gestadas pelo poder público estão as bibliotecas comunitárias. Grande parte dos bens culturais (bibliotecas, arquivos, museus, galerias, cinemas) nas cidades localiza-se em seus centros dificultando o acesso às classes menos assistidas economicamente que se localizam nas periferias das cidades, originando um grande gargalo ao acesso à cultura, muitos esforços das próprias comunidades têm surgido para sanar essa lacuna. As bibliotecas comunitárias têm, em sua origem, o esforço empreendido por grupos sociais norteados por uma ideologia em comum, como é o caso das organizações voltadas para o Terceiro Setor, grupos religiosos, associação de moradores e outras formas de agrupamentos sociais.

Segundo Machado (2009, p.91) as bibliotecas comunitárias podem ser concebidas como um:

Projeto social que tem por objetivo, estabelecer-se como entidade autônoma, sem vínculos diretos com instituições governamentais, articuladas com as instituições públicas e privadas locais, liderada por um grupo organizado de pessoas, com o objetivo comum de ampliar acesso da comunidade à informa-

ção, à leitura e ao livro, com vistas a sua emancipação social.

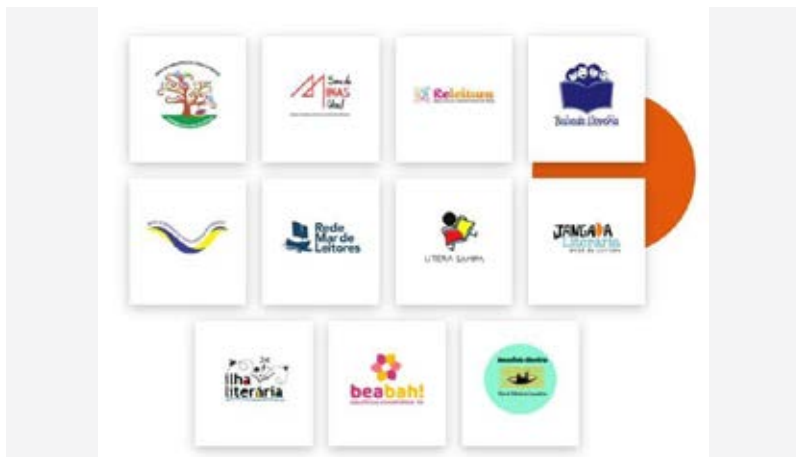
A Rede Nacional de Bibliotecas Comunitárias (RNBC) é um movimento pela democratização do acesso ao livro, à leitura, à literatura e às bibliotecas sob a perspectiva da leitura como direito humano, com atuação em diversas cidades do território brasileiro. Teve origem na articulação das redes de Bibliotecas Comunitárias incentivadas pelo Programa Prazer em Ler, ação de apoio e incentivo à leitura criada pelo Instituto C&A em 2006, que mobilizou espaços de leitura mantidos por organizações sociais e culturais da sociedade civil, em comunidades com vulnerabilidade social, atuando na garantia de direitos básicos (RNBC, online).

A perspectiva da leitura como um direito humano e a importância da biblioteca comunitária como espaço privilegiado de garantia desse direito são a base do trabalho de formação de leitores e da incidência política das redes de bibliotecas comunitárias. A RNBC surgiu, em março de 2015, para dar amplitude nacional à organização das bibliotecas comunitárias em redes locais (RNBC, online).

Desde então, tem avançado nesse objetivo, contando com o apoio e a colaboração de importantes parcerias, como a formada com o Itaú Social, parceiro institucional que assumiu a gestão do Programa Prazer em Ler a partir de 2018 (RNBC, online).

A RNBC conta atualmente com 11 Redes Locais e 115 Bibliotecas Comunitárias nos estados do Pará, Maranhão, Ceará, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

Figura 1 – Redes locais que integram a RNBC



Fonte: RNBC (2024).

Redes e bibliotecas que compõem a RNBC

- a) Amazônia Literária - PA;
- b) Beabah! - RS;
- a) Ilha Literária - MA;
- c) Jangada Literária - CE;
- a) LiteraSampa - SP;
- d) Mar de Leitores - RJ;
- e) RBCS - Rede de Bibliotecas Comunitárias de Salvador - BA;
- f) Rede Baixada Literária - RJ;
- g) Releitura - PE;
- h) Sou de Minas, Uai! - MG;
- i) Tecendo Uma Rede de Leitura - RJ;

Rede leitora “Ilha Literária”

É um coletivo de 15 Bibliotecas Comunitárias que atuam em comunidades da periferia da grande São Luís compartilhando projetos e ações com vista a garantia do acesso às bibliotecas, livros e a democratização da leitura. A Rede se constituiu em 2016 a partir da união de duas Redes Leitoras a “Ler pra Valer” e “Terra das Palmeiras”, que atuavam com incentivo à leitura em bairros de periferia da cidade e que tinham como ponto de intersecção a implantação de Bibliotecas Comunitárias (BCs) em bairros de periferia e a luta por políticas públicas para o segmento do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas através da luta pela aprovação dos Planos Estadual e Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas (PELLLB, PMLLLB).

Atualmente a Ilha Literária tem BCs implantadas em nove bairros da capital maranhense: Coroadinho, Salinas do Sacavém, Vila Conceição, Vila dos Frades, Cidade Operária, Cidade Olímpica, Janaína, Santa Clara e João de Deus realizando empréstimos de livros de literatura, mediações de leitura dentro e fora dos espaços da BCs nas comunidades assistidas. Desde 2018 tem mais duas BCs em vias de entrar na Rede localizadas nos bairros da Alemanha e na zona rural no bairro da Vila Maranhão. A Ilha Literária promove ações de democratização do acesso ao livro e às bibliotecas por considerar que a leitura como Direito Humano contribui para a formação de leituras com consciência cidadã.

As Bibliotecas que compõem a Ilha Literária são:

1. BC Paulo Freire – Vila Janaína
2. BC Semente Literária – Vila dos Frades
3. BC Portal da Sabedoria – Cidade olímpica
4. BC Caminho do Conhecimento – Coroadinho
5. BC Josué Montello – Cidade Olímpica
6. BC Prazer em Ler – Vila dos Frades
7. BC Wilson Marques – Cidade operária
8. BC Viajando pela Alegria do Saber – Coroadinho
9. BC Monteiro Lobato – Cidade Operária
10. BC Arco-Íris do Saber – Salinas do Sacavém
11. BC Arthur Azevedo – Santa Clara
12. BC Monteiro Lobato – Coroadinho
13. BC Cora Coralina – Cidade Operária
14. BC Fantástico Mundo da Alegria – Vila Conceição
15. BC Mundo do Saber – João de Deus

Na seção posterior será apresentado o Projeto RNBC+ Diversa em conjunto com as falas das pessoas idealizadoras da ação, pessoas formadoras e das pessoas mediadoras de leitura que participaram dos dois dias de formação.

Projeto RNBC+ Diversa: a literatura com temática LGBTQIA+ na prática das bibliotecas comunitárias do Brasil

De acordo com as pessoas idealizadoras do projeto: Eduardo Peixoto e Thais Rodrigues, ambas pessoas

bibliotecárias, a iniciativa surgiu com o objetivo de propor ações afirmativas com vistas a visibilizar literatura com temática LGBTQIA+ e possibilitar que as bibliotecas comunitárias sejam espaços reconhecidos como de acolhida para todas as pessoas, como ilustrado na fala de uma das coordenadoras, a bibliotecária Thais:

A importância de levar literatura LGBT pra dentro das bibliotecas comunitárias é de suma importância em uma perspectiva, pelo menos falando a nível de Maranhão, nós não temos esse tipo de formação interna de nossos espaços de cultura, informação e lazer que são as bibliotecas. Então, a gente precisa formar as pessoas que trabalham diretamente com o público, com o leitor que frequentam esses espaços em busca de literatura, e tem aqueles que tem seus gostos específicos, e quando essas demandas chegarem, e mesmo que não cheguem, você possa também usar, ter um acervo, ter os livros com temática LGBTQIA+, escritos por pessoas LGBTQIA+ inseridos nos acervos, fazendo parte da formação da coleção, e não tendo aquela perspectiva de só quando alguém chegar e pedir aquela literatura, mas também serem utilizados como ferramenta para mediação de leitura, e como essas pessoas, em sua maioria, não são pessoas LGBT, 99% são pessoas heteronormativas, que são as

mediadoras de leitura, como elas podem utilizar essa literatura para fazer mediação de leitura para o público sem ser necessário explicar, formar, a gente precisa fazer com que elas saibam lidar com situações ditas embaraçosas, então a questão do preconceito, seja ele qual for, de raça, gênero, sexualidade, religião, qualquer tipo de preconceito, quando a gente vai abordar, a gente sabe estar preparado de como abordar, porque essa abordagem não pode ser feita de qualquer jeito, até porque as nossas bibliotecas estão em bairro de periferia onde muitas religiões de cunho pentecostal, fundamentalista reinam, ou quase que imperam nos bairros, então tem muitas pessoas que são dessas religiões, protestante, enfim, adventista, esse público a gente acaba atendendo, então como abordar essa temática e como fazer com que a equipe tenha a calma e a perspicácia de lidar com essas situações que porventura presenciarem de atos de homofobia, como dialogar com o público, como abordar a questão e através da literatura, ter essa leitura em mãos de temática LGBT, ela pode acessar para que a literatura seja uma ferramenta nessa luta diária contra qualquer tipo de discriminação, outra coisa que considero importante é que pessoas LGBTs estão fazendo essa formação, no caso eu e o Eduardo Peixoto que ele é da rede Beabah,

de Porto Alegre, então nós pensamos nessa formação juntos, estamos fazendo ela e é bacana porque a gente tem essa questão da pessoa LGBT, o profissional bibliotecário, a profissional bibliotecária que estão trabalhando em bibliotecas comunitárias trazer essa discussão para dentro das bibliotecas e com isso usar como mecanismo de formação para as pessoas que tão diariamente lidando com o público e para que os mesmos sejam agentes de combate ao preconceito, especialmente o combate ao preconceito contra pessoas LGBTQIA+.

A equipe submeteu o projeto no Edital Internacional do 10º Concurso de Ajudas do Programa Ibero-Americano de Bibliotecas (IBERBIBLIOTECAS) obtendo sucesso na classificação e enquadramento para recebimento do apoio representando o Brasil no ano de 2022. Com a compreensão de que a ação só obteria sucesso com um diagnóstico que permitisse desvelar as principais dificuldades, presença e conhecimento quanto à literatura com temática LGBTQIA+, representatividade nas pessoas leitoras e integrantes das bibliotecas das BCs espalhadas pela periferia no país. Depois de realizado o diagnóstico o projeto encontra-se em fase de itinerância que objetiva circular por cinco capitais brasileiras escolhidas por apresentarem os índices mais críticos levantados pelo diagnóstico.

A primeira cidade a ser contemplada é São Luís do Maranhão onde o acompanhamento da intervenção foi

feito in loco nos dias 14 e 15 de março na Biblioteca Monteiro Lobato com a participação de pessoas LGBTQIA+ que transitam nos movimentos sociais e são pessoas pesquisadoras de gênero e sexualidade, especificamente um homem trans, uma mulher lésbica, um homem gay, onde foram realizadas entrevistas com as mediadoras de leitura que participaram das formações com sua posterior transcrição para análise dos dados. A experiência foi considerada bastante exitosa, inclusive pelas pessoas formadoras convidadas, como atesta o relato abaixo:

Ter participado da roda de dialogo pela Rede de Bibliotecas Comunitárias Ilha Literária sobre experiências do ativismo e experiências da comunidade LGBTQIAPN+ foi muito importante porque me lembrou algo básico para se fazer ativismo, luta, para se lutar pelos direitos nesse país que é o trabalho de base, é você trabalhar diretamente com a comunidade para entender as necessidades da população como se pode trabalhar dentro do seu grupo, coletivo, qual a melhor forma de combater a desigualdade, a discriminação, há muito tempo que eu não conseguia viver esse momento e foi muito importante para mim para fazer uma releitura de como eu posso trabalhar tudo isso, como eu posso criar projetos e criar soluções para meus semelhantes e para as comunidades mais necessitadas, pra galera que tá no corre, passando perrengue, que precisa de política pública para poder sobreviver, para ter o mí-

nimo de qualidade de vida e é o trabalho de base que faz isso que tem um trabalho realista de como está sendo viver dentro de sua realidade, não adianta fazer política pública conversando de dentro das nossas salinhas na frente de um computador e não enxergar, de conversar e fazer um trabalho de base e espero ter outros momentos como esse.

Em uma pesquisa anterior, também com foco em literatura LGBTQIA+ e bibliotecas comunitárias, a avaliação foi extremamente positiva da mediação de leitura e se mostrando extremamente necessária, segundo o ponto de vista das pessoas bibliotecárias que atuam nesses espaços que refletem a diversidade presente na sociedade (Martins; Rodrigues, 2019).

Figura 2 – Formação na Ilha Literária sobre literatura LGBTQIA+



Fonte: Instagram @ehpcultural (2024).

Nesta pesquisa, em especial, o foco se direciona às pessoas mediadoras de leitura, a nomeação das pessoas colaboradoras seguirá simbolicamente uma homenagem ao escritor maranhense Josué Montello, pelo fato da formação piloto ocorrer na cidade de São Luís do Maranhão e serão chamadas pelos nomes de personagens lésbicas e bissexuais dos livros *“Uma sombra na parede”* e *“Noite sobre Alcântara”* em alusão a literatura com temática LGBTQIA+ não se configurando com a orientação sexual das respondentes que não se trata de matéria desta pesquisa. As mediadoras também sinalizam que as bibliotecas devem ser espaços de acolhida, conforme mencionada por Ariana:

Eu acho muito importante porque faz com que a gente compreenda o assunto e traga ele mais contextualizado, tendo um conhecimento já para que as pessoas que vem possam se sentirem acolhidas, tenham aquilo que elas precisam nos locais de leitura.

Para que as BCs se configurem como um espaço de acolhida é necessário que acervo, ações, atividades e as pessoas que atuam nas bibliotecas reflitam as demandas sociais que ora se apresentem na sociedade contemporânea e este conhecimento pode ser potencializado pelas formações, como evidencia Malu:

A importância que eu acho é o esclarecimento, estarmos em um constante

aprendizado e se a gente não aproveitava essas formações como é que a gente vai se informar, pra poder repassar, pra poder trabalhar em um espaço que é tão agradável onde as pessoas podem estar, e a gente também precisa se informar das coisas. É importante, é muito gratificante e eu agradeço por poder participar dessa formação.

Um espaço de informação, conhecimento e no entendimento da leitura enquanto direito humano como são as bibliotecas comunitárias além de refletir a identidade da própria comunidade em que está inserida precisa realizar o debate acerca da opressão e discriminação de minorias sociais, sexuais e de gênero principalmente pelo fato das pessoas que frequentam o espaço e são suas pessoas leitoras assíduas integram essas minorias mencionadas, fazendo-se mister que as pessoas que lá atuam direcionem leitura que tragam suas vivências, corporalidades e identidades nas narrativas, personagens e autorias, conforme aponta Maria Olívia:

Para aumentar o nosso conhecimento sobre esse tema, para que a gente saiba atender pessoas que vão no nosso espaço, porque como é uma biblioteca comunitária voltada para a comunidade, a gente tendo esse conhecimento, saber como acolhê-los e tá fazendo indicação desse livro se o público também perguntar.

Conforme ilustrado pela fala das mediadoras de leitura que atuam nas bibliotecas comunitárias a literatura com temática LGBTQIA+ é considerada importante e necessária, tanto nos seus acervos quanto nas práticas de mediação de leitura mesmo sabendo que é uma temática considerada polêmica por grupos conservadores e reacionários com campanhas que atacam diretamente qualquer menção ou atividade que tenham foco o debate LGBTQIA+ em espaços educacionais e/ou culturais, no entanto a RNBC tem-se mantida aguerrida em fazer o enfrentamento coerente e alinhada a uma perspectiva ampla e progressista sobre os direitos humanos.

Considerações finais

O debate acerca da democratização do acesso ao livro, leitura, literatura e bibliotecas oscila em momentos de efervescência e apresentação de planos e projetos quanto de momentos de subalternizar essa pauta sem que a mesma ocupe local central na agenda do poder público, o que, em muitos casos faça com que a sociedade reaja da forma e com as estratégias que ela possui, como é o caso da atuação das bibliotecas comunitárias.

Este debate é permeado por contradições onde são apontadas as fragilidades decorrentes da população assumir a função do governo e contribuir para uma agenda neoliberal tanto quanto por outro que sinaliza que é possível uma organização que possibilite o acesso ao livro, leitura, literatura e bibliotecas em áreas periféricas gestada pela comunidade sem que se perca o horizonte reivindicatório e que esses grupos se unam na cobrança

pela efetivação de políticas públicas e que o estado cumpra com o seu papel.

Se situando na segunda perspectiva está a Rede Nacional de Bibliotecas Comunitárias (RNBC) que alicerçada pelo tripé da gestão compartilhada, enraizamento comunitário e incidência política tendo o lema “leitura como direito humano” atua em áreas periféricas em todas as regiões do Brasil oportunizando o acesso ao livro, leitura, literatura e bibliotecas.

Com forte atuação em espaços onde as contradições do capitalismo se agudizam e se escancaram a olhos vistos é importante que esses espaços reflitam esse debate e que as pessoas, em toda a sua diversidade e pluralidade, se vejam reconhecidas no acervo, nas pessoas que atuam e nas atividades propostas. O debate sobre gênero e sexualidade sempre é permeado por polêmicas, principalmente por uma ofensiva conservadora e reacionária presente no país como um todo, em decorrência de uma polarização política.

Ao assumir o compromisso para com esse debate e se permitir realizar o enfrentamento por meio da promoção da discussão sobre mediação de leitura com temática LGBTQIAPN+, por meio do Projeto RNBC+ Diversa, a perspectiva libertária assume protagonismo na ação da rede e foi recebida, como aponta as falas no texto, com muito entusiasmo e como extremamente necessário para que as bibliotecas comunitárias sejam espaços de acolhida e que as pessoas se vejam nestes espaços.

Importante destacar que a coordenação do projeto assume compromisso para que a ação seja contínua, e não só durante a vigência do projeto, o que

denota um compromisso ético político para uma formação plural e diversa para além da implementação de um projeto específico.

Referências

ALVES, Mariana de Souza. Biblioteca comunitária: conceitos, relevância cultural e política. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 16, p. 1-29, 2020. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1252/1164>. Acesso em: 29 mar. 2024.

CORTES, Gisele Rocha; SILVA, Laelson Felipe da; SILVA, Leyde Klebia Rodrigues da; SOARES, Gilberta Santos. Violência contra travestis e transexuais: a mediação da informação no espaço LGBT. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 10, n. 2, ago./dez. 2017. Disponível em: <https://revistas.ancib.org/index.php/tpbci/article/view/429/428>. Acesso em: 01 abr. 2024.

FERREIRA, Fernando Braga. Biblioteca comunitária: forte aliada na formação de leitores no Brasil. **Revista Cajueiro**, Aracaju, v. 3, n. 2, p. 267-275, maio/nov., 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/Cajueiro/article/view/17549/12674>. Acesso em: 01 abr. 2024.

MACHADO, Elisa Campos. **Bibliotecas comunitárias como prática social no Brasil**. 184f. Tese. (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação e Artes, São Paulo, 2008.

MACHADO, Elisa. Uma discussão acerca do conceito de biblioteca comunitária. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v.7, n. 1, p. 80-94, jul./dez. 2009. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1976/2097>. Acesso em: 29 mar. 2024.

MARTINS; Carlos Wellington Soares; RODRIGUES, Thais dos Santos. A literatura que não ousa dizer o seu nome: percepções das bibliotecárias da Rede Nacional de Bibliotecas Comunitárias (RNBC) acerca da mediação de leitura com temática LGBT. In: ROMEIRO, Nathalia Lima; MARTINS, Carlos Wellington Soares; SANTOS, Bruno Almeida dos (orgs.). **Do invisível ao visível: saberes e fazeres das questões LGBTQIA+ na Ciência da Informação**. Florianópolis, SC: Rocha Gráfica e Editora, 2019. (Selo Nyota).

MARTINS, Carlos Wellington Soares. A cada LGBTI+ o seu livro? Identidade de gênero e sexualidade na biblioteconomia brasileira. **Revista Informação na Sociedade Contemporânea**, Natal, RN, v. 6, n. 1, p. 1-26, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/informacao/article/view/27728/15659>. Acesso em: 01 abr. 2024.

MONTELLO, Josué. **Uma sombra na parede**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.

MONTELLO, Josué. **Noite sobre Alcântara**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1996.

REIS, Toni (org.). **Manual de Comunicação LGBTI+**. 2. ed. Curitiba: Aliança Nacional LGBTI; GayLatino, 2018. Disponível em: <https://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2018/05/manual-comunicacao-LGBTI.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2024.

RNBC. Rede Nacional de Bibliotecas Comunitárias. A RNBC. Disponível em: <https://rnbc.org.br/a-rnbc/>. Acesso em: 20 mar. 2024.

SALCEDO, Diego Andres; ALVES, Mariana. O papel da biblioteca comunitária na construção dos direitos humanos. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, SP, v. 13, n. 3, p. 561-578, set./dez. 2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8635770/8228>. Acesso em: 01 abr. 2024.

SANTOS, Raimundo Nonato Ribeiro dos; TARGINO, Maria das Graças; FREIRE, Isa Maria. A temática diversidade sexual na ciência da informação: a perspectiva da responsabilidade social. **REBECIN**, São Paulo, v. 4, n. 1, p.114-135, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://portal.abecin.org.br/rebecin/article/view/57/pdf>. Acesso em: 01 abr. 2024.

SILVA, Ivanice Prado da; SILVA, Winglyd Thais do Nascimento da; LOURENÇO, Adriana. Contação de história como mediação de leitura: contribuição na formação do bibliotecário. **Ciência da Informação em revista**, Maceió, v. 3, n. 2, p. 10-17, maio/ago. 2016. Dispo-

nível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/cir/article/view/2542/1906>. Acesso em: 01 abr. 2024.

SOARES, Nashila Fernanda; MARTINS, Rúbia; ALVES, Marcus Rei de Lima; MARTOS, Túlio César; BONFUOCO, Valéria Martins; PEGORARO, Sofia Curuci. Biblioteca comunitária: análise sobre seu conceito, função e papel social. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis**, v. 24, n. 2, p. 405-419, abr./jun. 2019. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1610/pdf>. Acesso em: 29 mar. 2024

O Compromisso Social da Biblioteconomia com a Comunidade LGBTQIAPN+

Taynar Lima dos Santos

Possui graduação em Biblioteconomia e Documentação pela Universidade Federal de Sergipe -- UFS(2022). Especialista em Biblioteconomia pela Faculdade Venda Nova do Imigrante – FAVENI (2017). Contato: tainarlima88@gmail.com.

Sem pormenorizar, o lugar que a pessoa ocupa na sociedade dita a forma como ela será tratada, isso está atrelado a fatores culturais, políticos e também em relação à orientação sexual, como é o caso que será debatido aqui. A sociedade trata o modelo hétero-cis-normativo como se fosse uma espécie de padrão e de normalidade, sendo assim, qualquer pessoa que tenha um relacionamento homoafetivo ou ainda qualquer pessoa que não se reconheça como uma pessoa cis será posta a margem da sociedade. Como resultado de uma sociedade pautada por esse modelo, temos a homofobia que foi definida por Lionço e Diniz (p. 310, 2008) como sendo:

A homofobia é consequência da heteronormatividade, sendo uma prática de discriminação baseada na suposição da nor-

malidade da heterossexualidade e dos estereótipos de gênero. Homofobia é um conceito recente que permite apreender a permanência da defesa ferrenha ao patriarcado, o que permite reconhecer a estreita associação da homofobia ao sexismo. O sexismo e a homofobia emergem como consequência do regime binário da sexualidade (Borrillo, 2000), essencializando a feminilidade e a masculinidade em identidades mutuamente excludentes e cerceadoras das possibilidades de derivação passível de apropriação pessoal, social, cultural e histórica do feminino e do masculino, por pessoas de ambos os sexos.

Lutar contra a homofobia, lutar para sair da margem, lutar para ser visto, e para poder existir tem sido as lutas diárias da comunidade LGBTQIAPN+. Lutar para subverter a ordem não é dos trabalhos mais fáceis, nada se muda da noite para o dia, mas ainda assim, é preciso que se trabalhe de dia e de noite para que as coisas mudem. A Biblioteconomia há algum tempo tem enxergado a disseminação e o acesso à informação de forma democrática como uma oportunidade para que se tenham mudanças sociais efetivas. E é partindo desse papel social da área biblioteconômica que se torna possível desenvolver este trabalho voltado para a contribuição da Biblioteconomia para a comunidade LGBTQIAPN+.

Se pensado social e historicamente, fazer parte da comunidade LGBTQIAPN+ é fazer parte de uma

comunidade desrespeitada, menosprezada e por vezes jogada tão à margem da sociedade que é possível se sentir de alguma forma não pertencente a ela. Essa exclusão faz parte do plano de uma sociedade que ainda é conservadora e homofóbica, como dito por Simões e Facchini (2009, p. 26)

Na contramão das expectativas de crescente tolerância e liberdade sexual, a homofobia persiste entre nós, sobretudo na forma velada e menos espetacular da humilhação e da segregação cotidianas, que ocorrem em contextos de proximidade, na família, na escola, entre vizinhos e conhecidos. Pode-se dizer, sem medo de errar, que sofrer algum tipo de insinuação, ofensa verbal ou de ameaça de agressão física faz parte da experiência social de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais no Brasil.

Além de ser uma comunidade marginalizada, é preciso mencionar que em muitos países do mundo a relação entre pessoas do mesmo sexo é considerada crime, e que alguns países penalizam a homossexualidade com pena de morte. E a comunidade fica exposta a uma violência que mais que verbal e psicológica é física, capaz de chegar ao extremo da violência que é a morte. Mais que lutar por respeito, inclusão e igualdade, a comunidade precisa lutar também pela própria vida.

Em contrapartida, é preciso mencionar que essa comunidade resiste e luta muito pelos seus direitos, principalmente pelo seu direito de existir. É aqui nessa luta que acontece a intersecção entre a comunidade LGBTQIAPN+ e a área biblioteconômica. A Biblioteconomia é uma área plural, política e social que visa a democratização da informação e assim o pleno direito da cidadania por parte dos seus usuários.

Pensar a Biblioteconomia por um lado mais social tem aberto portas para que novos assuntos, novos tipos de usuários, novas vivências sejam abraçadas pela área. Dentro dessa ótica social, pode-se pensar nos mais diversos nichos de temas e de trabalho a ser desenvolvido, Lindemann (2014, p. 52) fala sobre a contribuição do Biblioteconomia social contra os embates sociais ao dizer que:

[...] uma Biblioteconomia voltada para a aplicabilidade social do exercício profissional, ter a consciência do quanto é possível somar, transformar rotinas dentro de comunidades em que sequer existem bibliotecas ou então na disposição voltada para o usuário dentro de bibliotecas em que as obras do conhecimento possam ir além da localização nas estantes, tornando-as ferramentas familiares no auxílio à educação e fator agregador nos embates sociais.

Como um desses embates sociais, aqui pode ser citado a luta travada pela comunidade LGBTQIAPN+

contra a cultura do machismo e do conservadorismo. Essa é uma luta árdua, diária, e precisa de apoio para que seja cada vez mais efetiva. A Biblioteconomia pode e deve ser uma aliada nessa luta, isso porque a Biblioteconomia tem todo um lado social, político e assim voltado para a garantia da cidadania.

Em aditamento, o conservadorismo e o preconceito são culturais e a biblioteca é também um instrumento cultural que não deve estar do mesmo lado que eles, mas sim atuando de forma a enfraquecê-los, pois como dito por Colling (2013, p. 405): “os preconceitos nascem na cultura e por isso seria mais interessante atuar estrategicamente por meio de políticas e produtos culturais, uma vez que as leis modificam timidamente práticas preconceituosas”

Além disso, o conservadorismo dissemina discriminação e preconceito também através de informações que muitas vezes são falsas ou ainda se aproveita da falta de informação das pessoas para disseminar o seu ódio. A Biblioteconomia pode assumir aqui um papel importante de atuar com a disseminação de informação verdadeira e relevante, e atuando assim contra a desinformação que alimenta o conservadorismo. O combate à desinformação é, portanto, um trabalho que cabe ao bibliotecário, principalmente quando se pensa em uma mudança na sociedade, pois como dito por Duarte (2018, p. 69)

[...] Parte desse cenário brasileiro é influenciado pelo contexto da sociedade da desinformação, que acontece concomitantemente à sociedade da informação. [...] Essa sociedade da desinformação é facil-

mente manipulável, coagida e incentivada a permanecer em seu *status quo* para a manutenção do poder, que muitas vezes não visa ao interesse das minorias.

Aqui fica evidenciado que a desinformação funciona como uma espécie de garantia para que alguns grupos de pessoas possam influenciar outras pessoas. Isso pode ser percebido em discursos de ódio em relação a comunidade LGBTQIAPN+ que muitas vezes é vítima de acusações mentirosas, de dados enganadores e de notícias falsas.

Esse discurso é ouvido, assimilado e reverberado por outras pessoas e assim espalhado com muita rapidez. A falta de questionamento a respeito do que se ouve e a crença cega em informações que não tem respaldo são características de uma sociedade desinformada, sociedade essa que interessa para quem é benéfico o espalhamento desse tipo de conteúdo.

É preciso pontuar que a Biblioteconomia pode contribuir com a comunidade LGBTQIAPN+ em várias frentes, mas aqui serão abordadas duas frentes. A primeira frente seria atuar contra a desinformação a respeito da comunidade. Trabalhar então para que as pessoas que espalham esse tipo de discurso de ódio tenham acesso à informação verdadeira. Garantir o acesso à informação é trabalhar então em prol de uma sociedade mais igualitária para que assim a manutenção do poder e a exclusão de parte da sociedade não seja exercida através do não acesso à informação.

A segunda frente de atuação seria diretamente com a comunidade LGBTQIAPN+. Atender as neces-

sidades informacionais da comunidade, abrir espaço para que a biblioteca seja um espaço de atendimento para eles e ter conteúdo gay tanto de maneira informativa quanto de maneira de entretenimento disponível na biblioteca. A representatividade em se falar sobre o assunto, em virar pauta, em se sentir pertencente é fundamental para que a comunidade se sinta vista, ouvida e acima de tudo respeitada. A respeito da informação como uma forma de empoderamento e acolhimento, Santos e Freire (2017, p. 3) dizem que:

Nesse contexto, a informação é, sempre, elemento-chave para a inclusão, conscientização e qualidade de vida dos cidadãos, rompendo com conceitos preestabelecidos, sejam eles advindos da cultura machista ou do conservadorismo. A falta de informação ou a disseminação de informações errôneas favorece a ignorância, o preconceito, a aversão e a negação do que é diferente.

É preciso salientar mais uma vez que a falta de informação atrelada ao preconceito é também responsável pela morte de pessoas da comunidade LGBTQIAPN+. Também se faz relevante pensar que já marginalizada e com direitos negados, muitas vezes a própria comunidade não pode ter o pleno acesso à informação, e que o não acesso à informação faz com que pessoas não tenham as mesmas oportunidades que pessoas que acessam informação, isso faz com

que uma população já marginalizada assim continue.

Ter acesso à informação é também ter consciência dos seus direitos, como por exemplo, o direito de ir e vir, e o direito de participar de tomadas de decisões tal qual qualquer outro cidadão. Ter acesso à informação exerce assim um papel importante na vida das pessoas, papel esse que pode no dia a dia não ser percebido como fundamental, mas que assim o é. A respeito da importância da disseminação da informação de forma igualitária, Ferrari (2000, p. 165-166) diz que:

Se democracia significa liberdade e igualdade no gozo de direitos e de oportunidades, parece claro que a informação livre, como acentuado no início, constitui um fundamento essencial [...] Compreende-se assim 'informação' não é somente 'o ato de informar' como diz o vocabulário, mas em geral é parte essencial do processo de formação de conhecimentos, de opiniões e, portanto, da própria personalidade do indivíduo: a parte que age mediante a interação do sujeito com o mundo externo. A falta de informação bloqueia o desenvolvimento da personalidade, tornando-a asfíxiada. Outrossim, uma informação unilateral, advinda de uma só fonte, mesmo que quantitativamente rica e qualitativamente sofisticada, direciona a personalidade para canais preestabelecidos,

limitando objetivamente a oportunidade de escolha e a capacidade crítica do indivíduo, prejudicando desta forma a sua participação nos processos democráticos. [...] A relação entre democracia e informação é, portanto, biunívoca, de coessencialidade, no sentido de que uma não pode existir sem a outra e o conceito de uma comporta o conceito da outra.

Com isso, pode-se dizer que a informação mais que informa, ela emancipa. Ela tem o poder de transformar a vida das pessoas. Informação é poder e poder existir seja na sociedade, seja dentro de um livro, seja dentro da biblioteca é direito da comunidade LGBTQIAPN+.

A biblioteca segundo Ranganathan (2009) é um organismo em crescimento. Isso porque ela pode atuar em diversas frentes, ela está sempre se transformando, se adequando às necessidades da sociedade a qual está inserida. Corroborando com essa ideia de transformação da biblioteca, o manifesto da IFLA (1994) está voltado para o olhar mais social da biblioteca pública, ele traz diretrizes para que a biblioteca seja um espaço de acolhimento que rejeite qualquer tipo de discriminação e que o bibliotecário atue como um agente em favor da cidadania dos seus usuários e da sociedade que o cerca. Marques (2018, p. 26) fala sobre o papel da biblioteca e a cidadania:

De acordo com a IFLA (1994), as bibliotecas públicas devem ser capazes de oferecer condições para exercício da cidadania, através do acesso e produção de recursos que contribuam para um desenvolvimento social equitativo.

Sendo assim, podemos afirmar que o trabalho do bibliotecário, em prol da diversidade, pode levar à promoção da cidadania, garantindo aos usuários o acesso a um conjunto de práticas referentes a uma sociedade democrática.

Sendo assim, a biblioteca não deve ser um espaço de silêncio, ela deve estar inserida no dia a dia das pessoas, e deve atuar para que as pessoas não se sintam envergonhadas de estarem em seu ambiente. Como um lugar repleto de informação, ela deve pautar o debate, dar voz e falar sobre os mais diversos assuntos. Com práticas democráticas é possível garantir que os seus usuários estejam cientes dos seus direitos e com isso possam exercer a cidadania. A respeito da biblioteca como uma ferramenta democrática, Bufrem (1985, p. 121) ressalta que

Mitos como a neutralidade da Biblioteconomia e o livre acesso à informação, devem ser cuidadosamente analisados e desmascarados. As bibliotecas são instituições políticas, assim como o homem. A democracia é uma necessidade e não um luxo. Informação é poder, e sem dúvidas, poder de decisão.

É preciso, no entanto, que a teoria se alinhe à prática. É preciso que o assunto seja mais publicado, que se estude, que se debata, que se analise dados. É preciso também que se debata em conselhos, em reuniões, em encontros, dentro da sala de aula. É preciso que se fale sobre a comunidade LGBTQUIAPN+, é preciso que essa comunidade seja atendida para que seus anseios informacionais sejam atendidos.

Isso porque até 2017 que não foi há tanto tempo assim, a produção científica na Ciência da Informação sobre a comunidade LGBTQUIAPN+ era muito rasa como dito por Santos, Targino e Freire (2017, p. 132)

A produção científica acerca da temática diversidade sexual e especificamente sobre o grupo de usuários LGBT na Ciência da Informação brasileira é praticamente inexistente. Os estudos sobre diversidade sexual recuperados na BRAPCI concentram-se nas áreas da Educação, Comunicação e Saúde. As linhas editoriais das revistas, títulos dos artigos, resumos, palavras-chave utilizadas e as biografias dos autores confirmam este fato. Apenas um artigo ligado ao campo científico da Ciência da Informação, que trata especificamente sobre Organização e Representação do Conhecimento foi localizado. Não existe produção da Ciência da Informação voltada para delinear o perfil dos usuários LGBT ou o seu comportamento informacional ou, ainda, o impacto do fluxo informacional para o grupo social.

O usuário LGBTQUIAPN+ deve se sentir pertencente ao ambiente da biblioteca, ele deve poder localizar informação sobre a sua comunidade. Uma pessoa da comunidade LGBTQUIAPN+ deve se sentir representada dentro da área da Ciência da Informação. A informação agrega e tem o poder de transformar. O bibliotecário como um agente informacional assume uma responsabilidade social e deve assim atuar por uma sociedade mais igualitária. A respeito do poder transformador da informação, Paes (2010, p. 41) diz que:

Para que o povo se desenvolva, é necessário que a eles sejam ofertadas ativida-

des e serviços informacionais, para que os mesmos possam participar, e assim sejam capazes de mudar sua realidade, reduzindo as dificuldades [...] em muitos casos adquirimos conhecimento e assim passamos a mudar nossos valores, estilos de vida, vemos o mundo de outra forma ao conhecer e saber das coisas, e um dos locais que poderá proporcionar o acesso às informações é a biblioteca, através do profissional que nela trabalha, o bibliotecário, que servirá de mediador, buscando a informação que o cidadão necessita, selecionando-a e disponibilizando-a para que as pessoas da comunidade em que atua possam utilizar as informações ali disponibilizadas e possam suprir suas necessidades informacionais, e as utilizarem para atuar de forma criativa e transformadora, diminuindo as desigualdades existentes.

O acesso à informação permite o exercício da cidadania e assim a diminuição da desigualdade social existente. A biblioteca pode usar de vários suportes para abordar temas ligados à cultura gay e atender as necessidades informacionais da comunidade. Para além dos livros, ela pode trabalhar com música, com filmes, abordando autores e cantores que fazem parte da comunidade LGBTQUIAPN+.

É preciso ter o entendimento de que a comunidade LGBTQUIAPN+ é composta por pessoas que

comumente tem suas vivências diminuídas, menosprezadas e até mesmo apagadas pela sociedade, ter na biblioteca materiais de conteúdo informacional produzido por pessoas da comunidade e/ou para pessoas dessa comunidade é validar a vivência deles, é dar importância às suas vidas, é dar som às suas falas, é deixá-las se reconhecerem naqueles materiais.

Um dos insumos mais populares da biblioteca é o livro. A biblioteca contém livros e muitos livros contém muitas pessoas. Um livro sempre parece com um espelho para alguém. Muitas vezes, em um livro é possível ler o seu próprio pensamento pensado por outra pessoa e escrito de uma forma que faz sentido ali. Um livro faz sentido. A respeito da importância de livros na vida de uma pessoa, Failla (2016, p. 21) diz que:

[...] a leitura é libertadora e promove o protagonismo no acesso ao conhecimento e à cultura. A leitura transforma, informa, emociona e humaniza. Traduz e nos aproxima do que é humano em diferentes tempos, lugares, sentidos, culturas e sentimentos. É a principal ferramenta para a aprendizagem e para a educação de qualidade, e condição essencial para o desenvolvimento social de uma nação.

Pensar no livro como algo capaz de transformar é entender a importância em ter um acervo que atenda as mais diversas necessidades informacionais. Um livro

é capaz de fazer uma existência fazer sentido. É possível se conhecer e se reconhecer entre páginas, palavras e histórias. Segundo Ranganathan (2009) cada livro tem o seu leitor, e cada leitor está à procura do seu livro.

Para atender as necessidades informacionais do usuário, o bibliotecário precisa também ter um acervo a sua disposição, aqui fica evidenciado a importância de ter livros com conteúdo da cultura gay. O bibliotecário é responsável pela montagem do acervo da biblioteca, por isso é importante que o trabalho seja bem realizado e pensado em todos os seus usuários.

Nós (aqui me coloco como uma agente também responsável por atuar socialmente da forma que escrevo), bibliotecários, temos uma responsabilidade social, e temos o dever de executá-la da melhor forma possível e de maneira diária. Toda e qualquer pessoa deve ter acesso a biblioteca e a informação que ela disponibiliza, atender a necessidade informacional do usuário é exercer a nossa profissão, e exercer a nossa profissão socialmente é atender as necessidades informacionais e dar voz a comunidade mais marginalizada, como dito por Civallero (2014, p. 6) ao atuar socialmente o bibliotecário:

[...] Pode dar voz àqueles que são mantidos em silêncio (...). Pode conseguir isso, e, pela primeira vez na história, o poder não ficará nas mãos de poucos. Pode conseguir algum equilíbrio. Pode derrubar paredes e construir pontes (...). Na verdade, ele não pode. Deve.

O preconceito, a discriminação e a exclusão social são problemas da sociedade e evidentemente não

é a biblioteca que vai solucionar isso. É preciso que o Estado atue de forma efetiva nos mais diversos âmbitos, principalmente em uma educação social para que as coisas mudem.

E, apesar de não ser a pauta deste trabalho, é impossível não mencionar que a comunidade LGBTQIAPN+ carece de políticas públicas efetivas, e de leis que garantam seus direitos, no entanto, inúmeros projetos de leis voltados para a comunidade LGBTQIAPN+ estão arquivados porque existe uma bancada religiosa e conservadora que por princípios pessoais impedem a votação.

Voltando ao foco da biblioteca, sendo o preconceito, a discriminação e a exclusão social problemas da sociedade, evidentemente não é a biblioteca que vai solucionar isso, mas também de forma evidente, como um problema pautado pela falta de informação e educação e pela disseminação de notícias falsas, a biblioteca deve atuar como um agente contra o preconceito, a discriminação e a exclusão social da comunidade LGBTQIAPN+.

Todo preconceito reflete a ignorância. E todo tipo de ignorância se combate com educação e com informação. A informação deve ser vista como uma agente impulsionadora capaz de transformar o social. Garantir o acesso à informação tem sido uma das missões mais pedidas para que o bibliotecário realize no seu dia a dia. A respeito da importância da informação como instrumento para prática da cidadania, Santos, Santos e Assunção (2014, p. 5) dizem que:

A informação é o instrumento de poder e transformação, por isso, o profissional da informação deve viabilizar o acesso à informação contribuindo para a melhoria da sociedade. [...] bibliotecários aparentemente teriam que assumir a consciência de que o direito à cidadania é um direito também à construção do próprio discurso. Assim, o direito que nos assegura ter conhecimento às leis e deveres, é o mesmo direito que nos faz entender a prática da cidadania enquanto mediadores de trocas de informação.

Quando o bibliotecário defende e atua para que a maior quantidade possível de pessoas tenha acesso à informação, ele acaba ficando consciente de que a informação não chega para todos da mesma maneira. Isso porque o país tem uma grande desigualdade social, e, com isso, a prática da cidadania não é exercida por todos apesar de ser um direito de todo cidadão. Estando consciente disso, e sendo um profissional social e político a atuação do bibliotecário deve visar diminuir a desigualdade e garantir o direito à cidadania dos seus usuários. Como ressaltado por Cunha (2003, p. 45)

É inegável a importância da informação para o desenvolvimento da sociedade como um todo, como de cada cidadão em particular. Num período como o que hoje vivenciamos, onde a informação tornou-se o insumo básico para a tomada de

decisões em qualquer nível, o papel dos profissionais da informação, e, particularmente, dos bibliotecários é fundamental.

Mais uma vez vale ressaltar aqui, que a área biblioteconômica assim como a Ciência da Informação ainda carece de publicações a respeito da comunidade LGBTQIAPN+. Para a realização deste trabalho foi sentida alguma dificuldade em encontrar artigos para embasar o trabalho. Mas, é preciso também ressaltar que a iniciativa do Conselho de falar sobre a comunidade é um passo, e é de pequenos passos que se faz uma caminhada.

É importante que o bibliotecário como um profissional da informação atue de forma social visando atender aos mais diversos tipos de público, essa importância fica ainda mais em evidência quando se percebe que esse tipo de atuação ainda está escassa. É importante que o bibliotecário entenda que a sua atuação pode mudar o percurso de muitas vidas. O acesso à informação é capaz de mudar o percurso de muitas vidas.

A informação é uma arma poderosa para combater toda e qualquer forma de preconceito. Lutar contra a discriminação é lutar pela cidadania. Fortalecer uma comunidade que costuma ser marginalizada é atuar socialmente. Entender que a biblioteca assim como a sociedade é um espaço para a existência de todos.

Vale ressaltar aqui que que a sigla da comunidade citada inúmeras vezes durante o trabalho, não foi desmembrada, mas ela abrange as Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transgênero, Transexuais, Queer, Intersexo, Assexual, Pansexual, Não-binário e o símbolo do + que representa tudo que ainda pode ser acrescentado a ela. A

comunidade LGBTQIAPN+ é uma comunidade que cresce e que agrega.

A comunidade LGBTQIAPN+ não merece estar à margem nem na sociedade e nem na Ciência da Informação. A comunidade LGBTQIAPN+ é pulsante, crescente e importante. Ela deve ser respeitada, ouvida, e acima de tudo, deve fazer parte como protagonista de uma sociedade efetivamente democrática.

Referências

BUFREM, L.S. Fundamentos sociais e políticos da Biblioteconomia. **Educar em revista**. Curitiba, n. 4, p. 108-122, dez. 1985. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/36139/22298> Acesso em: 12. jul. 2023.

CIVALLERO, E. Foreword. In: SAMEK, T. **Librarianship and human rights: atwenty-first century guide**. Amsterdam: Elsevier, 2014.

CUNHA, M. V. O papel social do bibliotecário. **Enc. Bibli. R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf.**, Florianópolis, n. 15, p. 41-46. 2003

DUARTE, Y. M. A sociedade da desinformação e os desafios do bibliotecário em busca da Biblioteconomia social. In: RIBEIRO, A. C. M. L.; FERREIRA, P. C. G. **Bibliotecário do século XXI: pensando o seu papel na contemporaneidade**. Brasília: Ipea, 2018.

FAILLA, Z. (org.). **Retratos da leitura no Brasil**. ed. 4. Rio de Janeiro: Sextante, 2016.

FERRARI, V. Democracia e informação no final do século XX. In: GUIMARÃES, C.; JUNIOR, C. (Org.). **Informação e democracia**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2000IFLA/UNESCO.

Manifesto da IFLA/UNESCO sobre Bibliotecas Públicas. 1994. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/public-libraries/publications/PL-manifesto/plmanifesto-pt.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2020

LINDEMANN, C. R.. **A busca pela Biblioteconomia Social por meio da Ciência da Informação.** 2014. 60f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2014. Disponível em: <http://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/6000/BIBLIO%20SOCIAL.pdfsequence=1> Acesso em: 04. jul. 2023

LIONÇO, T.; DINIZ, D. Homofobia, silêncio e naturalização: por uma narrativa da diversidade sexual. **Rev. Psicologia política**, São Paulo, v.8, n.16. dez. 2008.

MARQUES, G. V. **Biblioteca pública: modelo de política de inclusão LGBTT.** 2018. 62f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: http://www.unirio.br/pro-reitorias_vh_pro-reitoria-deplanejamento/unirio/cchs/eb/arquivos/2018.1/Giselle%20Vasconcellos%20Marques.pdf. Acesso em: 20 jun. 2019.

OTTONICAR, S. L. C., *et al.* Competência em informação no âmbito da comunidade LGBTQ: um levantamento das publicações científicas nacionais e internacionais. **Informação & Informação**, Londrina, v. 24, n. 1, p. 484-512, mar. 2019. ISSN 1981-8920. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/34561>. Acesso em: 06. jul. 2023

PAES, D. M. B. **O bibliotecário mediando leitura e informação visando formação do cidadão crítico: uma análise do**

papel social da Biblioteca Rachel de Queiroz. – Fortaleza, 2010. Monografia (Graduação) – Universidade Federal do Ceará, 2010. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/26933/1/2010_tcc_dmbpaes.pdf. Acesso em: 05 jul. 2023.

RANGANATHAN, S. R. As cinco leis da Biblioteconomia. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 2009.

SANTOS, C. M.; SANTOS, P. S. S.; ASSUNÇÃO, S. S. Ética, cidadania e o profissional da informação: responsabilidades e competência informacional. In: Encontro Regional dos Estudantes de Biblioteconomia, Documentação, Ciência e Gestão da Informação (EREBD), 17, 2014, Anais eletrônicos. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2014, p.1-9.

SANTOS, R. N. R.; TARGINO, M. G. ; FREIRE, I. M. A temática diversidade sexual na Ciência da Informação: a perspectiva da responsabilidade social. Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação, v. 4, n.º 1, p.114-135, jan./jun. 2017. Disponível em: <http://abecin.org.br/portal-derevistas/index.php/rebecin/article/view/57/pdf>. Acesso em: 7. jul. 2023

SIMÕES, J. A.; FACCHINI, R. Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT. São Paulo, SP: Fundação Perseu Abramo, 2009.

O Papel das Bibliotecas Públicas para o Acesso à Cidadania de Pessoas LGBTQIAPN+

André Luiz Avelino da Silva

Professor Universitário. Doutorando em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PGCIN), na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Mestre em Ciência da Informação (PGCIN-UFSC). Bibliotecário registrado no CRB-14. Formado em Biblioteconomia na Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Competência em Informação (GPCIn/UFSC). Membro do grupo de pesquisa Alaye - Grupo de estudos e pesquisas em informação antirracista e sujeitos informacionais, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Contato: andre_luiz93@live.com , acadproduc@gmail.com.

Luis Fernando Vanin

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PGCIN), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestre em Ciência da Informação (PGCIN-UFSC) (2024). Bibliotecário formado pela mesma instituição, com registro no CRB-14. Editor Jr. da Revista REBEH (Revista Brasileira dos Estudos da Homocultura). Integrante dos Grupos de Pesquisa Representação e Organização do Conhecimento (ROC-UFSC). Contato: luisfernandovanin@gmail.com.

Introdução

As bibliotecas públicas desempenham um papel fundamental na promoção da inclusão e da diversidade, e isso é especialmente relevante quando se trata da população LGBTQIAPN¹. Esses espaços de acesso aberto à informação e à cultura têm o potencial de serem ambientes acolhedores, oferecendo representatividade, promovendo a cidadania e disponibilizando recursos informacionais relevantes a essas pessoas. Ao seguir as diretrizes estabelecidas por diferentes organizações e grupos de trabalho, essas instituições podem se tornar verdadeiros espaços de acolhimento e empoderamento para pessoas de todas as orientações sexuais e identidades de gênero. Buscamos, neste breve ensaio, explorarmos o papel social das bibliotecas públicas ao promover a inclusão social, o acesso à cidadania e o empoderamento da população LGBTQIAPN+.

A inclusão de materiais que reflitam as experiências e histórias da população LGBTQIAPN+ nas coleções das bibliotecas é um passo essencial para aumentar a representatividade e a visibilidade dessas pessoas. Isso permite que membros dessa comunidade se vejam refletidos na literatura e na cultura, o que é fundamental para o desenvolvimento de identidades positivas e saudáveis. A presença de livros, filmes e recursos que abordam questões LGBTQIAPN+ é uma maneira de afirmar a existência e a importância desses indivíduos na sociedade.

1. Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans (travestis, transexuais, transgêneros, transmasculinos), *Queer*, Intersexo, Assexuais, Pansexuais e Não-Binárias, o símbolo de mais remete as demais orientações sexuais e identidades de gênero (Reis, 2018).

Além disso, é imprescindível que as bibliotecas se esforcem para criar ambientes acolhedores e inclusivos. Treinamentos para funcionários e políticas que promovam o respeito e a aceitação são cruciais para garantir que todas as pessoas, incluindo as LGBTQIAPN+, sintam-se seguras e respeitadas ao frequentar esses espaços. As bibliotecas, como locais de acesso à informação e à cultura, também têm um papel social importante em promover a igualdade de direitos e o respeito à diversidade. Assim, no Manifesto da IFLA/UNESCO (2022) sobre bibliotecas públicas consta que

A liberdade, a prosperidade e o desenvolvimento social e individual são valores humanos fundamentais. Tais valores só vão ser alcançados por meio da capacidade de cidadãos bem informados exercerem seus direitos democráticos e desempenharem um papel ativo na sociedade. A participação construtiva e o desenvolvimento da democracia dependem de uma educação de qualidade e do acesso livre e ilimitado ao conhecimento, ao pensamento, à cultura e à informação (IFLA/UNESCO, 2022, p. 01).

Para isso, fornecer informações precisas e atualizadas sobre questões relacionadas à população LGBTQIAPN+, as bibliotecas se tornam uma fonte valiosa de conscientização e compreensão desses temas. Esses recursos informativos contribuem para o empoderamento da comunidade, permitindo que seus membros participem ativamente na sociedade,

superem preconceitos e estigmas e tenham acesso a informações sobre direitos, saúde, cidadania, história e cultura LGBTQIAPN+.

Portanto, é importante refletirmos para o que nos alertam Vanin e Oliveira (2019, p. 337)

As bibliotecas públicas no contexto brasileiro muitas vezes são ambientes sucateados, subestimados, subentendidos, precarizados, com serviços e acervos que não representam seu potencial. Potencial este de ser um ambiente capaz de reunir e tratar as ideias acumuladas ao longo do tempo, as mais diversas, consoantes e divergentes entre si, para animá-las no encontro com a comunidade que é diversa. Têm potencial de provocar as pessoas para pensar sua condição e do mundo, auxiliá-las na solução de seus problemas e melhorar sua condição de vida. Estão abertas e devem servir a todos, sem distinção.

Em suma, o papel das bibliotecas públicas na promoção da inclusão social, cidadania e acesso à informação relevante para essa população é de extrema importância. Essas instituições têm o poder de ser agentes ativos na construção de uma sociedade mais respeitosa, igualitária e empoderada. Garantir que as bibliotecas continuem a cumprir essa função é essencial para promover o respeito à diversidade e contribuir para a construção de um mundo mais justo e inclusivo para todas as pessoas.

Biblioteca pública, cidadania e minorias sociais

A biblioteca pública desempenha um papel fundamental como ponto central de informações locais, oferecendo uma ampla variedade de conhecimentos e recursos aos seus usuários. Essa instituição é indispensável para as sociedades baseadas no conhecimento, adaptando-se constantemente a novas formas de comunicação, a fim de cumprir sua missão de garantir o acesso universal às informações e capacitar a todos para fazerem uso significativo desse conhecimento.

Além de ser um espaço de acesso público ao conhecimento, a biblioteca também se destaca como um local de produção, compartilhamento e intercâmbio de informações e cultura, além de promover o acesso, a inclusão social e a cidadania. Dessa forma, ela desempenha um papel crucial no enriquecimento da comunidade e no fomento de uma sociedade mais informada e participativa.

Com a evolução constante da tecnologia e da informação, a biblioteca pública deve acompanhar essas mudanças de forma proativa. Ela incorpora novas ferramentas digitais, disponibiliza acervos online e investe em recursos interativos, a fim de se manter relevante e atrativa para todos os públicos.

Nesse espaço acolhedor, “os serviços da biblioteca pública são oferecidos com base na igualdade de acesso para todos, independentemente de idade, etnia, sexo, religião, nacionalidade, idioma, condição social ou qualquer outra característica” (IFLA/UNESCO, 2022, p. 01) ou seja, todas as pessoas, principalmente as mi-

norias subalternizadas pela sociedade, como as pessoas LGBTQIAPN+, podem mergulhar em um mundo de conhecimento, explorar diferentes áreas de interesse e expandir suas habilidades. Seja através de livros físicos, e-books, revistas, periódicos, vídeos educativos ou plataformas de aprendizado online, a biblioteca está empenhada em atender às necessidades educacionais e culturais da comunidade.

Além disso, a biblioteca pública é uma aliada na promoção do engajamento e da conscientização social. Ao sediar eventos, debates e exposições, ela incentiva a troca de ideias, a reflexão crítica e o diálogo construtivo entre os cidadãos. Essas atividades contribuem para a formação de uma sociedade mais democrática, participativa e conectada.

Com o objetivo de alcançar um público diversificado, a biblioteca também busca ativamente estabelecer parcerias com escolas, organizações locais e instituições governamentais. Dessa forma, ela amplia sua rede de colaboração e aumenta sua capacidade de impactar positivamente a vida das pessoas.

Assim, a biblioteca pública continua sendo um símbolo essencial de aprendizado, acesso à informação e enriquecimento cultural. Ela transcende o papel de um simples depósito de livros, tornando-se um espaço dinâmico, inclusivo e indispensável para o desenvolvimento intelectual e social de toda a comunidade.

Desta forma, no manifesto da Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (International Federation of Library Associations and Institutions - IFLA), em conjunto com a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNES-

CO), publicado em 2022, é explorado as “missões-chave” das bibliotecas públicas em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e para a construção de sociedades mais igualitárias, humanas e sustentáveis, nesse sentido:

Fornecer acesso a uma ampla gama de informações e ideias sem censura, apoiando a educação formal e informal em todos os níveis e fomentar o aprendizado ao longo da vida ao permitir a busca contínua, voluntária e autônoma de conhecimento, para as pessoas em todas as etapas da vida; Proporcionar oportunidades em prol do desenvolvimento criativo individual e estimular a imaginação, criatividade, curiosidade e empatia; Criar e fortalecer os hábitos de leitura nas crianças, desde o nascimento até a idade adulta; Promover, apoiar e participar de atividades e programas de alfabetização para desenvolver habilidades de leitura e escrita, viabilizar o desenvolvimento das habilidades para leitura midiática e alfabetização digital para todas as pessoas em todas as idades, no intuito de promover uma sociedade informada e democrática; Fornecer serviços às suas comunidades de maneira presencial e remota por meio de tecnologias digitais que permitem acesso a informações, coleções e programas sempre que possível; Garantir acesso para todas as pessoas ao

conhecimento comunitário e oportunidades para a organização comunitária, em reconhecimento ao papel central da biblioteca no tecido social; Promover o acesso das comunidades ao conhecimento científico, como resultados de pesquisas e informações de saúde que possam impactar a vida de seus usuários, além de possibilitar a participação no progresso científico; Fornecer serviços de informação de qualidade às empresas, às associações e aos grupos de interesse locais; Preservar e promover acesso a dados, conhecimentos e tradições locais e indígenas incluindo a tradição oral, proporcionando um ambiente no qual a comunidade possa ter um papel ativo na identificação de materiais a serem coletados, preservados e compartilhados de acordo com os desejos da comunidade; Fomentar o diálogo intercultural e favorecer a diversidade cultural; Promover a preservação e o acesso a expressões culturais e tradições, à apreciação das artes, ao acesso aberto ao conhecimento científico, pesquisas e inovações expostas na mídia tradicional ou em materiais digitais ou que venham ser digitalizados (IFLA/UNESCO, 2022, p. 2).

Em consonância, Chauí (2006) enfatiza o papel relevante das bibliotecas para a qualidade de vida e autonomia do cidadão, quando alerta que não basta mais

garantir o acesso, é preciso que estes espaços estejam preparados para mediar a informação revertendo-a para o benefício da humanidade, superando as condições pre-estabelecidas e emancipando o sujeito como consumidor, produtor e disseminador da informação, do conhecimento e da cultura.

Função Social das Bibliotecas públicas

A biblioteca pública deve ser um local democrático e de livre acesso à comunidade. Considerando o ambiente em que está inserida, busca-se ampliar os horizontes da população, oferecendo informações, cultura, lazer e interação para promover o contínuo desenvolvimento do conhecimento e o diálogo com as contradições existentes. Segundo Tanus (2017), a biblioteca, de forma simplificada, é uma coleção de livros organizados para aqueles que buscam leitura. No entanto, sua função vai além disso, pois, por meio da diversidade de discursos contraditórios e diferentes suportes de informação, ela desestabiliza a ordem formada por um discurso hegemônico.

Com o intuito de conciliar seu papel na comunidade com as funções essenciais desses espaços de construção coletiva e individual, permeados por diversas culturas, as bibliotecas se consolidam como espaços diversos e plurais. De acordo com Gomes (2014), a biblioteca pública é tecida como um ambiente informacional com responsabilidade social não apenas na preservação do patrimônio cultural e informacional da humanidade, mas também como um espaço para a disseminação da diversidade cultural, expressão cultural e processos de

apropriação da informação, geradores de criatividade, inovação e geração de significados.

Assim, a biblioteca pública, essencialmente, desempenha um papel na construção da cultura das comunidades que a cercam. De acordo com Almeida e Lima (2016), a relação entre biblioteca e cultura ocorre pela compreensão desses espaços como potências no desenvolvimento humano e como equipamentos culturais responsáveis pela preservação e mediação dos bens e manifestações informacionais e culturais em suas diversas formas. Sua função está alocada na construção da educação, democracia e cidadania dos indivíduos, sem distinções políticas, econômicas e sociais.

O manifesto da Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (International Federation of Library Associations and Institutions - IFLA), em conjunto com a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), de 1994, afirma que “a participação construtiva e o desenvolvimento da democracia dependem tanto de uma educação satisfatória quanto de um acesso livre e ilimitado ao conhecimento, pensamento, cultura e informação” (IFLA; UNESCO, 1994, p. 01), destacando o papel fundamental dessas instituições para a preservação e disseminação da cultura, contribuindo para a formação de uma sociedade justa e igualitária.

A IFLA e UNESCO (1994, p. 01) reafirma que:

A biblioteca pública - porta de acesso local ao conhecimento - fornece as condições básicas para uma aprendizagem contínua, para uma tomada de decisão independen-

te e para o desenvolvimento cultural dos indivíduos e grupos sociais.

Reforçando a necessidade de uma estrutura sólida dessas instituições. Em concordância, o Ministério da Cultura afirma que a biblioteca pública atua como uma instituição democrática por excelência, agrupando e proporcionando acesso aos registros do conhecimento e das ideias humanas (Brasil, 2010).

Nesse contexto, as bibliotecas públicas, considerando a perspectiva da comunidade em que estão inseridas e confrontando diferentes realidades e necessidades, são ferramentas essenciais para o desenvolvimento do capital social. De acordo com Maciel Filho *et al.* (2010), esse desenvolvimento está presente em atividades essenciais, como leitura, empréstimo, pesquisa e uso de tecnologias da informação, assim como em atividades “não essenciais”, como promoção de encontros, acesso livre e gratuito e formação continuada. Essas atividades promovem mudanças de pensamento, comportamento e aceitação da construção das identidades, além de contribuir para a preservação e disseminação das culturas e memórias individuais, locais, regionais e nacionais. Portanto, a biblioteca pública é essencialmente uma instituição social sujeita a processos de transformação da sociedade. Conforme Almeida e Lima (2016) afirmam, independentemente de quaisquer fatores, cabe a ela maximizar a utilidade social dos registros físicos ou eletrônicos, os espaços de lazer e os serviços úteis para toda a comunidade.

As constatações apresentadas neste capítulo podem parecer utópicas ao analisar a realidade das biblio-

tecas públicas brasileiras em termos de funções sociais, sua posição na sociedade e as perspectivas de democracia e cidadania em relação ao acesso e uso desses dispositivos culturais, de memória e informação pela comunidade. Segundo Almeida Júnior (1997), a biblioteca, vista como um instrumento de poder, pode ser ideologicamente utilizada para manter o controle e o poder, muitas vezes se tornando um obstáculo para as classes populares e populações subalternizadas, como as LGBTQIAPN+, por exemplo, e restringindo sua atuação a públicos específicos.

Embora a Biblioteconomia e a Ciência da Informação tragam novas perspectivas de atuação das bibliotecas como espaços democráticos e de combate à exclusão social, algumas concepções continuam enraizadas na expressão “informação é poder”, como afirma Almeida Júnior (1997). A biblioteca ainda é vista como um aparelho ideológico do estado, disseminando e preservando essencialmente o conhecimento, a cultura, a informação e a memória das classes dominantes. Então, como a biblioteca pode combater a exclusão social se suas funções nem sempre são voltadas para as necessidades das comunidades em que estão inseridas?

Cidadania: entre o acesso e a exclusão

Quando falamos sobre acesso à cidadania, algumas questões podem trazer questionamentos, como cidadania para quem? É necessário compreender este conceito para compreender como isso afeta as minorias sociais, como a população LGBTQIAPN+ e de que forma as bibliotecas públicas se encaixam nesse debate.

A cidadania está relacionada aos direitos e deveres das pessoas enquanto membros de uma sociedade que se organiza a partir de uma estrutura que define um projeto político de uma nação (país, estado, município). Nesse sentido, para que pessoas sejam consideradas como membros de uma cidade elas precisam cumprir alguns deveres, por exemplo, para que alguém participe das eleições de uma cidade é necessário que ela possua uma identificação, como o Registro Civil (RG), bem como o título de eleitor – desta forma – percebe que há um conjunto de regras que darão a pessoa a prerrogativa para que ela possa participar de decisões (como as eleições) que irão afetá-la diretamente enquanto parte daquela sociedade.

Nessa perspectiva, quem pode acessar e fazer uso de direitos, culminando no exercício da cidadania, é estabelecido pelo Estado, na qual mediante normas e regras possibilitará o acesso à cidadania ou o não acesso. Assim sendo, aqueles que conseguem seguir essas diretrizes, podem acessar seus direitos e, conseqüentemente, a cidadania, enquanto aqueles que por alguma razão não conseguem seguir essas normas, ficarão à margem, sem o acesso à cidadania.

Por conseguinte, Soares (2013) aponta que o conceito da cidadania varia e não é universal, pois está ligado ao Estado, na qual cada nação definirá o que entendem por cidadania. Desta maneira, a autora afirma que a ideia de cidadania é uma questão de ordem jurídica e política de um país, regidos por decisões políticas, ele que definirá quais os direitos e os deveres acerca da cidadania.

Em vista disso, Ramacciotti e Calgaro (2021, p. 6, grifo nosso) afirmam que a cidadania como algo integral para as pessoas

“[...] ganhou força no contexto dos Estados democráticos, colocando na pauta das reflexões teóricas e da prática social o **problema das desigualdades e das exclusões de grande parte da população mundial**, que vivia em situação de subjugação, exploração e violência [...]”.

Assim sendo, demonstrando que nem sempre a cidadania será acessada de forma igual por todos.

No território brasileiro, o documento que podemos ter como base acerca da cidadania é a Constituição Federal Brasileira de 1988, que tem como um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito a cidadania, ao lado da dignidade humana e a soberania (Brasil, 1988). Partindo deste pressuposto, é na Constituição que temos a definição de todos os direitos e deveres do território brasileiro, estes que compõem as características da cidadania correspondente a esta nação. Dentre os quais podemos citar os direitos sociais compostos por: “[...] direito à educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a alimentação, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados [...]” (Brasil, 1988, p. 6).

Isto posto, embora a Constituição seja um dos documentos que elencam os direitos e deveres das pessoas para o acesso à cidadania no contexto brasileiro, esta não é um documento único ou parado no tempo, ou seja, conforme a sociedade avança em termos de questões sociais, ambientais, econômicas, tecnológicas, dentre ou-

tras, novos direitos e deveres precisam ser estabelecidos. Isso não significa que os avanços e conquistas ocorrem de modo passivo, pelo contrário, os movimentos sociais são grandes protagonistas nesse processo.

Se no passado as pessoas do gênero feminino não tinham direito a votar em eleições, direito a se separar do marido, enfim, não possuíam direito a voz, essa não é mais uma realidade do século XXI. Tais mudanças ocorreram graças aos movimentos feministas, entre reivindicações, manifestações e lutas, tiveram conquistas que deram às mulheres o direito ao voto nas eleições políticas, por exemplo (Pinto, 2010). Dessa maneira, o Estado, por meio de diálogos, pressões, tensões, rupturas e lutas, vai estabelecendo novos direitos consoante as demandas de um tempo e contexto da época.

Assim sendo, percebe-se que os direitos que integram a cidadania podem mudar em uma construção da sociedade civil organizada - materializada pelos movimentos sociais e grupos de ativismo - e o Estado, na qual demandam direitos, principalmente aqueles garantidos na Constituição. Essa mesma dinâmica ocorre com os movimentos LGBTQIAPN+, por exemplo, que buscam e reivindicam a garantia do acesso à cidadania para as pessoas pertencentes a este grupo social.

Prosseguindo sobre a cidadania, Ramacciotti e Calgaro (2021) apontam que mesmo nas sociedades modernas, onde se iniciou a construção de direitos advindos das demandas do povo e da própria construção de uma cidadania, nem toda a população tinha acesso à cidadania. Nessa época, ao longo dos séculos XVIII e XIX, somente grandes proprietários tinham o privilé-

gio de exercer a cidadania de forma plena, quanto aos trabalhadores assalariados, uma grande maioria, estes só tiveram sua participação política a partir do século XIX (Ramacciotti; Calgaro, 2021).

Destarte, assim como Pinto (2010) pontua acerca da participação das mulheres e, consequentemente, o acesso à cidadania, Ramacciotti e Calgaro (2021) corroboram ao pontuarem acerca das pessoas assalariadas, demonstrando assim, que nem todas as pessoas conseguem usufruir de direitos estabelecidos pelo próprio Estado. A participação política em eleições – o direito ao voto – é apenas um dos exemplos das barreiras que impossibilitam que as pessoas possam exercer a cidadania de forma completa, há outras situações, variando conforme os grupos sociais.

Em continuidade, às minorias sociais, como o caso da população LGBTQIAPN+, sofrem com a falta de acesso a determinados direitos – inclusive, direitos garantidos pela Constituição Federal Brasileira – seja na área da educação, de habitação, de saúde, entre outros. Em decorrência da impossibilidade de usufruir de direitos básicos, essa minoria social se configura em situação de vulnerabilidade social, necessitando de assistência para conseguirem sobreviver.

Por esse ângulo, Silva, Vitorino e Pissango (2022) discorrem sobre Casas de acolhimento voltadas para as pessoas LGBTQIAPN+, na qual apontam que os movimentos sociais são responsáveis pela gestão e atuação dessas casas, com objetivo de promover o acesso a moradia, atuar no combate às vulnerabilidades que essa minoria social se encontra. Desta ma-

neira, embora a moradia seja um dos direitos básicos resguardados pela Constituição, sendo uma base essencial para o acesso à cidadania, muitas pessoas LGBTQIAPN+ acabam expulsas de cada, ficando sem uma casa para viver, recebendo apoio dos movimentos sociais para se restabelecerem na sociedade.

Em suma, a falta de acesso à habitação é apenas uma das questões que envolvem as exclusões e não acesso à cidadania de pessoas LGBTQIAPN+, a educação e a empregabilidade também compõem o conjunto de direitos nas quais esse grupo social pode ficar impossibilitado de acessar. A partir disso, a biblioteca pública, enquanto um local de ponto de acesso a informações, pode contribuir na contramão da vulnerabilidade social dessa minoria social, bem como o acesso à cidadania.

Por consequência, embora na biblioteca pública não possa resolver a situação das moradias, por exemplo, ela pode buscar parceria com uma casa de acolhimento, pensar em estratégias educativas e culturais voltados para essa população, bem como ser um local onde pessoas LGBTQIAPN+ possam buscar informações acerca de casas de acolhimento, como ter acesso, quais serviços podem ser acessados, entre outras possibilidades.

No ambiente das bibliotecas, podem ser pensadas ações e estratégias com os movimentos sociais no intuito de contribuir com o acesso à cidadania para a população LGBTQIAPN+. Silva, Vitorino e Pissango (2022) ao abordarem as casas de acolhimento e o acesso à cidadania para esse grupo social apontam para a ausência do Estado na efetivação da cidadania em prol dessas pessoas, com uma lacuna visível nessa questão.

Minorias sociais: o contexto da população LGBTQIAPN+

As minorias sociais são grupos sociais que se encontram em situações de opressões sociais, em posições de subalternidade, não fazem parte da classe dominante. Dito isto, a população LGBTQIAPN+ é uma minoria social que sofre determinados preconceitos e discriminações, perpassando aspectos simbólicos, psicológicos, em casos extremos, sofrendo violências físicas.

As pessoas que se enquadram nessa minoria social são corpos dissidentes, com orientações sexuais diversas da considerada padrão pela sociedade – a heterossexualidade. O mesmo quanto às identidades de gênero que acabam fugindo do padrão cisgênero², como as pessoas trans, englobado por homens trans, pessoas transmasculinas, travestis, transexuais e pessoas não-binárias.

Em decorrência das vivências LGBTQIAPN+ fugirem da norma social, essas pessoas são alvos da discriminação e do preconceito, materializado em diversos espaços da sociedade, podendo iniciar no seio familiar, partindo para as escolas, ambientes profissionais, locais de acesso a serviços (saúde, segurança etc.), e outros espaços. Esses fatores podem impactar diretamente no acesso à cidadania, ocasionando barreiras que impossibilitam que as pessoas LGBTQIAPN+ possam exercer a cidadania em seu sentido pleno.

Com finalidade de ilustrar esse panorama de violências vividas por essa minoria social, alguns grupos de

2. Pessoas que se identificam com o gênero atribuído ao nascer (Reis, 2018).

ativismo trabalham em prol de organizar e apresentar dados acerca dessa realidade. O Dossiê de 2022 dos grupos Acontece Arte e Política LGBTI+, ANTRA³ e ABGLT⁴ revela que no ano mencionado 273 pessoas LGBTQIAPN+ perderam suas vidas em razão do preconceito contra essa população, configurando o Brasil como um dos mais perigosos para essa minoria social (Mortes..., 2023).

Por conseguinte, a ANTRA também apresenta dados de violências e assassinatos acerca da população trans, que compõem as pessoas LGBTQIAPN+. Em 2022, ocorreram 131 assassinatos de pessoas trans no território brasileiro, desse número, uma pessoa era transmasculina, as demais foram todas pessoas do gênero feminino, demonstrando que o machismo e a transfobia também são fatores possíveis para a efetivação dessas violências (Benevides, 2023).

Neste ponto, conforme citado anteriormente, na Constituição o direito à segurança é uma das bases para o exercício pleno da cidadania (Brasil, 1988), com os dados apontados pelos grupos ANTRA, Acontece e ABGLT é possível notar que uma parte das pessoas LGBTQIAPN+ não possuem acesso a este direito. Levando em conta que esses dados são sobre as mortes de pessoas dessa minoria social, não incluindo as demais violências (verbais, psicológicas, simbólicas, emocionais), com cenário podendo ser ainda mais hostil do que os dados visíveis.

Portanto, diante de tal realidade, as pessoas LGBTQIAPN+ acabam se encontrando em situação de vul-

3. Associação Nacional de Travestis e Transexuais. Site: <https://antrabrasil.org/>

4. Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexo. Site: <https://www.abglt.org/>

nerabilidade social, tendo barreiras na segurança, na educação, na saúde, no acesso à cidadania em sentido amplo. Nesta perspectiva que as bibliotecas devem atuar, no combate às desigualdades sociais, a vulnerabilidade social, ao preconceito e a discriminação, bem como no auxílio ao acesso às informações, dessa forma, contribuindo para que pessoas LGBTQIAPN+ possam exercer a cidadania.

Em seguimento a isto, Assumpção (2018) ao trazer um relato de experiência acerca do acesso à informação para pessoas trans, ressalta a importância da biblioteca e de bibliotecários que contribuam para o acesso de forma democrática para essa minoria social. Além disso, a necessidade de estabelecer parceria com uma Organização Não-Governamental (ONG) é apontada pelo autor, nesse sentido, a biblioteca atuando em conjunto com o grupo de ativismo consegue alcançar o público que necessita daquelas informações, possibilitando assim, o acesso à cidadania por meio dessas.

Ademais, Assumpção (2018) relata as justificativas para que as bibliotecas e profissionais da área - bibliotecários e profissionais da informação - sejam protagonistas para disponibilizar o acesso às informações a este público, uma vez que o preconceito e a discriminação são fatores que impedem que pessoas trans acessem as bibliotecas. Nessa perspectiva, o autor propõe uma biblioteca destinada a essas pessoas de modo a contribuir com o combate a LGBTfobia, bem como a transfobia, promovendo a inclusão social dessa minoria social (Assumpção, 2018).

O Manifesto de Florianópolis (2013) que aborda a Competência em Informação e as populações e minorias

sociais em situação de vulnerabilidade, chama a atenção da classe profissional para as responsabilidades na atuação no combate às desigualdades sociais, focando na promoção da cidadania, da inclusão social e da autonomia de grupos sociais. O Manifesto (2013) elenca uma série de ações que podem ser desenvolvidas no ambiente das bibliotecas e fora delas, sendo que tais práticas também demandam parcerias com outras instituições, de modo que seja realizado um esforço coletivo em prol das minorias sociais.

Destarte, a população LGBTQIAPN+ sofre com as violências impostas pela sociedade, de forma direta e indireta, afetando diretamente suas vidas, em casos extremos, levando-os à morte, assim, percebe-se a importância de desenvolver estratégias e ações para atuar no acesso à cidadania. A biblioteca pública tem grande importância e relevância nesse debate, podendo ser grande protagonista na promoção da cidadania, de acesso a informações, combate às desigualdades sociais e vulnerabilidade social, bem como a promoção de inclusão social de grupos historicamente discriminados

Considerações finais

Em conclusão, fica evidente que as bibliotecas públicas têm um potencial significativo como espaços para promover o acesso à cidadania das pessoas LGBTQIAPN+. Ao adotar uma abordagem centrada na informação, essas instituições podem contribuir para o acesso a direitos fundamentais em áreas cruciais como educação, saúde, segurança e emprego. Além disso, o

envolvimento das bibliotecárias e bibliotecários em parcerias com grupos de ativismo social é essencial para atrair e compreender melhor as necessidades dessa população, buscando, assim, promover a inclusão social e enfrentar questões de vulnerabilidade.

A biblioteca pública, como espaço de relevância social e cultural, assume a responsabilidade de facilitar o acesso à cidadania, garantindo serviços e informações pertinentes às pessoas LGBTQIAPN+. É fundamental que esses ambientes sejam acolhedores e respeitosos, superando preconceitos e trabalhando para serem verdadeiros agentes de transformação social.

A educação surge como um campo de atuação promissor para as bibliotecas, que podem assumir um papel protagonista ao oferecer serviços que ajudem no desenvolvimento de habilidades tecnológicas e no acesso à educação formal para as pessoas LGBTQIAPN+. Da mesma forma, a promoção de acervos e coleções que representem a diversidade cultural dessa comunidade contribui para o fortalecimento do senso de pertencimento e empoderamento.

Através dessas e de outras ações, as bibliotecas públicas podem se tornar aliadas no combate à exclusão social e no fomento à cidadania plena das pessoas LGBTQIAPN+. O acesso à informação e a valorização de suas vivências são passos essenciais para promover a igualdade, equidade e emancipação dessa minoria social.

A biblioteca pública enquanto instituição com papel social e cultural, tem responsabilidade em contribuir com o acesso à cidadania, bem como a disponibilidade de serviços que proporcionem o acesso às informações necessárias para as pessoas LGBTQIAPN+, de modo que

elas possam acessar direitos embutidos na cidadania, tal como aqueles previstos na Constituição Brasileira. Levando em conta que a Biblioteca Pública não é uma entidade com vida própria, no sentido que as pessoas que compõem ela é que devem atentar-se para o combate à vulnerabilidade social por meio da Biblioteca.

Portanto, é imperativo que as bibliotecas públicas e seus profissionais se engajem de forma proativa na promoção de um ambiente inclusivo e transformador, trabalhando incansavelmente em prol da igualdade de direitos e oportunidades para todas as pessoas, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero. Somente por meio de esforços colaborativos e comprometidos, será possível alcançar uma sociedade mais justa, acolhedora e igualitária para a população LGBTQIAPN+ e para todos os indivíduos que dela fazem parte.

Em síntese, as bibliotecas públicas desempenham um papel crucial na construção de uma sociedade mais inclusiva, equitativa e respeitosa para as pessoas LGBTQIAPN+. Ao promover o acesso à cidadania por meio do viés informacional, esses espaços podem se tornar verdadeiros agentes de transformação social. Através de parcerias com grupos de ativismo social e do desenvolvimento de serviços educacionais e culturais inclusivos, as bibliotecas públicas têm o poder de empoderar a população LGBTQIAPN+, oferecendo-lhes as ferramentas necessárias para se tornarem cidadãos plenos, capazes de exercer seus direitos e contribuir positivamente para a sociedade. Contudo, é importante que as bibliotecas e seus profissionais continuem a enfrentar desafios, combatendo preconceitos e trabalhando incansavelmente para garantir um am-

biente acolhedor, que valorize as diferenças e respeite a dignidade de cada indivíduo. Somente assim, poderemos avançar em direção a uma sociedade mais justa e inclusiva para todes.

Referências

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. **Sociedade e Biblioteconomia**. São Paulo: Polis, 1997.

ALMEIDA, V. G.; LIMA, I. F. de. Bibliotecas, Cultura e Memória: possibilidades e desafios. **Folha de Rosto: Revista de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Juazeiro do Norte, v. 2, n. 2, p.56-64, dez. 2016. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/39287>. Acesso em: 19 jul. 2023.

ASSUMPÇÃO, L. B. A. Trans-formação. acesso a informação e inclusão de gênero: elaboração de um plano de negócio para criação de uma biblioteca para atender travestis, transexuais e transgêneros em situação de risco em belo horizonte: um relato de experiência. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS. 20, Salvador, 2018. **Anais [...]**. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/5766>. Acesso em: 21 jul. 2023.

BENEVIDES, B. G. **Assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022: dossiê**. Brasília, DF: ANTRA; Distrito Drag, 2023. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2023/01/dossieantra2023.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Cultura. Fundação Biblioteca Nacional (2000) – **Biblioteca pública: princípios e diretrizes**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2010. Disponível em: http://consorcio.bn.br/consorcio/manuais/manualsnbp/ArquivoFinal28_08.pdf. Acesso em: 19 jul. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, 1988.

CHAUÍ, M. **Cidadania cultural: o direito à cultura**. São Paulo: Perseu Abramo, 2006.

GOMES, H. F. A biblioteca pública e os domínios da memória, da mediação e da identidade social. **Perspectivas em Ciência da Informação**. Belo Horizonte, v 19, p.151-163, dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/t4k6pt7pb4gTPXt5yWDSzqD/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 19 jul. 2023.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS (IFLA); ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA EDUCACIÓN, LA CIENCIA Y LA CULTURA (UNESCO). **Manifesto da UNESCO sobre bibliotecas públicas**. 2022. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/6247>. Acesso em: 19 jul. 2023.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS (IFLA); ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA EDUCACIÓN, LA

CIENCIA Y LA CULTURA (UNESCO). **Manifesto da UNESCO sobre bibliotecas públicas**. 1994. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/public-libraries/publications/PL-manifesto/pl-manifesto-pt.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2023.

MACIEL FILHO, A. R. [et al.]. Capital social e bibliotecas públicas: estudos empíricos. **Perspectivas em Ciência da Informação**. Belo Horizonte, v. 15, n. 2, p. 73-88, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/r6r9dyVb-4cDjswTNRPy9Pqw/>. Acesso em: 19 jul. 2023.

MANIFESTO de Florianópolis sobre a Competência em Informação e as populações vulneráveis e minorias. Florianópolis: FEBAB; IBICT; UNB; UNESP, 2013. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/4554>. Acesso em: 21 jul. 2023.

MORTES e Violências contra LGBTI+ no Brasil: dossiê 2022. Florianópolis: Acontece Arte e Política LGBTI+; ANTRA; ABGLT, 2023. Disponível em: <https://ob-servatoriomorteseviolenciaslgbtibrasil.org/wp-content/uploads/2023/05/Dossie-de-Mortes-e-Violencias-Contra-LGBTI-no-Brasil-2022-ACONTECE-ANTRA-ABGLT.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2023.

PINTO, C. R. J. Feminismo, história e poder. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/GW9TMRsYgQNzxNjZNcSBf5r>. Acesso em: 20 jul. 2023.

RAMACCIOTTI, B. L.; CALGARO, G. A. Construção do conceito de minorias e o debate teórico no campo do Di-

reito. **Sequência**, Florianópolis, v. 42, n. 89, p. 1-30, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/seq/a/BLwwNgT-CLH78vk7HHvvhxzs/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 jul. 2023.

REIS, T. (Org.). Manual de Comunicação LGBTI+. 2. ed. Curitiba: Aliança Nacional LGBTI; GayLatino, 2018. Disponível em: <https://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2018/05/manual-comunicacao-LGBTI.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2023.

SILVA, A. L. A.; VITORINO, E. V.; PISSANGO, L. P. S. Casas de acolhimento no Brasil e a população LGBTI+: reflexões, contextos e vulnerabilidades. **Revista ECOM – Educação, Cultura e Comunicação**, Lorena, SP, v. 13, n. 26, jul./dez. 2022. Disponível em: <https://revistaecom.wixsite.com/eecom>. Acesso em: 20 jul. 2023.

SOARES, M. V. M. B. Cidadania e direitos humanos. **Cadernos de Pesquisa**, n. 104, p. 39-46, 2013. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/715/731>. Acesso em: 20 jul. 2023.

TANUS, G. F. de S. C. Biblioteconomia E As Contradições Do Social. **Inf. & Soc.:est.**, João Pessoa, v. 1, n. 21, p.202-2012, mar. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/31133>. Acesso em: 19 jul. 2023.

VANIN, L. F.; OLIVEIRA, A. C. P. Jornal Lâmpião da Esquina: um acervo relevante para a cultura LGBTQ+ na biblioteca pública. In: ROMEIRO, N. L. SANTOS, B. A.; MARTINS, C.W. (Org.). **Do invisível ao visível: saberes e**

fazer das questões LGBTQIA+ na Ciência da Informação. Florianópolis: Rocha, 2019.

A Importância dos Estudos de Gênero Voltados para a Comunidade LGBTQIAPN+ na Ciência da Informação

Abraão Muniz Pinto Junior

Doutorando em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Pernambuco (PPGCI-UFPE) - Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal do Pará (PPGCI-UFGPA). Contato: abejr199@gmail.com.

João Arlindo dos Santos Neto

Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Pará (PPGCI-UFGPA). Contato: abejr199@gmail.com.

Introdução

Este capítulo apresenta alguns dados da pesquisa concluída em nível de mestrado, no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação na Universidade Federal do Pará, que teve como objetivo investigar a produção científica na temática de estudos de gênero na Ciência da Informação (CI), voltada à comunidade LGBTQIAPN+. Na fase de coleta de dados para a pesquisa, foram recuperados trabalhos que evidenciam

ram a importância e a eficácia dos estudos de gênero na CI como modificador social.

A CI tem expandido seus horizontes de investigação cada vez mais no que diz respeito à esfera social, visto que o seu alvo final – a pessoa usuária – lidará com informações que serão capazes de transformar a sua realidade e o meio social em que se insere. O caráter social da CI já foi evidenciado em muitas pesquisas, não é de hoje que se defende e se argumenta essa aderência da área.

Os estudos de gênero tiveram início na Antropologia, na década de 1980 com o termo “gênero”, de acordo com Perucchi (2009) pois, foram as discussões voltadas para o âmbito do feminismo – iniciados na década de 1960 –, visando inserir efetivamente a mulher de forma ativa nos contextos político, acadêmico e social, que geraram os estudos de gênero. No início dos estudos, era possível encontrar a ligação que era feita entre gênero e sexo, até mesmo para a Psicologia, entretanto, o termo gênero já surgiu como dissonante do sexo, uma vez que pensadores como Lacan e Foucault discorreram sobre a performance do gênero como construto social, logo, em oposição à dicotomia antes defendida (Perucchi, 2009).

Com o passar dos anos e das novas demandas sociais, os estudos de gênero dialogaram também com o movimento negro – década de 1970 – e queer – década de 1980. A partir daí a diversidade inseriu-se de forma ativa nos estudos de gênero. Ainda que conflitos entre alguns pensamentos e conceitos entre os movimentos – feminista, negro e queer¹ – sejam até hoje discordantes,

1. Expressão em inglês utilizada originalmente para declarar algo “estranho”, “diferente”, que depois foi ressignificada pela comunidade LGBTQIAPN+ para denominar

o cerne dos estudos de gênero é entender as construções sociais que levam os indivíduos a performarem seu gênero - seja cisgênero, transgênero, agênero² - e como desconstruir paradigmas criados para limitar e oprimir novas formas de vivência e experimentações, em outras palavras, conter a diversidade.

Segundo o Dicionário Aurélio (2010), diversidade é característica do que é diverso, não semelhante, um conjunto de vários e distintos aspectos, características e pluralidades. É possível citar então, a comunidade LGBTQIAPN+ como um grupo de diversidade e que é foco da pesquisa. A sigla é composta pelas letras iniciais e nomeiam cada grupo: Lésbicas (L), Gays (G), Bissexuais (B), Transexuais, Travestis e Transgêneros (T), Queer (Q), Interssexo (I), Assexuais (A), Panssexuais (P), Não-binariedade (N) e pelo símbolo (+). Este último, (+), representa a pluralidade de corpos, sexualidades e gêneros existentes como marginalizada e vítimas de injustiças sociais pela padronização do modelo heteronormativo cisgênero.

No Brasil, de acordo com o Dossiê de Assassinações e Violências Contra Travestis e Transexuais Brasileiras (Antra, 2021), em 2021 pelo menos 140 pessoas trans foram assassinadas, deste total 135 travestis e mulheres transexuais e 5 homens trans e pessoas transmasculinas. Além disso, o referido Dossiê, aponta a idade média de evasão escolar como sendo 13 anos, portanto,

peçoas que fossem membros da comunidade.

2. Cisgênero: pessoa que se identifica com seu gênero de nascimento; transgênero: pessoa que não se identifica com o gênero de nascimento; agênero: pessoa que não se identifica com a binariedade dos gêneros, podendo performar mais de um gênero ou nenhum (Bagagli, 2018).

56% não conseguem concluir o ensino fundamental, 76% não concluem o ensino médio, e, segundo Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições de Ensino Superior (Andifes, 2018), o número de pessoas trans nas Instituições de Ensino Superior (IES) é menor que 0,2%.

E de que forma a CI pode contribuir para o combate a essas formas de violência, preconceito e desigualdade?

Araújo (2003) aborda a inserção da CI nas Ciências Sociais, visto que nos períodos anteriores a 1970, a CI tinha como foco os processos técnicos e formas tecnológicas de recuperação da informação. A partir daquele ano, com a inserção das pesquisas envolvendo as pessoas usuárias das unidades de informação, foi percebida a importância do âmbito social, seja com a sua atenção voltada a um único indivíduo ou de forma coletiva.

Araújo (2017) também discorre em seu trabalho intitulado “Teorias e Tendências Contemporâneas da Ciência da Informação” sobre 13 correntes teóricas que se destacaram em suas pesquisas feitas em âmbito nacional. Das 13, pelo menos 7 possuem caráter social, são elas: análise de domínio, folksonomias e indexação social, ética intercultural da informação, humanidades digitais, arqueologia da sociedade da informação, regimes de informação e memória. Marteleto e Silva (2004) também apontam vários estudos possuindo a informação como modificadora de problemáticas sociais, dentro da CI, portanto, é possível entender a necessidade de consolidação do âmbito social da CI, e, aqui, serão apontados os motivos pelos quais a comunidade LGBTQIAPN+ merece ainda mais visibilidade dentro da área.

Procedimentos metodológicos

A pesquisa é de natureza básica e do tipo exploratória (Braga, 2007; Volpato, 2004), visto que procura compreender a importância dos estudos de gênero voltados à comunidade LGBTQIAPN+ dentro da CI, e, para isso, foram feitas buscas na Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI), configurando pesquisa bibliográfica (Marconi; Lakatos, 2007; Pinto; Cavalcante, 2015) para encontrar trabalhos que possuem em seu escopo a comunidade LGTBQIAPN+ e os estudos de gênero, dessa forma, entender como a CI aborda as vertentes e como as utiliza de forma que possa indicar a transformação por meio da informação das problemáticas sociais envolvendo a comunidade, seja no meio em que estiver inserida.

A seguir, é apresentado um apanhado sobre os Estudos de Gênero e como a CI aborda a vertente.

Estudos de gênero e a Ciência da Informação

O conceito de gênero não é algo que se possa afirmar com alguns parágrafos e dar como acabado, já que um entendimento coletivo coloca o termo como algo ainda não padronizado e que está em constante transformação, uma vez que o gênero é algo individual. Entretanto, é possível listar alguns conceitos que são comumente utilizados. Em primeiro lugar, o conceito do Dicionário Houaiss Conciso (2011) gênero é “(1) um conjunto de espécies com a mesma origem ou as mesmas

particularidades [...] (5) bio na classificação dos seres vivos, subdivisão da família, categoria que agrupa espécies relacionadas segundo a história da evolução e distinguíveis das outras por diferenças marcantes [...]” (2011, p. 471).

Foi também consultado o significado de “gênero” no Mini Aurélio Escolar (2001, p. 345) “(1) agrupamento de indivíduos, objetos, etc, que tenham características comuns. (2) classe, ordem, qualidade. [...] (4) antrop. a forma como se manifesta social e culturalmente, a identidade sexual dos indivíduos [...]”.

Os dois dicionários apontam que o objetivo do gênero para a biologia é classificar os indivíduos, e essa divisão foi construída, como observado no Dicionário Houaiss (2011) a partir de seres com as mesmas particularidades, o que leva a entender particularidades que dizem respeito ao feminino e masculino, além de categorizar as diferenças marcantes entre as espécies. Por sua vez, o Mini Aurélio (2001) ainda enfatiza a “identidade sexual dos indivíduos”.

Outra definição que merece destaque é a que consta no Dicionário de Português Online (DICIO)³, em que gênero consta como “Diferença entre homens e mulheres que, construída socialmente, pode variar segundo a cultura, determinando o papel social atribuído ao homem e à mulher e às suas identidades sexuais”. É possível entender o caráter sexual, no que diz respeito aos órgãos genitais, na definição de gênero pelos três dicionários, visto que o primeiro aborda as particularidades e os dois últimos as identidades sexuais.

3. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/genero/>. Acesso em 20 mar. 2024.

Destaca-se, todavia, a definição encontrada no último dicionário citado, que contém o seguinte trecho: “diferença entre homens e mulheres [...] construída socialmente [...] determinando o papel social atribuído ao homem e à mulher e às suas identidades sexuais” (DICIO, 2017), reforçando as teorias sobre gênero que são abordadas nesta seção.

Fez-se necessário apontar conceitos de dicionários mais abrangentes, uma vez que são essas as informações que são de mais fácil acesso aos indivíduos, e são esses conceitos que abrem espaço para a discussão a seguir, que trata sobre as pesquisas de pessoas que estudam o seu escopo de forma histórico-científica.

Adota-se, neste capítulo, as correntes teóricas de Judith Butler, Guacira Louro e Berenice Bento, que concordam entre si no que se refere ao caráter performativo de gênero. Louro (1995) afirma que o conceito de gênero pode ter significados diferentes para cada pessoa, pois vai depender da sua vivência e de como a pessoa é atravessada pela performatividade. Ainda afirma que a palavra gênero pode ter significados distintos, pois é podem ser levados em consideração o momento, o contexto e a intencionalidade cultural contida no discurso. Louro (1995, p. 103) ressalta que há:

Uma compreensão mais ampla de gênero exige que pensemos não somente que os sujeitos se fazem homem e mulher num processo continuado, dinâmico (portanto não dado e acabado no momento do nascimento, mas sim construído através de

práticas sociais masculinizantes e feminizantes, em consonância com as diversas concepções de cada sociedade); como também nos leva a pensar que gênero é mais do que uma identidade aprendida, é uma categoria imersa nas instituições sociais (o que implica admitir que a justiça, a escola, a igreja, etc. são “generificadas”, ou seja, expressam as relações sociais de gênero). Em todas essas afirmações está presente, sem dúvida, a ideia de formação, socialização ou educação dos sujeitos.

Portanto, entende-se o que a sociedade historicamente foi se moldando para a visão binária de homem e mulher, e colocando os comportamentos aceitáveis para cada um. Paloski e Cadoná (2014) afirmam que o gênero é instituído para o ser humano desde o nascimento, pela linguagem que se comunicam, pelas relações de poder e até pela biopolítica⁴ - conceito originado por Michel Foucault.

Judith Butler apresenta o ser humano como um receptáculo para leis normativas, que impõem essas ideias de gênero. A autora também afirma que o conceito de gênero não pode ser mapeado até o momento em que foi propriamente concebido, uma vez que esse pensamento é inerente ao ser humano, ou seja, falar sobre a origem do gênero seria falar sobre a origem do ser humano, ou

4. A biopolítica foi um conceito criado por Foucault, apresentado no livro “História da Sexualidade I: vontade de saber”, onde aponta a construção política embasada na biologia e na valorização das etapas biológicas - nascer, reproduzir, crescer e morrer - para criar um método de controle social onde possam apropriar-se dos modos de vivência nas várias esferas sociais (Foucault, 1999).

seja, “[...] que juízo podemos fazer de uma construção que não pode presumir um construtor humano anterior a ela mesma?” (Butler, 2018, p. 23).

Levando a discussão mais a fundo, Butler (2018) ainda coloca o conceito performativo do gênero. O termo “performance” transmite a ideia de que é apenas uma forma de se apresentar para o mundo externo, ou seja, não é algo que é intrínseco ao ser humano, já que um bebê, quando nasce, não possui em sua mente o que é ser homem ou ser mulher. Entretanto, a autora informa sobre a limitação que a binariedade coloca à performance de gêneros, mas essas mesmas limitações são superpujadas pelas performances que desviam da binariedade – neste caso, a comunidade LGBTQIAPN+. Logo, pode-se entender o preconceito e os olhares de reprovação para os membros dessa comunidade se dá por não se encaixarem nos padrões impostos socialmente.

Sobre as questões de gênero, Louro (2009) escreveu o capítulo “Foucault e os estudos queer”, publicado no livro “Para uma vida não fascista”. Foucault em suas publicações sobre a história da sexualidade, discorreu sobre assuntos até então silenciados. Foi a partir desses questionamentos que Foucault acabou por originar temas e discussões voltados ao âmbito do que viria a se chamar estudos de gênero, mesmo sem a pretensão de originar qualquer coisa que fosse (Louro, 2009), pois quebrou o silêncio e propôs ideias totalmente contrárias ao que era pregado na época.

Louro (2009) também apresenta a forma como Foucault explicou as relações de poder construídas através dos anos pela sociedade. Logo, é possível entender que no decorrer da história da humanidade sempre hou-

veram relações de poder entre um dominante e dominado, entre quem dita as regras e quem deve segui-las, porém, e em um mesmo atravessamento de existência, sempre houveram aqueles que resistiam e não se conformavam com normas criadas para limitar o modo de ser e de pensar (Pinto Junior, 2023).

Por sua vez, Berenice Bento, autora de “A reinvenção do corpo”, de 2019, discorre sobre os pontos dos estudos de gênero, onde a autora chama de “ondas”. Em primeiro momento, ou seja a primeira “onda” de pensamentos, os estudos de gênero canalizaram sua atenção para entender a subalternidade da condição da mulher. Para esse movimento, Simone Beauvoir foi uma referência com a obra “O segundo sexo”, de 1949, onde afirmou que não se nasce mulher, torna-se mulher (Bento, 2019).

Vale salientar a binarização das ideias, ou seja, em que existiam apenas dois modos de ser, o homem e a mulher. A dicotomia da sociedade era absoluta, tanto que estudiosos da época empenharam-se em entender o motivo da subjugação da mulher perante ao homem e como essa forma de poder se deu. O consenso era: há uma desigualdade entre homens e mulheres. Fato irrefutável para quem se propunha a estudar sobre o assunto naquele momento, ou seja, o ponto inicial para os estudos de gênero, foram os estudos que deram origem ao movimento feminista (Bento, 2019).

Após esse período, surgiram pensamentos que relacionavam os estudos sobre as “mulheres”¹⁵ com as masculinidades, o que caracteriza a segunda “onda” de estudos. Ao passo que os estudos feministas colocavam a mulher como sendo sujeito de direitos na sociedade, en-

tendeu-se a presença do patriarcado. Foi assim que, ao entender as masculinidades, percebeu-se formas distintas entre elas. Entre o homem branco e o homem negro, entre o homem de classe alta e o de classe baixa. Entendeu-se que mesmo entre um “gênero” existiam relações de poder, isto é, até então, os homens exerciam papel de poder perante às mulheres, e agora, os homens exerciam esse mesmo papel perante outros homens, no que dizia respeito às raças, ou seja, quais relações de poder existiam entre um homem branco e um homem negro (Bento, 2019).

Na terceira “onda”, menciona-se Judith Butler, estudiosa que deu início aos estudos queer propriamente ditos, em seu livro “Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade” publicado pela primeira vez em 1990, o que foi um marco na ideia de opressão que as comunidades desviantes da heteronormatividade sofriam (Bento, 2019). É importante salientar a contraposição à cis heteronormatividade pois Butler também falava a respeito das mulheres, porém não deixava de lado as mulheres lésbicas e as mulheres trans, que, até então, não eram abraçadas pelos estudos feministas por não se encaixarem nos padrões propostos (Bento, 2019).

Foi a partir de então que as pautas LGBTQIAPN+ iniciaram sua inserção nas discussões sobre gênero e as relações sociais, e os ideais dicotômicos e cis heteronormativos foram refutados e abriram espaço para novos pensamentos, abraçando sexualidades e identidades de gênero marginalizadas.

Então de que forma entender a origem dos estudos de gênero pode ser válido para a CI?

Logo, entender a origem dos estudos de gênero e como se configuram atualmente é um ponto importante para vislumbrar as possibilidades que essa vertente do conhecimento apresenta, já que as inclusões e os desdobramentos ocorridos, servem até hoje como aporte teórico-conceitual para novas indagações e novos pensamentos a respeito do contexto político-social em que os indivíduos se inserem, como são levados a se comportar e qual o tratamento que recebem ao se desvencilhar das amarras biopolíticas (Pinto Junior, 2023).

De forma mais prática, visando exemplificar, é possível citar algumas formas que a CI pode ser inserida de forma ativa no combate ao preconceito e dismantelar as normas que impedem a vida plena de indivíduos que não se inserem no CISTema, visto que Butler (2004) deixa claro que em uma sociedade que não aceita um indivíduo da forma que é, seja por sua orientação sexual ou identidade de gênero, este mesmo indivíduo não se sentirá pertencente a qualquer local que seja, e mesmo que entenda que ele não faz parte de um círculo social que lhe acolhe e lhe apoia, sua vida não será plena já que ele não será apenas deixado de lado, sua vivência como ser humano será invalidada e as dificuldades impostas pela sociedade serão ainda mais ferrenhas que as dificuldades comuns enfrentadas pelos indivíduos cis heteronormativos.

É possível também entender que as várias conquistas da comunidade LGBTQIAPN+, foram conquistadas a partir de movimentos sociais, novamente, reforçando a importância do caráter social em quaisquer áreas do conhecimento.

Um exemplo disso, é o trabalho de Calixto, Côrtes e Soares (2016), intitulado “Rompendo o silêncio: a infor-

mação no espaço LGBT no estado da Paraíba”, onde realizaram um estudo na unidade de informação em questão. A partir da pesquisa, foi possível depreender que a exclusão que transpassa a comunidade LGBTQIAPN+ pode ser diminuída a partir de políticas públicas, baseadas em informações confiáveis, “[...] dessa forma, a articulação da Arquivologia com a temática LGBT e presença do arquivista em unidades informacionais não tradicionais como o espaço LGBT é primordial para o enfrentamento a homofobia e aos mais diversos tipos de desigualdades” (Calixto; Côrtes; Soares, 2016, p.83)

Santos (2018) em “Centro de referência lgbt, espaços de cultura, cidadania e informação: um estudo na cidade de São Paulo”, também aborda sobre a importância de espaços de informacionais voltados à comunidade, uma vez que, de acordo com a pessoa autora, os Centros de Referência existem para a manutenção da informação, cultura e cidadania dos indivíduos. O estudo feito nos cinco centros de São Paulo, evidenciaram a eficácia dos centros para a comunidade LGBTQIAPN+ uma vez que cuprem com os objetivos de atender as necessidades culturais, de cidadania e informacionais, já que muitos usuários afirmaram entenderem melhor sobre as identidades de gênero e sobre as sexualidades.

O trabalho “Violência contra travestis e transexuais: a mediação da informação no espaço lgbt” (Côrtes; Silva; Silva; Soares, 2017) trata sobre a mediação da informação e seu poder transformador. Neste trabalho, a mediação da informação, aliada aos estudos de gênero, foi evidenciada como importante ferramenta para o combate à violência contra à comunidade LGBTQIAPN+. Concluindo que a pessoa profissional da informação possui a

capacidade e os suportes teórico-conceituais necessários para que seja evocado como mediador nos processos informacionais que envolvem os direitos humanos.

Portanto, ao demonstrar que a pessoa profissional da informação e a CI podem (e de certa forma devem, pois é dever suprir as necessidades informacionais) utilizar de suas ferramentas para o combate o às LGBTfobias, em seu papel de pessoa organizadora, mediadora e transformadora social, evidencia-se a importância de consolidação dos estudos de gênero voltados especificamente à comunidade.

O termo “consolidação” foi escolhido pela autora, visto que ainda há um vasto espaço a ser preenchido, estudado e debatido no que diz respeito aos estudos de gênero voltados à comunidade LGBTQIAPN+ dentro da CI no Brasil. De acordo com dados da pesquisa de Pinto Junior (2023), até 2022, apenas 13 dissertações e 5 teses haviam sido publicadas. Sendo a primeira dissertação em 2016 e a primeira tese em 2019, ou seja, a temática foi abordada tão recentemente nos programas de pós-graduação que não contabiliza 10 anos desde a primeira publicação.

Por sua vez, a quantidade de artigos publicados abordando a temática, até o ano de 2022, era de 43. Sendo o primeiro artigo publicado em 2004. Desde a primeira publicação, houveram hiatos na publicação entre os anos 2005 até 2008, 2010 a 2012, 2014 e 2015. É interessante observar que o artigo recuperado data de 2004, com o título “Os termos relativos ao segmento GLBT (gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros) no contexto das linguagens documentárias”, podendo ser depreendido que no início dos anos 2000, já se falava, mesmo que de ma-

neira tímida sobre o assunto. Entretanto, apenas em 2016 a primeira dissertação abordou o tema.

Como dito anteriormente, o termo “consolidação” foi escolhido pois há a necessidade de fortalecimento, de solidificação, de tornar estável os estudos de gênero dentro da CI, como uma área do conhecimento que merece e deve ser explorada pelas pessoas profissionais da informação.

Vale ressaltar que a CI já reconheceu a importância de tratar sobre assuntos que se referem à diversidade de corpos, gêneros, sexualidades e vivências, podendo ser citado a criação do Grupo de Trabalho 12, do Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação (ENANCIB). O GT 12 - Informação, Estudos Étnico-Raciais, Gênero e Diversidades, foca em trabalhos que expandam a visão da diversidade, que proporcionem novos olhares a respeito de pautas importantes e que tragam uma nova perspectiva sobre assuntos que são pouco debatidos e que até então não possuíam visibilidade suficiente para que pudessem ser de fato debatidas e estudadas a fundo.

É possível citar também o Selo Editorial Nyota, que tem como principal objetivo tornar mais visível e disseminar pesquisas produzidas por mulheres, indígenas, pessoas negras e população LGBTQIAPN+. Contam com uma equipe de pessoas bibliotecárias licenciadas e que também fazem a revisão do trabalho e proporcionam todo auxílio editorial. Tem em seu catálogo títulos como: “Do invisível ao visível: saberes e fazeres das questões LGBTQIA+ na Ciência da Informação”, “A primavera não-binária: protagonismo trans não-binária no fazer científico”, “O protagonismo da mulher na Arquivologia,

Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação”, entre outros.

Os trabalhos e publicações apresentados, além das ações e potencializadores sociais evidenciados, respondem a pergunta “os estudos de gênero voltados à comunidade LGBTQIAPN+ são importantes para quê, na CI?” e geram uma nova indagação: “o que ainda estamos esperando para desenvolver pesquisas a respeito desse tema?”.

Considerações finais

Neste capítulo, foram apresentados alguns dados da pesquisa de mestrado já concluída que teve como foco a comunidade LGBTQIAPN+ e os estudos de gênero voltados à ela. Assim como havia sido abordado no começo do capítulo, optou-se por expor dados mais específicos, que comprovem a necessidade da maior visibilidade dos Estudos de Gênero sobre a comunidade LGBTQIAPN+ na CI.

Foram constatadas as possibilidades de inserção da pessoa profissional da informação no que tange os estudos de gênero, uma vez que as necessidades informacionais estarão sempre presentes, de uma maneira mais específica (dentro da própria comunidade) ou de forma mais abrangente (aqueles que não fazem parte da comunidade, mas necessitam de informações sobre sexualidades, identidades de gênero etc).

Além do que, o papel da pessoa profissional da informação não está atrelada apenas às paredes da unidade de informação, o meio social em que está inserida também é um extenso campo informacional para que os

processos informacionais sejam realizados de maneira que a pessoa profissional seja capaz de se entender como agente modificador e hábil para dismantelar preconceitos e ideias normativas há muito estruturadas que diminuem a dignidade de vida e retiram direitos básicos de um ser humano.

Evidencia-se também a necessidade de consolidação da área, uma vez que ainda há um longo caminho a ser percorrido e novos horizontes a serem explorados, já que o gênero, as sexualidades e as vivências são individuais e estão em constante mudança e transformação. E essa consolidação pode ser vislumbrada através de mais visibilidade, que geraria mais interesse, fomentaria novos questionamentos e a busca por respostas, conceitos e teorias.

Conclui-se que os estudos de gênero com foco na comunidade LGBTQIAPN+, dentro da CI, beneficiam não somente as pessoas pesquisadoras da área, mas também uma comunidade que sofre com preconceitos e violências. O poder transformador da informação é comprovado a partir de mudanças em legislações, atualizações de regimentos e inserção de pessoas fora do CISTema em locais que jamais eram imaginados antes, como universidades, cargos políticos e grandes empresas.

Vale ressaltar que grande parte das obras que embasam os conceitos de gênero, não são atuais, são trabalhos que datam do século passado, mas que até hoje se mostram pertinentes e se fazem tão atuais e válidas para aprofundamentos. A comunidade LGBTQIAPN+ é e sempre será marcada por lutas, sejam por direitos básicos, sejam lutas físicas pela própria sobrevivência, um fato é certo: desistir não é uma característica dessa co-

munidade e para que pessoas possam ter um momento de descanso de suas lutas é que outras também precisam lutar, sejam de dentro da comunidade ou não. A CI é uma aliada e possui a ferramenta capaz de iniciar revoluções e findar guerras: a própria informação.

Referências

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. **A ciência da informação como ciência social**. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 32, n. 3, p. 21-27, set./dez. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/DZcZXSqTbWHpF6fhRm8b9fP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 abr. 2024.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. **Teorias e tendências contemporâneas da Ciência da Informação**. *Informação em Pauta*, Fortaleza, v. 2, n. 2, p. 9-34, 2017. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/informacaoempauta/article/view/20162>. Acesso em: 10 abr. 2024.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS – ANTRA. **Associação Nacional de Travestis e Transexuais. Dossiê de Assassinatos e Violências Contra Travestis e Transexuais Brasileiras**. Disponibilidade em: <https://antrabrasil.org/>. Acesso em: 10 abr. 2024.

BAGAGLI, Beatriz Pagliarini. **“Cisgênero” nos discursos feministas: uma palavra “tão defendida; tão atacada; tão pouco entendida”**. Campinas: UNICAMP, 2015. 100p.
BENTO, Berenice. **A (re)invenção do corpo: sexuali-**

dade e gênero na experiência transexual. 3.ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2019.

BRAGA, Kátia Soares. Aspectos relevantes para a seleção de metodologia adequada à pesquisa social em Ciência da Informação. *In*: MUELLER, Suzana Pinheiro Machado (org.). **Métodos para pesquisa em Ciência da Informação**. Brasília: Thesaurus, 2007. p. 17-38. (Série Ciência da Informação e da Comunicação).

BUTLER, Judith. **Desfazendo gênero**. São Paulo: Editora Unesp, 2022.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio Século XXI: o minidicionário da língua portuguesa**. 4.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

INSTITUTO ANTONIO HOUAISS. **Dicionário Houaiss Conciso**. São Paulo: Moderna, 2011.

LOURO, Guacira Lopes. Foucault e os estudos queer. *In*: RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo (org.). **Para uma vida não-fascista**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p. 135-142.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, história e educação: construção e desconstrução**. **Educação & Rea-**

idade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 101-132, 1995. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/257906/000037110.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 abr. 2024.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007. 312p.

MARTELETO, Regina Maria; SILVA, Antonio Braz de O. **Redes e Capital Social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local**. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 33, n. 3, p. 41-49, 2004.

PALOSKI, Luis Henrique; CADONÁ, Eliane. **Diversidade sexual: da biologia sexista aos estudos de gênero**. *Saúde e Desenvolvimento Humano*, v. 2, n. 2, p. 95-104, 2014. Disponível em: https://revistas3.unilasalle.edu.br/index.php/saude_desenvolvimento/article/view/1688. Acesso em: 10 abr. 2024.

PERUCCHI, Juliana. Dos estudos de gênero às teorias queer: desdobramentos do feminismo e do movimento LGBT na psicologia social. **Anais do Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social**. Maceió, 2009. Disponível em: http://abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais_XVENABRAPSO/627.%20dos%20estudos%20de%20g%C3%A1nero%20%C3%B3s%20teorias%20queer.pdf. Acesso em: 10 abr. 2024.

PINTO, Virgínia Bentes; CAVALCANTE; Lídia Eugênia. **Pesquisa bibliográfica e documental: o fazer científico**

em construção. In: PINTO, Virgínia Bentes; VIDOTTI, Silvana Aparecida Borsetti Gregório; CAVALCANTE, Lídia Eugênia (org.). **Aplicabilidades metodológicas em Ciência da Informação**. Fortaleza: UFC, 2015. p. 15-34.

PINTO JÚNIOR, Abraão Muniz. **Produção científica de estudos de gênero na Ciência da Informação sobre a comunidade LGBTQIAPN+**. Orientador: João Arlindo dos Santos Neto. 2023. 180f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2023. Disponível em: <https://www.ppgci.propesp.ufpa.br/index.php/br/teses-e-dissertacoes/dissertacoes/299-turma-2021>. Acesso em: 10 abr. 2024.

VOLPATO, Gilson Luiz. **Ciência: da filosofia à publicação**. 4. ed. Botucatu: Tipomic, 2004.

Interseccionalidades na Biblioteconomia brasileira: gênero e diversidade nos séculos XX e XXI

Valéria Aparecida Bari

Bibliotecária formada pela Universidade de São Paulo - USP em 1990, exerce a profissão desde então, com registro regular e atualizado no sistema CFB/CRB. Possui: mestrado em Ciência da Comunicação - USP (2002) e doutorado em Ciência da Informação - USP (2008). Ingressou na carreira docente do magistério superior da Universidade Federal de Sergipe - UFS (2009), no Departamento de Ciência da Informação (DCI); e no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI). É líder do GRUPO PLENA /UFS - Grupo de Pesquisa em Leitura, Escrita e Narrativa, desde 2015. Atualmente, é conselheira nomeada do Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB), na 20ª gestão (2022-2024). Contato: bari2009@academico.ufs.br.

Shirley dos Santos Ferreira

Bibliotecária formada pela Universidade Federal de Sergipe - UFS (2015). Mestre em Gestão da Informação e do Conhecimento pela UFS (2019). Especialista em Biblioteconomia pela Faculdade Venda Nova do Imigrante - FAVENI (2017). Tutora do Curso de Biblioteconomia à Distância da Universidade Federal de Sergipe desde 2023. Foi Professora voluntária do Departamento de Ciência da Informação, do

Curso de Biblioteconomia e Documentação da
Universidade Federal de Sergipe (2020-2023).
Pesquisadora no Grupo de Pesquisa PLENA/
UFS. Contato: shirleybiblio@yahoo.com.br.

Introdução

Temos a atualidade dos estudos sobre interseccionalidade, originados nos estudos da pesquisadora estadunidense Kimberlé Crenshaw, uma mulher afro-americana que observou a sociedade do ponto de vista da cultura e da identidade. Desse modo, Crenshaw desenvolveu o conceito e sua teoria, na tentativa de levar à uma reflexão, mas também à práticas sociais e políticas voltadas para a paridade de condições de vida, trabalho, proteção social, competitividade e segurança para todas as pessoas, independentemente de suas características identitárias e culturais.

De uma forma mais simples, a interseccionalidade verifica que certas características humanas foram consideradas fatores culturalmente válidos de segregação social, mascarando sistemas de poder escusos e desvantajosos para a humanidade como um todo. Desse modo, a Biblioteconomia brasileira tem o potencial de cooperar ativamente com a eliminação da desigualdade estrutural, trazendo igualdade de condições, realizações e felicidade para a sociedade brasileira, ao discutir e buscar a superação de tais interseccionalidades, em sua cultura profissional.

Com as bases lançadas por Crenshaw em 2004, o paradigma social da Biblioteconomia se fortificou no séc. XXI. Podemos constatar os efeitos realmente significati-

vos nas vivências profissionais, assim como nas políticas inclusivas, que abarcam as necessidades, gostos e preferências das comunidades servidas, assim como da abertura de possibilidades de inovação no regime de informação, considerando aspectos identitários e culturais locais.

Porém, a reflexão não pode se dar com o apagamento do que já foi vivido entre a classe bibliotecária no Brasil do séc. XX, como reflexo do Positivismo que quase custou a vida do planeta, ao pregar a pureza racial, a superioridade do masculino e a corrida armamentista. Embora não esteja claro para todos, a Modernidade também foi um momento histórico de amadurecimento de ideias cultivadas desde a formação da humanidade. A sociedade humana na Antiguidade já estabelecia relações de gênero que, superadas as questões de sobrevivência, conservavam a desvantagem para as mulheres. Algo que poderia ser superado na intelectualização da humanidade, pelo contrário, foi aprofundado pela obstrução do acesso aos conhecimentos e às escalas decisórias pelas mulheres.

Um caso emblemático de sexismo que retoma as origens da atividade biblioteconômica, na Antiguidade, ocorreu na Biblioteca de Alexandria. Sua protagonista, Hipátia de Nicéia, também conhecida como Hipátia de Alexandria, foi uma das integrantes da gestão da Biblioteca de Alexandria, com seu museu e escola filosófica. Atuou na Biblioteca de Alexandria, no período aproximado dos anos de 360 a 416.

Apesar das tragédias que sucederam, e até um incêndio que consumiu acervos da Biblioteca de Alexandria, sua organização como unidade de informação preservou a memória dos principais feios de Hipátia:

Hipátia foi uma das mulheres mais influentes no Egito no início do Século V. Era uma cientista e trabalhava na Biblioteca de Alexandria, que era a maior fonte de conhecimento de todo mundo. Lá estava armazenado grande parte de tudo aquilo que já havia sido escrito pelo homem, em qualquer área do conhecimento e da literatura. [...] Ela era filósofa, matemática, astrônoma, médica e diretora da escola de filosofia neoplatônica em Alexandria. Na Astronomia, Hipátia cartografou corpos celestes, confeccionou planisférios, revisou o *Almagesto* de Ptolomeu e aprimorou o astrolábio. Numa época em que as mulheres viviam à sombra de seus maridos, Hipátia, apesar de muito bonita e de possuir uma grande quantidade de pretendentes, preferia se dedicar aos seus estudos e seu trabalho. Tinha o perfil de uma mulher feminista e independente, uma revolução para a sociedade machista daquele tempo. Mas seu pensamento progressista conflitava diretamente com um poder crescente naquela época (Zurita; Mozelli, 2023, s/p).

Nas descrições coletadas à época, os historiadores retratam o momento de intolerância religiosa, instaurado pelo Império Romano, sob o qual Alexandria encontrava-se colonizada. Se antes, os romanos haviam “servido” os cristãos para os leões em cruéis espetáculos, naquele momento histórico tornaram a religião católica

oficial em seu império. Naquela época, o prefeito imperial de Alexandria era Orestes, um romano que se valia dos conhecimentos de Hipátia para resolver diversos problemas e proceder a tomada de decisões. Já o bispo católico de Alexandria, Cirilo, ao ser empossado, iniciou um período de terror e perseguição à população Alexandrina, atingindo aos que não eram cristãos, assim como aos cristãos também. Não bastava ser cristão, era preciso obedecer cegamente às ordens de Cirilo, como se fosse um mensageiro divino.

Figura 1 - A morte de Hipátia de Alexandria, em ilustração do séc. XIX



Fonte: Science Photo Library BBC News, 9 dez. 2018.

No ano de 416, supõe-se que os cálculos astronômicos de Hipátia tenham apontado uma data para a Semana Santa diferente da proposta por Cirilo (Zurita; Mozelli, 2023, s/p). Este, já previamente havia difamado, como satânica e antinatural, uma mulher que decidiu

não ser mãe, para dedicar-se aos estudos e à ciência, e que pessoas do mundo ocidental buscavam, para aprender novos conhecimentos e resolver intrincados problemas. Cirilo resolveu, então, providenciar a execução pública de Hipátia de Niceia. Em consequência desta discrepância, segundo registros do historiador Sócrates de Constantinopla (apud Zurita; Mozelli, 2023, s/p), numa data hoje estimada em 8 de março de 416, ocorreu o seguinte fato:

Hipátia foi atacada e arrancada de sua carruagem por uma multidão de cristãos enfurecidos. Ela foi arrastada pelas ruas da cidade até uma igreja [Católica], onde foi violentada, teve suas roupas rasgadas e sua carne arrancada dos ossos por conchas afiadas. Depois de morta, seu corpo despedaçado foi queimado fora dos limites da cidade e todos os seus trabalhos, destruídos. [...] Os assassinos de Hipátia jamais responderam por esse crime. A Biblioteca de Alexandria foi incendiada e o mundo mergulhou em um longo período de mil anos de trevas na Ciência (Zurita; Mozelli, 2023, s/p).

Pode ser que as pessoas que dedicam-se à leitura deste capítulo imaginem que, por ser um fato ocorrido na transição entre a Antiguidade e a Idade Média, e que Alexandria está no continente africano, tudo isso fica muito alheio à realidade da Idade Moderna, ou dos nossos atuais tempos de Pós-Modernismo. Mas, infelizmente, embora sejam mais raros os linchamentos e assassina-

tos de bibliotecárias e outras intelectuais e profissionais no mundo, as mesmas seguiram enfrentando ambiência tóxica, perseguições, assédios e condições desiguais de carreira e trabalho, até os dias atuais.

Para tratar brevemente dessas questões, vamos localizar inicialmente um caso notório e conhecido, registrado na Biblioteconomia francesa do séc. XX. A escolha também se dá devido à influência internacional de sua protagonista, a Bibliotecária e Documentalista Suzanne Briet. Posteriormente, observaremos, ao longo do séc. XX, os enfrentamentos das bibliotecárias brasileiras.

Como contraponto, ao estabelecer o panorama do séc. XXI, verificaremos o amadurecimento de relações de vida e trabalho melhor qualificadas, assim como os princípios norteadores que internacionalmente tem criado uma tendência mais diversa, acolhedora e justa para as mulheres bibliotecárias.

Suzanne Briet: um caso memorável de gênero no Séc. XX

A França tem como uma de suas mais ilustres filhas, a bibliotecária e documentalista Renée-Marie-Hélène-Suzanne Briet (1894-1989). Aliás, a nossa querida Madame Documentação, que utilizou apenas o nome Suzanne Briet (figura 2), é a codificadora deste campo do conhecimento, assim como da designação de seus protagonistas, documentalistas. Viveu sua vida em Paris, no período de 1894 e 1989.

Com sua colega Louise-Noëlle Malclès, Suzanne Briet elaborou, desde os anos

1930, alguns instrumentos emblemáticos do avanço francês em matéria de acesso à documentação: o primeiro, ao criar a sala de bibliografia da Biblioteca da Sorbonne, em 1935; o segundo, mais ou menos à mesma época, ao implementar a sala dos catálogos e bibliografias da Biblioteca Nacional. As duas, ambição anódina nos dias de hoje, “moderna” à época, quiseram facilitar a consulta dos instrumentos de acesso à informação (bibliografias, catálogos, índices, dicionários, enciclopédias, repertórios, etc.), até aquele momento conservados em depósitos fechados. Suzanne Briet ampliou, inclusive, a indexação a todas as formas de documentos e desenvolveu um serviço de questionários para os leitores da Biblioteca Nacional em Paris (Fayet-Scribe, 2018, p. 807).

Bibliotecária influente em vida, sua obra segue sendo considerada um marco teórico na Ciência da Informação, em nível mundial. Afortunadamente, Briet lutou pela igualdade de direitos e dignidade das mulheres, sendo marcante o legado do feminismo, marcado pela participação na fundação da Zonta na França, em 1919, para o reconhecimento dos direitos das mulheres pelo mundo.

Ao iniciar seu trabalho na Biblioteca Nacional da França (BNF) em 1924, após uma brilhante atuação no processo seletivo, Suzanne Briet foi imediatamente empossada e elevada ao grau de chefia. Embora outras

profissionais proeminentes da Biblioteconomia já estivessem incorporadas à BNF à época de sua posse, devido ao seu brilho especial, ela seria alvo não somente de admiração de seus pares do gênero masculino. Suzanne Briet já pode sentir o enfrentamento, assim que tomou posse do cargo na BNF:

Ela observa que o administrador geral “teve a honra” de trazer à sua atenção uma moção apresentada a ele pelos delegados de um clube informal (amicale) de funcionários do sexo masculino pedindo que o número de mulheres bibliotecárias seja limitado. O pedido foi motivado pelo fato de ter sido uma mulher promovida a uma posição gerencial (conservadora-adjunta) e que ela não teria autoridade sobre seus colegas ou subordinados (Maack, apud Corrêa; Spudeit, 2018, p. 34).

Figura 2 - Suzanne Briet, 1952.



Fonte: Site Open Edition Books. Foto da carteira de identidade de Suzanne Briet.¹

1. Foto Restaurada e colorizada pelos recursos do aplicativo FOTOR.

Suzanne Briet criou e chefiou o setor de catálogos e bibliografias da BNF, no período entre 1934 a 1954. Briet defendeu que “os documentos deveriam estar inseridos nos contextos sociais das pessoas que os utilizavam.” Sendo assim, a bibliografia não era apenas sobre uma coleção de livros, mas um repertório de fontes de informação que fosse de interesse do usuário. Para especialistas como Elisa Cristina Delfini Corrêa e Daniela Fernanda Assis Oliveira Spudeit (2018), Briet pode ter sido responsável pela estrutura curricular da atual formação superior em Biblioteconomia e Documentação no Brasil. A contribuição é mundial, já que “em 1950, [Briet] elaborou o relatório sobre formação profissional dos bibliotecários e documentalistas para UNESCO, em seguida desenvolveu um plano para a criação da primeira escola de Documentação do mundo” (Corrêa; Spudeit, 2018, p.28).

Um apelido carinhoso, “Madame Documentação”, nos faz lembrar desta bibliotecária valente, cujo trabalho de pesquisa fundamentou o processo de registro do conhecimento e da produção científica, assim como dos atuais serviços de informação e referência. O lançamento de sua obra, “O que é a documentação?” (Briet, 1970), lançada na França em 1951, consolida a criação de um campo da Ciência da Informação, a Documentação, ao mesmo tempo que denomina as protagonistas que constroem os conhecimentos, as documentalistas.

No final de sua vida, Briet escreve um livro autobiográfico, no qual não cita uma única vez a sua atuação como bibliotecária, ou mesmo a sua relevância mundial como documentalista e as conquistas das mulheres nesta profissão. Queria dedicar esta obra, na qual se

expõe em seu foro íntimo, a falar da condição feminina no séc. XX.

Quando, em 1976, aos 80 anos, Suzanne Briet apresenta – classificadas em ordem alfabética e por palavras-chave – suas memórias para a Société des Écrivains des Ardennes, da qual é membro, estas podem parecer, ao primeiro olhar, como anedóticas, excluindo, de maneira singular, toda a riqueza intelectual vivida por Suzanne Briet no domínio da Documentação. Ela não menciona nem suas leituras, nem seus contatos prestigiosos nos Estados Unidos ou na França. No entanto, a leitura de *Qu'est-ce que la documentation?* mostra o espírito inovador e fundador de sua autora (Fayet-Scribe, 2018, p. 807).

Segundo Mary Niles Maack, uma das pesquisadoras que mais se dedicou a desenvolver seu legado, a intenção de Briet também era a de romper o silêncio sobre o lamurioso ambiente social, de trabalho e pesquisa científica dela e de outras mulheres:

Suzanne Briet apreciou a necessidade de deixar um livro de memórias que oferecesse algum registro de como ela era como pessoa, uma obra que expressasse seus pensamentos e crenças. Refletindo sobre sua longa vida, Briet escreveu: “Aos vinte anos, eu tinha como lema: ‘Chorar talvez, mas nunca odiar’. Aos quarenta era: ‘Ser-

vir'. Aos oitenta poderia ser: 'Retornar ao Espírito' (Maack, 2004, p. 1).²

Incompreendida a princípio, posteriormente fadada ao esquecimento, a obra autobiográfica de Suzanne Briet talvez refletisse sobre algo que ainda vivemos, em pleno séc. XXI. Sob diferentes justificativas, o Brasil e o mundo Pós-Moderno prosseguem com relações e políticas públicas que diferenciam o que deveriam igualar, e igualam as condições que deveriam diferenciar.

Podemos imaginar que, num mundo voltado para o capital, a diferença de tratamento e empregabilidade gerada pela misoginia fosse lucrativa. Contudo, até a relação entre desigualdade de gênero e desenvolvimento da economia tem ganhado destaque nos estudos da área. Analistas econômicos internacionalmente consagrados, como os do McKinsey Institute afirmaram documentalmente desde 2014, que a desigualdade de gênero tem provocado incríveis prejuízos econômicos.

Nossa pesquisa sobre igualdade de gênero mostrou que um cenário de “potencial total”, em que as mulheres participam da economia de forma idêntica aos homens, adicionaria até US\$ 28 trilhões – ou 26% - ao PIB anu-

2. Livremente traduzido por recursos digitais do seguinte trecho: “Suzanne Briet appreciated the need to leave behind a memoir that would offer some record of what she was like as a person, a work that would express her thoughts and beliefs. Reflecting back on her long life, Briet wrote, “At the age of twenty, I had as my motto: ‘To weep perhaps, but never to hate.’ At forty it was: ‘To serve.’ At eighty it could be: ‘To return to the Spirit’”.

al global em 2025, quando comparado a um cenário em que tudo permanece como está hoje. Esse impacto é praticamente equivalente ao tamanho das economias atuais da China e dos Estados Unidos combinadas. Um cenário alternativo de “melhor da região”, no qual todos os países atingem o índice de desenvolvimento do país com melhor desempenho em sua região, agregaria até US\$12 trilhões ao PIB anual em 2025, o equivalente ao tamanho atual do PIB da Alemanha, do Japão e do Reino Unido combinados (Bughin; Woetzel, 2019, s/p).

Com o olhar e ressignificação da atualidade, vamos nos debruçar sobre a experiência do exercício da Biblioteconomia no Brasil do séc. XX, para então finalmente buscar as bibliotecárias do séc. XXI, em busca de boas notícias.

Como foram tratadas as bibliotecárias no Brasil no Séc. XX

Saindo de um séc. XIX no qual grande parte das bibliotecas de caráter público foram geridas por religiosos, ou por intelectuais apaixonados pela leitura, a Biblioteconomia Brasileira se lançava na modernidade com uma profunda crise de identidade.

Conviveram, na Biblioteconomia brasileira, dois paradigmas: a visão eurocêntrica e romântica da erudição, de origem europeia; ao mesmo tempo que a ascensão da influência cultural estadunidense traria uma

onda de modernização e padronização de produtos e serviços informacionais. E, ironicamente, as questões de gênero polarizaram esta discussão no Brasil, durante todo o séc. XX.

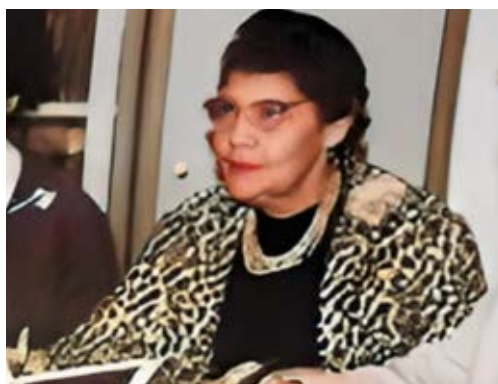
A principal representante da influência estadunidense no Brasil do séc. XX, Adelpha Silva Rodrigues de Figueiredo (figura 3), graduou-se em Farmácia, Odontologia, Música e Letras Vernáculas, antes de aceitar uma bolsa de estudos para cursar biblioteconomia na Universidade de Columbia, em Nova York, no período de 1930 a 1935. Adelpha foi a primeira mulher brasileira a concluir um curso de biblioteconomia em uma universidade. Trabalhando na padronização de procedimentos de Catalogação e Classificação, que atualmente são inseridos nas teorias e práticas de Organização e Representação da Informação e do Conhecimento, ainda nos legou com excelentes traduções e adaptações de diversos instrumentos e fontes quaternárias de informação, que ainda hoje são instrumentos aplicáveis às práticas biblioteconômicas.

Com a implantação dos referidos processos técnicos, principalmente em bibliotecas universitárias e especializadas, influenciou a introdução dos conteúdos e práticas nas propostas curriculares do curso superior em Biblioteconomia da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP), que funciona desde 1940. Nesse momento, os bibliotecários (do sexo masculino) passaram a publicizar que os procedimentos documentais eram impostos pelas bibliotecárias (do sexo feminino), se estabeleciam como forma de exercício feminista, influenciando negativamente a profissão.

A profissionalização e criação de currículo mínimo, códigos de ética, lei de regulamentação, movimento associativo e corporação, podem ser efeitos do sucesso da atuação de Figueiredo. Outra protagonista, que também se dedicou aos processos de Organização e Representação da Informação e do Conhecimento, foi a paulistana Laura Russo (figura 4). Apelidada de “cão de guarda” da Lei 4084/1962, sentou-se à porta de cada repartição onde tramitou o seu projeto. Discípula de Figueiredo, tem seu nome assinado nas atas de fundação da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários (FEBAB) e do Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB).

Certamente, em meados do séc. XX, após o final da Segunda Guerra Mundial, duas grandes influências alteraram a forma como era vista e praticada a Biblioteconomia do Brasil. Uma delas, originária da França, trazia a obra de Suzanne Briet, muito harmonizada às aspirações de Juscelino Kubitschek, um médico e cientista que ascendeu à presidência da república brasileira pelo Partido Progressista, em 1956. A ênfase na produção científica, tecnológica e nos processos industriais fortificou a ideia da Documentação, possibilitando a curricularização dos processos especializados de Organização e Representação da Informação e do Conhecimento, assim como fortificando a Biblioteconomia Especializada. E, devido aos trabalhos precursores de Adelpha Figueiredo, assim como a aberta oposição aos mesmos, com um cenário de misoginia... era uma área de atuação feminina.

Figura 3 – Adelpha Figueiredo, década de 1950



Fonte: Arquivo do Conselho Regional de Biblioteconomia da Oitava Região (CRB-8).²

Certamente, em meados do séc. XX, após o final da Segunda Guerra Mundial, duas grandes influências alteraram a forma como era vista e praticada a Biblioteconomia do Brasil. Uma delas, originária da França, trazia a obra de Suzanne Briet, muito harmonizada às aspirações de Juscelino Kubitschek, um médico e cientista que ascendeu à presidência da república brasileira pelo Partido Progressista, em 1956. A ênfase na produção científica, tecnológica e nos processos industriais fortificou a ideia da Documentação, possibilitando a curricularização dos processos especializados de Organização e Representação da Informação e do Conhecimento, assim como fortificando a Biblioteconomia Especializada. E, devido aos trabalhos precursores de Adelpha Figueiredo, assim como a aberta oposição aos mesmos, com um cenário de misoginia... era uma área de atuação feminina.

2. Foto Restaurada e colorizada pelos recursos do aplicativo FOTOR.

Figura 4 - Laura Russo, 1961

Fonte: Arquivo do Conselho Regional de Biblioteconomia da Oitava Região (CRB-8 Foto do Título Eleitoral (1961).³

Duas bibliotecárias que atuavam no ramo de Organização do Conhecimento e da Informação, com seu pioneirismo, atuaram na preservação da produção intelectual brasileira, Lydia Sambaquy e sua discípula Jannice Monte-Mór (figura 5). Inicialmente, Lydia Sambaquy graduou-se no curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional (BN), em 1938. Posteriormente, foi também bolsista da Universidade de Colúmbia, como sua antecessora Adelpha Figueiredo, graduando-se em Biblioteconomia em 1942. Seu estreito contato com a Federação Internacional de Documentação (FID), propiciou o avanço da organização e da proteção da produção científica brasileira.

Nesse contexto, a criação do IBBD em 1954, como órgão de produção e acu-

3. Foto Restaurada e colorizada pelos recursos do aplicativo FOTOR.

mulação de informações bibliográficas, constituiu um suplemento de força para os bibliotecários. O contato com instituições internacionais, como a Federação Internacional de Documentação (FID) e a Federação Internacional de Associações de Bibliotecas (Ifla), por outro lado, oferecia acesso a um cenário já em vias de se globalizar, enriquecendo o domínio intelectual até ali representado exclusivamente pela biblioteconomia. A convivência com essas novas demandas traduziu-se na adesão da área ao discurso da “informação científica” e à sua progressiva elaboração em termos teóricos e pragmáticos (Oddone, 2006, p. 46).

Tendo sido influenciadora e participante da criação do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), que presidiu no período de 1954 a 1965, gerou um cenário de especialização e lançou os fundamentos da Ciência da Informação no país. Ao mesmo tempo, não se pode deixar de comentar o ambiente tenso de trabalho, uma vez que a informação científica e tecnológica, considerada estratégica para o país, estava sob constante observação, principalmente devido ao contexto da Guerra Fria e da ambiência da Ditadura Militar. A partir de 1976, o IBBD se transformaria no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict).

Figura 5 - Jannice Monte-Mór e Lydia Sambaquy



Fonte: Arquivo pessoal de Jannice Monte-Mór (1954) disponibilizado pela FBN.⁴

Jannice Monte-Mór, no seio de uma disputa profissional sobre a Biblioteconomia, tornou-se a primeira bibliotecária a assumir a direção da Biblioteca Nacional (BN), administrando-a entre 1971 a 1979. Como diretora, Monte-Mór implantou importantes processos de Organização do Conhecimento e da Informação, como a implantação do Formato Calco no tratamento informacional dos acervos, implantação do sistema ISBN no Brasil, e um crescimento jamais visto nas pesquisas e procedimentos de preservação e restauro do patrimônio bibliográfico. Como estávamos em pleno período da Ditadura, também se posicionou pela preservação de patrimônios bibliográficos sujeitos às ações de censura, sendo que obras proscritas podem ser hoje estudadas nos acervos da BN.

Sendo inegável o destaque das bibliotecárias brasileiras nos procedimentos especializados de Organiza-

4. Foto Restaurada e colorizada pelos recursos do aplicativo FOTOR.

ção e Representação da Informação e do Conhecimento no séc. XX, houve um efeito inesperado: a resistência cultural, advinda principalmente pelos bibliotecários (homens), que abertamente desvalorizavam este campo de conhecimento e seus instrumentos.

Os discursos dos bibliotecários, deletérios à Organização e Representação da Informação e do Conhecimento, foram moeda corrente nas instâncias de trabalho, corporativa e acadêmica. A autora principal deste capítulo, durante sua formação superior, prática associativa, corporativa e profissional, iniciada no séc. XX, é testemunha ocular declarada deste discurso tóxico. Alguns documentos podem clarificar o que isso significou na prática cotidiana das mulheres bibliotecárias no Brasil. Partamos para um exemplo amplamente conhecido e documentado, com fatos e documentos da década de 1990.

A Décima Gestão do Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB), formada de conselheiros eleitos por voto direto e docentes das universidades indicados pelas graduações e sorteados, atuou no período de 1994 a 1997. Assim como nos Conselhos Regionais de Biblioteconomia (CRB), embora houvesse uma predominância de mulheres, todos acabavam sendo conselhos mistos, com atuação de ambos os sexos.

Contudo, quando se tratou de criticar publicamente uma governança, somente as mulheres foram responsabilizadas por Edson Nery da Fonseca, bibliotecário que conviveu, conhecia e era conhecido pelos pares, tendo participado do processo de criação, legalização, disseminação da formação superior no país e da ofendida estrutura do Sistema de Conselhos Regionais e

Conselho Federal de Biblioteconomia (CRB/CFB). As peças de observação são duas publicações na coluna de Edson Nery da Fonseca, no *Jornal do Comércio*, assinando como “escritor” e “jornalista” (figuras 6 e 7). Segundo as palavras de Fonseca:

Essas bibliotecárias de Conselhos ignoram ser a biblioteconomia a mais interdisciplinar das ciências [...] Exercem um reducionismo biblioteconomizante, segundo o qual as bibliotecas existem para os bibliotecários. Deviam saber que as bibliotecas se caracterizam modernamente antes como assembleia de leitores do que como coleções de livros. Não passam de grandes ignorâncias gerais, especializadas em classificação e catalogação. Recolham-se a seus Conselhos e deixem as colegas criativas trabalhando pela renovação e dinamização de nossas bibliotecas. [...] N.B. Catiripoca é palavra inventada por Myriam Gusmão de Martins para denominar bibliotecárias bobocas” (Fonseca, 1995).

Inicialmente, Fonseca conta com muita imaginação um episódio, no qual uma bibliotecária comete uma infração ética, utilizando-se de fomentos públicos para capacitação de leigos. Então, confundindo a qualidade da produção dos materiais didáticos voltados à capacitação, com o ato anti-ético de fomentar o exercício ilegal da Biblioteconomia, Fonseca desfere os gol-

pes, voltando-se exclusivamente para as conselheiras do sexo feminino. Claramente, associa as Bibliotecárias aos processos técnicos, desmerecendo o que considera “sua especialidade”, no artigo denominado “A revolta das catiripocas”, conforme reprodução na figura 6 (Fonseca, 1995).

Após a publicação, eis que Myriam Gusmão de Martins, ofendida, se vê difamada e exige a retratação de Fonseca, já que discordava do conteúdo da coluna, assim como não era a inventora do termo ‘catiripoca’. Para exercer o direito de resposta, sem ceder um centímetro sobre o mérito da questão e o papel feminino nas funções bibliotecárias, Fonseca publica o artigo denominado “Catiripapas e catiripocas”, conforme a figura 7, (1996). Fonseca começa o artigo, sem desculpar-se, transcrevendo uma explicação que consta da missiva de Martins, solicitando a retratação:

Myriam Gusmão de Martins escreveu-me para esclarecer não ter sido ela a inventora da palavra catiripoca. “Foi Simeão Leal – conta Myrian – paraibano e diretor do Serviço de Documentação do MEC, que inventou a classificação das mulheres em dois grupos: as catiripapas (bonitas, inteligentes, em tudo bem dotadas) e as catiripocas (pobres de vários dons, embiocadas, difíceis)” (Fonseca, 1996).

Figura 6 – A Revolta das Catiripocas de Edson Nery da Fonseca, 14/05/1995.



Fonte: Arquivo Público de Recife, coleção iconográfica “Jornal do Comércio”.

Tendo, no artigo anterior, atacado às conselheiras, agora se encarregou de atacar às docentes dos cursos superiores de Biblioteconomia, muitas das quais compartilhavam com Fonseca os ambientes de ensino, pesquisa, extensão e exercício profissional.

Tive recentemente um contacto com duas criaturas dessa espécie: contacto que me fez concluir estarem os cursos de biblioteconomia necessitando com urgência de nova orientação. Pois a verdade é que continuam formando catiripocas. [...] Já ouvi dizer que os bibliotecários de antigamente eram cultos mas nada sabiam de técnicas biblioteconômicas, enquanto os de hoje são incultos, mas

sabem catalogar e classificar. As duas proposições estão erradas. Um bibliotecário antigo como Ramiz Galvão organizou o Catálogo da Exposição de História do Brasil que ainda hoje é, tecnicamente, modelar. Os bibliotecários modernos, de modo geral, não têm cultura nem técnica (Fonseca, 1996).

A mudança de século trouxe à Biblioteconomia novos horizontes e encaminhou a superação ao menos desta rivalidade. No presente momento, as relações de trabalho e as disputas, que muitas vezes prosseguem com a tradição sexista trazida do séc. XX, refletem questões ainda não superadas pela dinâmica social.

Figura 7 - Catiripapas e Catiripocas de Edson Nery da Fonseca, 14/05/1995.



Fonte: Arquivo Público de Recife, coleção iconográfica "Jornal do Comércio".

O tempo presente das mulheres na biblioteconomia brasileira

O séc. XXI foi especialmente desafiador para a Biblioteconomia, que precisou aplicar todos os conhecimentos desenvolvidos de formas inovadoras. Apesar de ter praticamente criado as condições cognitivas, científicas e sociais para a implantação dos recursos informacionais das TIC, assim como para a inserção das vivências nas redes sociais, a Biblioteconomia não tem colhido os louros por esta importante contribuição. Confundida a capacidade de processamento com a capacidade de análise, a utilização das TIC recebeu a indevida fama de substituir a presença de bibliotecários e bibliotecárias.

Outro dos grandes desafios profissionais vem da segurança informacional, seja da falsificação de informações, seja da destruição ou corrupção de dados relevantes, seja da invasão de privacidade. Mas, um dos principais enfrentamentos ainda é a perseguição de indivíduos e coletivos, com base na interseccionalidade. Progressivamente, as reflexões classistas da Biblioteconomia trouxeram à luz as discussões interseccionais. A busca pela paridade de gênero, na composição de conselhos e cargos eletivos, recentemente tem sido articulada aos cuidados com a neutralidade do gênero na linguagem e comunicação.

Com muito orgulho, verificamos que o acompanhamento das ações afirmativas foi atitudinal entre a classe bibliotecária, sem a necessidade da formalização de cotas, para contemplar a diversidade. Outro

aspecto muito importante, que precisa ser evidenciado, se refere à afirmação da identidade feminina na Biblioteconomia. Inclusive, quando este aspecto é salientado pela questão da diversidade, no segmento social LGBTQIA+. As pessoas transexuais, ou simplesmente trans, têm enfrentado no Brasil e no mundo grandes desafios ligados à empregabilidade. Mesmo quando a Constituição do Brasil de 1988 reconheceu seu direito de existir e fazer-se reconhecer e representar socialmente, o segmento social LGBTQIA+ seguiu sendo desafiado, não só do ponto de vista da formação, competência e habilidades. É muito oportuno afirmar que a Biblioteconomia tem aberto espaço para a atuação e o reconhecimento profissional, contribuindo também para uma sociedade mais diversa e justa.

Figura 8 - Melissa Maria da Silva em seu estágio de Biblioteconomia



Fonte: Arquivo pessoal de Melissa Maria da Silva, 2023.

Bibliotecária e criadora da rede social Trava Cultural, Melissa Maria da Silva (figura 8), que formou-se em Biblioteconomia em 2023, é uma das bibliotecárias trans em atuação no Brasil. A questão dos estágios de formação, embora desafiadora, foi superada pela capacidade de trabalho de Melissa, assim como por sua resiliência. Porém, o primeiro emprego ainda não se concretizou. Para ela e outras bibliotecárias trans, a carreira pública ainda é o caminho de ingresso para o exercício profissional. Bibliotecários não-binários, como Morgan Morgado, de São Paulo, tem se especializado em construir conhecimento sobre o protagonismo das pessoas do segmento social LGBTQIA+ no fazer científico.

A diversidade já possui precedentes na Biblioteconomia brasileira, sob a mudança de paradigma deste novo século. A conselheira Alexia Vitória de Oliveira (figura 9), bibliotecária trans, tem representado e contribuído com a categoria, do ponto de vista profissional, classista e corporativo. É graduada em Biblioteconomia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) e exerce a Biblioteconomia desde 2006. Atualmente, é Bibliotecária-Chefe do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET-RJ). É conselheira eleita e reconduzida ao CRB-7, responsável pelo podcast Transitando na Biblio, projeto que teve início na gestão anterior.

Figura 9 – Aléxia Vitória de Oliveira, na Biblioteca do CEFET-RJ



Fonte: Arquivo Pessoal de Aléxia Vitória de Oliveira (2024).

Além da questão de gênero, outra importante articulação da diversidade se dá no campo da etnia na Biblioteconomia Brasileira. Ao assumir a Coordenação do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP) em 2017, Dandara Baça de Jesus Lima (figura 10) faz um relevante desabafo, em relação ao exercício profissional da Biblioteconomia:

Existe um potencial a ser desenvolvido, visto que há pouca vontade de se reinventar. Na Biblioteconomia existem muitos preconceitos explícitos, principalmente contra quem não possui mais títulos acadêmicos. Percebo que, muitas vezes, não sou ouvida em grupos de discussão da área por ainda não ser pós-graduada, por exemplo. Além disso, a Biblioteconomia brasileira vive em um mundo próprio, marcado por uma suposição de que haja reconhecimento profissional para todos.

Mas nos deparamos constantemente com preconceito, homofobia, transfobia e racismo. Precisamos quebrar essa “bolha” e nos reinventar. Há muita demanda da sociedade por serviços que temos competência para realizar, mas não o fazemos (Baça apud Marques, 2017, s/p).

Figura 10 - Dandara Baça empossada na Coordenação do SNBP



Fonte: Acervo do Site Inforbiblio.com.br, 6 de maio de 2017.

Figura 11 - Soraia Magalhães, 2024



Fonte: Blog Caçadores de Bibliotecas, 2024.

Os novos tempos tem incluído na discussão, principalmente da leitura pública, de vozes vindas de outras partes do Brasil. No caso da bibliotecária e escritora amazonense Soraia Magalhães (Figura 11), o enriquecimento do diálogo com as comunidades leitoras se dá por meio da documentação dos ambientes leitores e unidades de informação do país. Por meio de seu canal no YouTube “Caçadores de Bibliotecas”, discute o assunto das bibliotecas públicas em âmbito nacional.

Ao mesmo tempo em que a verticalização da formação e internacionalização dos estudos e pesquisas se constitui numa pauta feminina da Biblioteconomia da atualidade, também está presente a preocupação com o cotidiano profissional e as carreiras, como estruturadas nos sistemas de bibliotecas do país.

O empreendedorismo de Thalita Oliveira da Silva Gama (figura 12), que cuida da preparação para a candidatura aos concursos públicos em Biblioteconomia, a tornou uma das mais relevantes referências neste tipo de capacitação. O Site “Santa Biblioteconomia” estrutura uma comunidade bibliotecária de estudos, de repercussão nacional.

Figura 12 - Thalita Gama, 2017



Fonte: Blog Caçadores de Bibliotecas, 2017.

Outro ramo que tem mobilizado a categoria Bibliotecária e sua atuação profissional é o das Organizações Não-Governamentais (ONG), em especial no segmento das Bibliotecas Comunitárias. A Rede Nacional de Bibliotecas Comunitárias (RNBC) já existe desde 2009, a partir da iniciativa de responsabilidade social da Fundação Cultural C&A. As informações da RNBC apontam que, em sua maioria, as equipes de profissionais e voluntárias responsáveis pelo funcionamento das unidades de informação são mulheres.

Pesquisadoras, como Katia Viana Cavalcante, André Luiz Avelino da Silva e Felipe Vlaxio Lopes, do Amazonas, apontam a importante função das bibliotecas comunitárias, que funcionam “no vácuo” das bibliotecas pública e escolar, voltadas para as necessidades informacionais das comunidades. Reconhecendo a praça de trabalho nesta unidade de informação, os pesquisadores apresentam as funções

de mediação, referência e informação, como peculiares ao exercício profissional.

Ao trazer a biblioteca comunitária para este cenário, compete preferivelmente ao bibliotecário a função de mediador — muito embora nem sempre exista um bibliotecário graduado no posto. Enquanto trabalha a mediação, o responsável pela biblioteca passa a munir-se de uma plêniade de competências próprias — formação multidisciplinar, por exemplo — para servir de intermediário entre o interagente e a sua necessidade informacional (Cavalcante; Silva; Lopes, 2017, p. 539).

No campo da representação política, apesar de as mulheres seguirem correspondendo a menos de 25% dos cargos eleitos, conquistamos recentemente a eleição da Deputada Federal Fernanda Melchionna (figura 13), a primeira bibliotecária a ocupar este cargo na história do Brasil. Formada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), já figurou, em mandato anterior ao atual, entre os cinco melhores e mais produtivos mandatos do país.

Figura 13 - Fernanda Melchionna

Fonte: Jornal Brasil de Fato, 12 de nov. 2021.

Responsável pela reabertura da Frente Parlamentar em Defesa do Livro, da Leitura e da Literatura, em 26 de março de 2024, Melchionna tem se posicionado publicamente como Bibliotecária e defendido a atuação profissional nos ambientes informacionais e a abertura de novas unidades de informação.

Por meio deste breve panorama, que aponta para um futuro mais diverso inclusivo, buscamos não só o reconhecimento de nossos pares, mas o engajamento em ações que fortifiquem e acelerem as mudanças sociais, desejáveis para o florescimento de uma Biblioteconomia cada vez mais forte, unida e realmente voltada para a disseminação da informação e a construção do conhecimento, com dignidade e acolhimento para todos.

Considerações finais e recomendações

As questões interseccionais não são exclusividade da Biblioteconomia e seu exercício profissional. Este

é um recorte necessário à compreensão de nossa própria história. Uma profissão na qual mulheres e homens atuam desde a Antiguidade, mas apenas um dos gêneros efetivamente teve espaço de fala, até recentemente.

As reflexões sociais e mudanças filosóficas que o mundo tem apresentado, geraram a dinâmica de inclusão, mas nada foi gratuito ou outorgado. Por trás de cada progresso, houve muita luta, rejeição e, muitas vezes, isolamento e ostracismo daqueles que ousaram desafiar a hegemonia estabelecida.

Diretrizes internacionais e contribuições globais, como as da Organização das Nações Unidas (ONU) e Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), viabilizaram a constituição da Agenda 2030 e seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Em especial, a constituição deste capítulo enfatiza a concretização do ODS número 5: O empoderamento de mulheres e meninas. Mas, conforme é visível nas fotos incluídas neste trabalho, o ODS número 5 caminha de mãos dadas com o ODS número 10: redução das desigualdades.

Sendo assim, não será possível empoderar as bibliotecárias, sem considerar também cuidar dos interesses de todos os cidadãos brasileiros, no que diz respeito à igualdade de direitos e oportunidades. Também cabe a nós a responsabilidade de construir um mundo melhor.

É muito importante falar, assim como ouvir e chegar ao entendimento, para fazer com que as questões interseccionais façam parte de nosso passado, mas não estejam presentes em nosso futuro, nos dividindo e diminuindo nossa força para lutar pelos direitos inerentes às pessoas, de informação, conhecimento e realização.

Referências

BASÍLIO, Esdra. **Biblioteconomia é coisa de mulher? Relações de gênero e estereótipos na Região Centro-Oeste**. 244 p. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, 2023. Disponível em: . Acesso em: 4 abr. 2024.

BUGHIN, Jacques; WOETZEL, Lola. Tendências globais estão criando ganhadores e perdedores cada vez maiores. *Global trends: Navigating a world of disruption*. **McKinsey Global Institute**. 22 jan. 2019. 21 p. Disponível em: <https://www.mckinsey.com/featured-insights/innovation-and-growth/navigating-a-world-of-disruption/pt-BR#/>. Acesso em: 25 nov. 2023.

BRIET, Suzanne. **O que é documentação?** Niterói: Universidade Federal Fluminense, Instituto de Artes e Comunicação Social, 1970. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5389052/mod_resource/content/1/O_que_%C3%A9_a_documenta%C3%A7%C3%A3o_Parapublicar.pdf. Acesso em: 4 abr. 2024.

BRIET, Suzanne. **Entre Aisne et Meuse ... et au-delà, souvenirs**. Paris: Société des Ecrivains Ardennais, 1976. 130 p. (Les Cahiers Ardennais N° 22)

CAVALCANTE, K. V.; SILVA, A. L. A.; LOPES, F. V. O agir comunicativo de Habermas em bibliotecas comunitárias: uma análise reflexiva sob a luz da mediação.

Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 534-547, ago./nov. 2017. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1365>. Acesso em: 22 mar. 2023.

CORRÊA, E. C. D.; SPUDEIT, D. F. A. de O. O legado de Suzanne Briet: vida e obra além da documentação. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 14, p. 24-40, jul. 2018. ISSN 1980-6949. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1184/1062>. Acesso em: 4 abr. 2024.

CORRÊA, E. C. D. ; SPUDEIT, D. F. A. de O. Suzanne Briet e a luta pelos direitos das mulheres. **Ciência da Informação Express**, [S. l.], v. 2, p. 1-8, 2021. DOI: 10.60144/v2i.2021.22. Disponível em: <https://cienciadainformacaoexpress.ufla.br/index.php/revista/article/view/22>. Acesso em: 4 abr. 2024.

FAYET-SCRIBE, Sylvie. Você conhece Suzanne Briet? **RICI: Revista Ibero-americana de Ciência da Informação**. ISSN 1983-5213, Brasília, v. 11, n. 3, p. 805-815, set./dez. 2018. DOI: <https://10.0.103.144/rici.v11.n3.2018.10365>.

MAACK, Mary Niles. The Lady and the Antelope: Suzanne Briet's Contribution to the French Documentation Movement. *Library Trends*, vol. 52, n. 4, primavera, 2004. p. 719-47. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20080704115756/http://www.gseis.ucla.edu/faculty/maack/BrietPrePress.html>. Acesso em: 4 abr. 2024.

MARQUES, Rose. Dandara Baçã: Coordenadora Geral do SNBP. **Blog Infobíblia**. 6 maio 2017, 6h17 PM. Disponível em: <https://www.inforbiblio.com.br/2017/06/dandara-baca-coordenadora-geral-do-snbp.html>. Acesso em: 28 dez. 2023.

OLIVEIRA, Alessandra Nunes de; CASTRO, Jetur Lima de. Quando a Biblioteconomia virou manchete: uma análise documental das notícias em jornais brasileiros. **REBECIN**, v.3, n.2, p.67-92, jul./dez. 2016. Disponível em: https://www.repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/9931/1/Artigo_BiblioteconomiaMancheteAnalise.pdf. Acesso em: 5 abr. 2024.

ODDONE, Nanci. O IBBD e a informação científica: uma perspectiva histórica para a ciência da informação no Brasil. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 35, n. 1, p. 45-56, jan./abr. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/xVVrwC595rhNvmF3pqXCghD/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 25 out. 2023.

SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da (org.); ROMEIRO, Nathália Lima (org.). **Bibliotecári@s Negr@s: Ação, pesquisa e atuação política**. Florianópolis: Associação Catarinense de Bibliotecários (ABC), 2018. Disponível em: https://www.nyota.com.br/_files/ugd/c3c80a_07f0971bd67e4fe69a56d845f3d36b0a.pdf. Acesso em: 9 abr. 2024.

SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da (org.); ROMEIRO, Nathália Lima (org.). **O protagonismo da mulher na Biblioteconomia e Ciência da Informação**. Florianópolis:

polis: Associação Catarinense de Bibliotecários (ABC), 2018. Disponível em: https://www.nyota.com.br/_files/ugd/c3c80a_fbc3e5b33dc14ead8917b5429f97a631.pdf. Acesso em: 9 abr. 2024.

ZURITA, Marcelo; MOZELLI, Rodrigo. Hipátia de Alexandria, a mulher que viveu para a Ciência e morreu pela ignorância. *Ciência e Espaço. Olhar Digital*. 8 mar. 2023, 19h14. 8 f. Disponível em: <https://olhardigital.com.br/2023/03/08/ciencia-e-espaco/hipatia-de-alexandria-a-mulher-que-viveu-para-a-ciencia-e-morreu-pela-ignorancia/>. Acesso em: 25 nov. 2023.

Gênero-Raça-Classe e a Remuneração da Profissão Bibliotecária

Hugo Avelar Cardoso Pires

Doutor e Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Bibliotecário da Escola de Arquitetura da UFMG. É membro do Gabinete de Estudos da Informação e do Imaginário (GEDII) e do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Recursos, Serviços e Práxis Informacionais (NERSI). Contato: hugoavelar.pires@gmail.com.

1

Uma das dimensões da presença da diversidade em locais, profissões, carreiras, cursos e sociedades passa por compreender a realidade a qual as pessoas estão inseridas. Quando falamos em profissões mais diversas, podemos tratar de aspectos como os espaços de atuação, de formações que rompem com as matrizes branco cisheteropatriarcais, de corpos que ocupem os postos de trabalho de liderança, de pessoas de diferentes espectros que ingressem e atuem nas profissões, dentre outros aspectos.

Se a Biblioteconomia brasileira apresentou uma diversidade ao longo da sua história, ela foi por muito

tempo abafada e/ou pouco discutida durante a constituição dos cursos e na consolidação da profissão. Com uma matriz de formação baseada, após os anos 1930, no modo de fazer estadunidense, a grande maioria dos cursos do país e a profissão passaram a valorizar, durante uma grande parte de seu desenvolvimento, o aspecto técnico do fazer biblioteconômico em detrimento de uma formação mais humanista. Esta última formação – na profissão bibliotecária e em outras – foi associada ao masculino e a uma valorização da profissão, enquanto a formação mais técnica foi associada ao feminino e o direcionamento dos cursos para este viés, coincidentemente (ou não), se dá no momento em que as mulheres das classes mais altas da sociedade começavam, no Brasil, a ingressar no mercado de trabalho.

Assim, a profissão bibliotecária carregou, em seu desenvolvimento, aspectos relacionados às relações de poder – de classe-raça-gênero – que atuaram nos discursos construídos em torno da profissão e na visão que a sociedade tem da mesma. A profissão bibliotecária foi sempre marcada por um viés de gênero e em uma sociedade alicerçada em bases desiguais de gênero, classe e raça, a constituição da profissão como feminilizada (e após determinado período de tempo como “destinada” a pessoas negras e das camadas mais desfavorecidas da sociedade) acarretou uma diminuição do prestígio social da profissão, que se traduziu na visão que a sociedade tem a respeito do que é ser bibliotecária/o, no status que ela ocupa, nos estereótipos associados e na remuneração dada às pessoas que a exercem.

O número de publicações a respeito da interseccionalidade raça-classe-gênero na Biblioteconomia e Ciência da Informação vem crescendo nos últimos anos e isto é de extrema importância para que se lance um olhar que por muitas vezes foi relegado a guetos ou excluído dos debates em torno da profissão e das teorias da área. A criação do GT 12 - Informação, Estudos Étnico-Raciais, Gênero e Diversidades no ENANCIB¹ reflete este aumento de pesquisas e um maior olhar da área da Ciência da Informação para as questões relacionadas à raça, classe, gênero, sexualidades e interseccionalidades.

Quanto ao aspecto da remuneração, um fato chamou minha atenção durante minha pesquisa de doutoramento²: praticamente todas as pessoas que entrevistei reclamaram dos salários pagos a profissionais de Biblioteconomia. A percepção das pessoas era a de que havia uma desvalorização da área como um todo, que segundo uma das entrevistadas, estava “prestes a ser extinta”.

Não há como creditar somente para um fator e ter somente uma razão para explicar a baixa remuneração da profissão. Há alguns indícios que nos ajudam a compreender a posição da Biblioteconomia na sociedade e, uma das explicações – e é a que será desenvolvida neste trabalho – é a inserção da profissão no rol dos ofícios

1. Trata-se do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, maior evento nacional da área

2. PIRES, Hugo Avelar Cardoso Pires. As relações de gênero na trajetória da pessoa bibliotecária. 2022. 291 p. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.

marcados pela divisão sexual do trabalho e a interseccionalidade entre gênero, classe e raça que marcam a constituição da Biblioteconomia no Brasil.

2

Gênero e trabalho ocuparam na academia, sobretudo após a década de 1970, importante papel nas discussões acerca das diferenças existentes entre mulheres e homens no mercado de trabalho, no setor produtivo, nos trabalhos realizados dentro e fora de casa. Os estudos que colocaram o gênero como categoria de análise, buscaram romper com o determinismo biológico existente, onde o destino das pessoas estava ligado, muitas vezes, ao gênero que lhes era atribuído no nascimento. Nas palavras de Joan Scott (1995), importante teórica da área dos estudos feministas, o gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos, sendo uma forma primária de dar significado às relações de poder. Nas palavras da autora,

Temos necessidade de uma rejeição do caráter fixo e permanente da oposição binária, de uma historicização e de uma desconstrução genuínas dos termos da diferença sexual [...] essa crítica significa analisar, levando em conta o contexto, a forma pela qual opera qualquer oposição binária, revertendo e deslocando sua construção hierárquica, em vez de aceitá-la como real ou autoevidente ou como fa-

zendo parte da natureza das coisas (Scott, 1995, p. 84)

Apesar de críticas que consideravam a sua noção de gênero – e a utilização dela como categoria de análise – como essencialista, Joan Scott argumenta que gênero é um conceito, assim como mulher e homem também o são. A respeito desse aspecto, Camilla de Gomes (2018) ressalta que a utilização do gênero como categoria de análise permite a compreensão de que “[...] homem e mulher são conceitos social, corporal e historicamente inscritos tal qual ‘gênero’” (Gomes, 2018, p. 69; grifos da autora) e, portanto, estão inscritos em determinado período de tempo e cultura, portanto passível de serem alterados no que diz respeito às percepções, os modos de apreensão e de expressão.

Guacira Louro (2014) argumenta que os gêneros se produzem nas e pelas relações de poder, onde no interior das redes dessas relações que são instituídas e nomeadas as diferenças entre mulheres e homens, que não são criadas somente através dos mecanismos de censura e repressão, mas através de relações e práticas sociais que “instituem gestos, modos de ser e de estar no mundo, formas de falar e agir, condutas e posturas apropriadas (e, usualmente, diversas)” (Louro, 2014, p. 45; grifos da autora).

Para Cecília Sardenberg (2002), o gênero possibilitou não só a abertura de novas fronteiras para reflexões e análises, mas também a solidificação das bases para a construção de uma epistemologia feminista, uma vez que a crítica feminista historiciza a ciência, pois se volta para a análise das formas como as categorias de gênero

influenciam os conceitos de conhecimento, sujeito cognoscente e das práticas de investigações científicas.

Assim, os estudos de gênero possibilitaram a compreensão das desigualdades existentes na sociedade sob a ótica das relações de poder desiguais e do valor dado ao sexo biológico, além da compreensão e dos estudos acerca das múltiplas identidades de gênero, das orientações sexuais, das opressões e discriminações sofridas pelas pessoas e que possuem o gênero como cerne. No campo do trabalho, os estudos a respeito da Divisão Sexual do Trabalho foram os instrumentos para ampliação da noção de trabalho e também para romper com a ideia de que certas profissões são mais destinadas às mulheres e/ou aos homens – além de demonstrar que estas segundas são mais valorizadas socialmente que as primeiras.

Os estudos de gênero e de divisão sexual do trabalho, no entanto, foram durante muito tempo realizado por pessoas dos grupos dominantes da sociedade, que se utilizavam de discursos universalistas para tratar a questão das desigualdades entre homens e mulheres e outros marcadores de desigualdade, como classe, raça, etnia, sexualidade, aparência física, dentre outros, não eram incluídos nas discussões.

É das reivindicações de movimentos como o movimento negro e queer que novas discussões são inseridas dentro da academia e diferentes visões acerca dos estudos de gênero são realizadas, saindo de um discurso universalizante a respeito da ciência e compreendendo as múltiplas situações em que as pessoas se encontram, focalizando nas inúmeras expressões e condições dos sujeitos. É neste sentido que o conceito de interseccionalidade ajuda a compreender os di-

versos sistemas de opressão que atingem as pessoas e como, em determinados espaços e situações, estas pessoas serão atingidas de forma diferente pelas relações desiguais de poder.

Ademais, estes estudos, sobretudo após a década de 1990, rompeu com a noção binária de gênero dentro da academia e nos movimentos sociais, admitindo-se a multiplicidade de gêneros e a não identificação das pessoas a nenhum dos gêneros pré-estabelecidos. Neste trabalho, será adotada a noção binária de mulher e homem dentro das relações sociais, por compreender que grande parte da história e das representações associadas às profissões e aos sujeitos se estabeleceram (e ainda se estabelecem) dentro da estrutura binária entre os gêneros masculino e feminino.

3

Os trabalhos que versam sobre a divisão sexual do trabalho existente na sociedade, visam dar visibilidade às desigualdades existentes entre os gêneros no mundo do trabalho, seja na realização das mesmas tarefas, seja na valoração maior dada a trabalhos associados ao masculino em detrimento do trabalho feminino, seja na demonstração de que são imputados às mulheres trabalhos ligados ao âmbito privado e aos homens o ambiente público.

Segundo Helena Hirata e Danièle Kergoat (2007), a divisão sexual do trabalho é uma das formas da diferenciação entre os sexos existente na sociedade, sendo modulada histórica e socialmente e tendo como carac-

terísticas principais a designação dos homens à esfera produtiva e às mulheres a esfera reprodutiva e, ao mesmo tempo, a apropriação feita pelos homens das tarefas com maior valor social.

Ela se funda na dicotomia existente entre os âmbitos público e privado existentes na sociedade. A discussão acerca desses dois pólos da vida social é longa nas ciências sociais e políticas e, na clássica definição de Hannah Arendt (2007), pode se definir o privado como o que, desde as primeiras civilizações até as modernas, precisou ser escondido, uma vez que estava ligado à parte corporal da existência humana e aos processos vitais. Enquanto isso, o termo público passou a significar o mundo, o que “é comum a todos nós e diferente do lugar que nos cabe dentro dele” (p. 62), sendo ocupado ao longo do tempo pelos homens. Mulheres e escravos, nas palavras da autora, por pertencerem à categoria do mundo privado, deveriam ser mantidos fora das vistas alheias “não somente porque eram a propriedade de outrem, mas porque a sua vida era ‘laboriosa’, dedicada a funções corporais” (p.82).

Para Mariana Marcondes (2013), a construção das esferas pública e doméstica foram construídas com conteúdo e lógicas opostas, com éticas diferenciadas. Nas palavras da autora,

O padrão ético público corresponde à denominada ética da justiça, que se associa à série “esfera pública – universalidade – impessoalidade – racionalidade – masculinidade”. O padrão que remete ao doméstico consiste na ética do cuidado, correlato

à série “esfera doméstica – personalidade – necessidades concretas – feminilidade” (Marcondes, 2013, p. 260).

A divisão sexual do trabalho na sociedade se manifesta através de relações hierárquicas e de poder, em que homens são vistos como seres superiores, colocando as mulheres em uma posição de subalternidade e onde o trabalho feminino é subvalorizado ou não é considerado como trabalho, uma vez que não cria um produto/mercadoria (Bezerra; Ferreira, 2017).

Os estudos de gênero que voltaram seu olhar para o mundo do trabalho, tiveram grande relevância acadêmica e social ao colocarem luz sobre as desigualdades existentes entre mulheres e homens no mercado de trabalho, na divisão de tarefas dentro de casa e nas discrepâncias das remunerações recebidas pelas pessoas, mesmo quando desempenham as mesmas funções. Ademais, ao enfatizarem o status das atividades domésticas enquanto trabalho, as teóricas feministas permitiram um novo olhar sobre as relações laborais existentes na sociedade e ampliaram a visão acerca das características dos trabalhos que eram associadas ao feminino e ao masculino.

Flávia Biroli (2016), ao analisar as relações entre a divisão sexual do trabalho e a democracia no Brasil, destaca que os estudos sobre a temática no país levaram à compreensão de que “a divisão sexual do trabalho é uma base fundamental sobre a qual se assentam hierarquias de gênero nas sociedades contemporâneas, ativando restrições e desvantagens que produzem uma posição desigual para as mulheres”. (p. 721). Segundo a autora, essas

hierarquias assumem diferentes maneiras de se apresentar, segundo a posição de classe e raça das mulheres.

4

Ainda que nos últimos anos as mulheres representem um importante número de pessoas no mercado de trabalho brasileiro, ainda há discrepâncias em termos de salários e oportunidades. Segundo dados do DIEESE (2023), no segundo trimestre de 2023, as mulheres possuíam rendimento 21,85% menor em relação aos homens - enquanto eles ganhavam 3.200 reais em média, elas possuíam remuneração média de 2.502 reais.

Esta desigualdade se mostra ainda maior quando se lança o olhar sobre o demarcador racial, que demonstra que as mulheres negras são as que possuem menor rendimento médio no mercado de trabalho. Sueli Carneiro (2003) destaca que as mulheres negras trabalharam durante séculos nas lavouras, como vendedoras, quituteiras, prostitutas e que, por conta disso, não foram alcançadas e incluídas quando as feministas brancas diziam que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar, uma vez que as mulheres negras e das classes mais baixas, já faziam isso (Carneiro, 2003). Entretanto, ainda que ocupem as ruas para trabalharem a mais tempo, as mulheres negras ainda permanecem com a menor remuneração média no mercado de trabalho brasileiro.

Segundo a pesquisa supracitada, as mulheres negras ganhavam 38,4% menos que mulheres não negras e 20,4 % menor em relação aos homens negros e possuíam remuneração 52,5% mais baixa que a de homens não

negros. O rendimento médio das mulheres negras foi de 1.908 reais e o das mulheres não negras de 3.096 reais. Sobre os homens, o rendimento médio de homens negros no terceiro trimestres de 2023 foi de 2.390 reais e de homens não negros de 4.013 reais (DIEESE, 2023).

Outra faceta que os estudos da divisão sexual do trabalho demonstraram é o da dimensão do cuidado. Segundo Lauren Antunes e Aline Accorssi (2019), apesar de terem conseguido se posicionar na esfera pública, certas atividades ainda são imputadas, na sociedade, às mulheres, como os cuidados com a família, com os idosos, com doentes, além delas serem são responsáveis, em sua maioria, pelo trabalho doméstico. Nas palavras das autoras, “Soma-se o trabalho produtivo e reprodutivo e, por consequência, diminui suas horas de lazer, formação pessoal, e participação política. Assim, a separação entre casa e trabalho tem servido para justificar as hierarquias nos diferentes espaços” (Antunes; Arcossi, 2019, p. 54).

Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) do IBGE em 2023 confirmam que, ainda que tenham ganhado o mercado de trabalho, as mulheres ainda assumem a maior parte das tarefas domésticas. De acordo com a pesquisa, as mulheres dedicam 21 horas e 18 minutos semanais com as tarefas domésticas, enquanto a dedicação dos homens é de 11 horas e 42 minutos. Quando se lança o olhar para o número de horas dedicadas de mulheres e homens que possuem ocupação remunerada fora de casa ou não, este número pouco se altera. As mulheres que não possuem ocupação fora de suas residências, segundo a pesquisa, dedicam 24 horas e 30 minutos semanais aos afazeres domésticos, enquanto os homens com a mesma condi-

ção, ficam 13 horas e 49 minutos durante a semana realizando tarefas do lar (Alves, 2023).

A Síntese de Indicadores Sociais do IBGE³, a respeito do ano de 2022, demonstra que as tarefas do cuidado, além de serem em grande parte imputadas às mulheres, ainda impedem que muitas busquem emprego ou as leva a desistir de procurar um fora de casa. Dos cerca de 10,9 milhões de jovens de 15 a 29 anos que não estudavam e não estavam ocupados no Brasil, as mulheres representavam 6,9 milhões de pessoas, ou 63,4% do total.

Um dos principais motivos apontados pelas respondentes para não estarem trabalhando e estudando foi o cuidado com afazeres domésticos, do(s) filho(s) ou de outro(s) parente(s). Quando se lança o olhar sobre o demarcador raça, as mulheres negras jovens são as que mais deixam de trabalhar e estudar para cuidarem dos afazeres domésticos e do cuidado com outras pessoas: 76,5% das mulheres nessas condições são pretas e pardas, ante 19,1% de mulheres brancas, 1,8% de homens negros e 1,1% de homens brancos (IBGE, 2023).

Além de dispenderem menos tempo das suas semanas com os afazeres domésticos e com tarefas do cuidado com outras pessoas, os estudos a respeito da divisão sexual do trabalho mostram que homens também possuem vantagens em termos de remuneração, de oportunidades, de ascensão na carreira. Segundo Helena Hirata e Daniéle Kergoat (2007) o que vai distinguir o

3. A pesquisa analisou as condições de vida da população brasileira através de marcadores como mercado de trabalho, indicadores de rendimentos, condições de moradia e educação.

trabalho masculino do feminino, na sociedade, é o valor⁴ que é atribuído. O trabalho masculino pesa mais que o trabalho feminino, a “produção ‘vale’ mais que reprodução, produção masculina ‘vale’ mais que produção feminina (mesmo quando uma e outra são idênticas)” (p.113). Assim, tudo que é associado ao masculino no mundo do trabalho, terá seu valor majorado, ao passo que o que é associado ao feminino – e o que pode ser ligado ao mundo privado – tem seu valor diminuído.

Em reportagem de outubro de 2023 para o jornal Folha de São Paulo, Leonardo Vieceli (2023) apresentou um ranking das profissões com maiores e menores salários do Brasil. Os valores dos salários apresentados na reportagem são provenientes de pesquisa realizada pela pesquisadora Janaína Feijó, do Instituto Brasileiro de Economia (FGV IBRE), realizada entre 126 profissões de curso superior listadas pela Pnad Contínua do IBGE. Abaixo, estão relacionadas as dez profissões com melhor remuneração no país, segundo a pesquisa⁵:

1º Médicos especialistas – R\$ 18.475 (-13%)

2º Matemáticos, atuários e estatísticos - R\$ 16.568 (50%)

3º Médicos gerais – R\$ 11.022 (-37%)

4º Geólogos e Geofísicos - R\$ 10.011 (-20%)

5º Engenheiros mecânicos - R\$ 9.881 (-7%)

6º Engenheiros não classificados anteriormente – R\$ 9.541 (-11%)

7º Desenvolvedores de programas e aplicativos - R\$ 9.210 (39%)

4. O termo “valor” é empregado aqui pelas autoras no sentido antropológico e ético e não no sentido econômico.

5. As porcentagens entre parênteses se referem à diferença de ganho médio das profissões em relação à 2012.

8º Engenheiros industriais e de produção – R\$ 8.849 (-22%)

9º Economistas – R\$ 8.645 (-39%)

10º Engenheiros Eletricistas – R\$ 8.433 (-22%)

Sem grandes surpresas, a lista demonstra que as profissões mais bem remuneradas no Brasil são as ligadas às áreas de Medicina, Engenharia e Ciências Exatas, profissões essas que possuem prestígio social alimentado e ocupadas majoritariamente por homens ao longo do tempo, ainda que em tempos mais recentes as mulheres venham ocupando mais estas profissões. Nestes casos, muitas vezes, as desigualdades de gênero se apresentam com as mulheres recebendo menores remunerações, ocupando menos os cargos de liderança e relegadas, muitas vezes, a “guetos” dentro das profissões.

No caso da Medicina, por exemplo, segundo dados da Demografia Médica no Brasil, em 2023 as mulheres representam 49,3%⁶ do número total de profissionais do mercado. A publicação projeta que em 2024, elas serão maioria (50,2%), mas destaca que é necessário um acompanhamento dos dados, uma vez que elas recebem, no geral, remuneração inferior à dos médicos e são minoria na maior parte das especialidades (Scheffer *et. al.*, 2023).

Quanto a esse último aspecto, a pesquisa confirma a existência da segregação das mulheres a guetos dentro da área médica. Das 55 especialidades médicas, os homens são maioria em 36 delas, sendo mais de 90% em áreas tradicionais e respeitadas como Urologia, Ortopedia e Traumatologia, e Neurocirurgia e mais de 80% em

6. Segundo a publicação, dos 564.363 profissionais de Medicina no Brasil, 278.446 são mulheres e 285.917 são homens (50,7%).

áreas como Cirurgia de Mão, Cirurgia do Aparelho Digestivo e Cirurgia Cardiovascular. As áreas mais ocupadas por mulheres são as de Dermatologia, Pediatria, Alergia e Imunologia e Endocrinologia e Metabologia, todas ultrapassando mais de 70%⁷ e ligadas também às noções de cuidado.

Em uma sociedade marcada pelas relações desiguais entre os gêneros, se as profissões ocupadas historicamente por homens trouxeram maior o prestígio social e remuneratório, conforme a pesquisa do Instituto Brasileiro de Economia (FGV IBRE) demonstra, as profissões com menor remuneração são ligadas às áreas notadamente ocupadas pelas mulheres, conforme os dados a seguir⁸:

- 1º. Professores do ensino pré-escolar – R\$ 2.285 (3%)
- 2º. Outros profissionais de ensino – R\$ 2.254 (-23%)
- 3º. Outros professores de artes – R\$ 2.554 (-45%)
- 4º. Físicos e astrônomos – R\$ 3.000 (-16%)
- 5º. Assistentes sociais – R\$ 3.078 (-7%)
- 6º. Bibliotecários, documentalistas e afins – R\$ 3.135 (-32%)
- 7º. Educadores para necessidades especiais – R\$ 3.379 (14%)
- 8º. Profissionais de relações públicas – R\$ 3.426 (-23%)
- 9º. Fonoaudiólogos e logopedistas – R\$ 3.485 (-28%)
- 10º. Professores de ensino fundamental – R\$ 3.554 (7%)

7. As especialidades possuem as seguintes porcentagens de mulheres: Dermatologia – 79,7%; Pediatria – 75,6%; Alergia e Imunologia – 72,1%; Endocrinologia e Metabologia – 72,1%.

8. As porcentagens entre parênteses se referem à diferença de ganho médio das profissões em relação à 2012.

Das dez profissões que fazem parte do ranking das profissões mais mal remuneradas, pode-se afirmar que oito são notadamente marcadas pela divisão sexual do trabalho, sendo associadas à trabalhos femininos e às tarefas de cuidado e zelo, o que acarreta menor prestígio social e menor remuneração.

As áreas ligadas à Educação foram, por sua associação com as ideias supracitadas, ocupadas por mulheres e não por acaso são as profissões que mais aparecem nesta lista. A categoria menos remunerada da lista (“Professores do ensino pré-escolar”) é altamente feminilizada. Segundo dados do Censo da Educação Básica de 2022, por exemplo, na Educação Infantil brasileira, das 657 mil pessoas docentes que atuam na área, 96,3% são mulheres e 3,7% são homens (Brasil, 2022).

Quando se observa o gênero da docência no Ensino Fundamental, a situação pouco se altera. Nesse nível de ensino, 77,5% das pessoas que lecionam são mulheres e 22,5% são homens – sendo deste total, nos anos iniciais, 87,8% do gênero feminino e 12,2% do masculino. No Ensino Médio, 57,5% das pessoas que lecionam são mulheres e 42,5% homens (Brasil, 2020).

Conforme mencionado anteriormente, a divisão sexual do trabalho relega às mulheres tarefas que, se não ligadas diretamente às realizadas dentro de casa, empregos que são, muitas vezes, prolongamento das atividades realizadas no âmbito privado. Assim, cuidar das crianças na Educação Infantil é tarefa delas, o mesmo ocorrendo na Educação Fundamental e Básica, haja vista que as crianças, nos discursos difundidos em torno do feminino, são responsabilidade das mães. Soma-se a isso, os cuidados necessários à manutenção do lar que também

lhes é imputado, o que aumenta o tempo delas dedicado ao trabalho.

Cabe destacar que estes cursos, ao longo do tempo, também foram sendo marcados por um viés de classe e raça, se tornando o curso possível para estudantes das classes trabalhadoras que precisavam trabalhar para se manterem na universidade, esses sendo, em sua maioria, negros. Em 2006, por exemplo, um levantamento de Mauro Braga e Maria do Carmo Peixoto (2006) feito na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) junto aos cursos de graduação da universidade, demonstrava que os cursos que mais atraíam jovens das camadas populares da sociedade eram os cursos com maior facilidade de aprovação no vestibular, como os cursos de Biblioteconomia, Pedagogia e Geografia.

A profissão bibliotecária, ao longo do tempo, também foi marcada pela divisão sexual do trabalho, seja pela sua aproximação com a área da Educação, seja pela difusão de discursos que imputaram à profissão as noções de cuidado, zelo e que estes se ligavam às funções que as mulheres realizavam dentro de casa. A inserção da profissão nestes discursos, conjugada à interseccionalidade das formas de opressão gênero-raça-classe faz com que ela figure nas listas de profissões menos remuneradas e/ou profissões que devem acabar.

5

Pode-se afirmar que em sua origem, no Brasil, a profissão bibliotecária era destinada a homens eruditos, das classes mais altas da sociedade. Assim era o perfil dos que ocupavam os postos de trabalho nas bibliote-

cas durante o período colonial, imperial e na primeira metade do século XX no país. Dado o baixo número de pessoas alfabetizadas e as inúmeras barreiras existentes para que as mulheres e pessoas das classes trabalhadoras pudessem estudar, é possível inferir que a profissão bibliotecária no Brasil era marcada por questões de gênero, destinadas a formar homens de notável erudição para assumirem os postos nas bibliotecas.

Isto pode ser verificado quando se observa os dados do primeiro curso formador de pessoas bibliotecárias no Brasil, criado na Biblioteca Nacional (BN) em 1915. Para ingresso no curso, era exigido que quem fosse se candidatar possuísse conhecimentos de latim, francês, inglês, além de se submeter a provas orais de Geografia, Literatura e História Universal. Mesmo após um período de paralisação de atividades, o curso retorna na década de 1920 ainda exigindo uma alta formação de quem quisesse cursá-lo, como certificados de conclusão da 5ª série do curso secundário, certidões de aprovação em exames de português, francês, inglês, latim, aritmética, geografia, história universal, corografia e história do Brasil, atestados de identidade, sanidade e idoneidade moral (Castro, 2000).

As exigências do curso da BN refletiam, no entanto, a visão que se tinha do que era ser bibliotecário não só no Brasil, mas também em outros lugares do mundo, como na França⁹. Durante o período colonial no Brasil, por exemplo, as poucas bibliotecas e livrarias que existiam

9. O modo de vida francês exercia grande influência no Brasil, no início do século XX. Tal influência se refletia no nos currículos das escolas e cursos superiores e nas profissões criadas. O curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional era inspirado no curso da École de Chartres e possuía disciplinas que priorizavam aspectos relacionados à teoria cultural (Cunha, 2007; Silveira, 2007).

eram pertencentes aos colégios das ordens religiosas e, ainda que muitas destas fossem abertas ao público em geral, suas obras eram acessadas pelos poucos letrados e pelos ligados às ordens religiosas. Rubens de Moraes (2006) destaca que jesuítas – estes sendo a denominação com maior número de colégios e, conseqüentemente, maior número de bibliotecas –, beneditinos, franciscanos e carmelitas utilizavam as bibliotecas como locais de apoio às atividades educacionais e alimentavam seus acervos por meio de compras e heranças. Quem atuava nas bibliotecas eram, em sua maioria, pessoas ligadas diretamente às ordens e que eram destinadas a exercerem a função de livreiro¹⁰.

Mesmo a criação da Biblioteca Nacional pela família real portuguesa não fez com que houvesse uma democratização do livro e da leitura, tampouco modificou o perfil de quem acessava e gerenciava estes espaços. Beatriz Sousa (2014) destaca, por exemplo, que as nomeações para a direção da Biblioteca Nacional foram pautadas por uma hierarquia de gênero, uma vez que, mesmo havendo bibliotecárias formadas no país desde 1930, somente em 1971, a BN foi dirigida por uma mulher, a bibliotecária Jannice de Melo Monte-Mór.

A partir dos anos 1930, um novo perfil de formação bibliotecária passa a ser desenhado pelos cursos que iniciam suas atividades a partir desse período, sobretudo os cursos paulistas. Influenciados pelo modo de fazer Biblioteconomia exercido nos EUA, os currículos das

10. Segundo Rubens Moraes (2009, p.22) “a palavra livreiro não significava somente ‘mercador de livros’, mas designava as pessoas que exerciam o ofício de encadernador, dobrador de folhas tipográficas e até bibliotecário”.

escolas passam a ter como foco o modelo pragmático de ensino de Biblioteconomia e de organização de bibliotecas. Este período coincide com a busca das mulheres das classes mais altas da sociedade por uma profissionalização e, segundo Hugo Pires (2022, p. 97),

Apesar de não se poder afirmar que houve apenas um motivo e/ou um marco que levou a Biblioteconomia a se tornar uma profissão “destinada a mulheres” (e não há registro que demonstre isso na literatura), a tecnicização da profissão e adoção do modelo estadunidense – primeiro nas escolas de São Paulo e depois por diversos cursos pelo país – pode ser considerada um dos fatores que fizeram com que a profissão bibliotecária se tornasse feminilizada.

No mesmo direcionamento, Beatriz Sousa (2014) afirma que o caráter tecnicista do modelo adotado pelas escolas paulistas limita as atividades intelectuais das bibliotecas, o que se pode supor que retirou o interesse dos homens pela profissão. Ademais, há uma aproximação maior da Biblioteconomia com a área da Educação e o entendimento da biblioteca como uma extensão da sala de aula, sendo as bibliotecas vistas como espaços voltados para a educação das classes baixas e para preservação de valores sociais vigentes, como os de manter a ordem e os bons costumes. Tal aproximação com a Educação e com a função de professora, a esta altura já bastante feminilizada no país, podem ser considerados como fatores para a maior procura de mulheres pela Biblioteconomia.

Já na década de 1940, a feminização dos cursos de Biblioteconomia no país já era visível. César Castro (2000) demonstra que entre 1940 e 1943, dos 493 estudantes matriculados no curso da Biblioteca Nacional, 440 (ou 89,25%) do total eram mulheres e, ainda que houvesse grande desistência durante os dois anos de curso, ao fim, 68 mulheres se formaram bibliotecária ante somente 6 homens. O mesmo fenômeno ocorria também em São Paulo, no curso do Departamento de Cultura da Prefeitura, onde, segundo Ana Laura Xavier (2020), das/os 59 alunas/os formadas/os no curso, 43 eram mulheres.

Ao longo do tempo, a feminilização da profissão bibliotecária foi uma característica dos cursos criados, como pesquisas como a de Hugo Pires (2016) demonstram. Nos cursos pesquisados pelo autor, o número de mulheres foi maior que o dos homens em todos eles, com uma maior procura deles pelo curso a partir dos anos 1980¹¹.

Entretanto, pode se considerar que o perfil dos estudantes foi se alterando ao longo do tempo. Se os primeiros cursos atraíam pessoas das classes mais favorecidas da sociedade, nas décadas subsequentes, o curso se torna o curso possível para grande parte dos estudantes. Assim, a Biblioteconomia passa, sobretudo após a criação de cursos noturnos, a atrair um contingente maior de pessoas negras e das classes trabalhadoras, que viam no curso, a possibilidade de estudarem e de terem uma profissão.

11. Segundo o autor, no curso da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), por exemplo, 106 mulheres se tornaram bibliotecárias na década de 1950 e 194 mulheres ao fim de 1960, representando 98,97% do número de pessoas formadas. No mesmo período, 25 homens se formaram em Biblioteconomia na UFPE. Durante os mais de 60 anos de existência, o curso da UFPE formou mais de 1500 pessoas, sendo a imensa maioria (89%) de mulheres.

Em uma sociedade marcada pelos sistemas de opressão de raça-classe-gênero, a feminização da profissão bibliotecária reflete no status que a profissão bibliotecária recebeu ao longo do tempo e também na remuneração paga para as pessoas que atuam na profissão. Os dados da pesquisa do Instituto Brasileiro de Economia (FGV IBRE), apresentados anteriormente, demonstram que as reclamações e apontamentos vindo da classe não são sem fundamento, mas calcadas em uma realidade empírica e nas percepções de quem está no mercado de trabalho.

6

Aspectos da divisão sexual do trabalho podem ser observados na profissão bibliotecária não só no seu desenvolvimento e na sua consolidação histórica, mas também no cotidiano das pessoas que atuam na profissão. A profissão apresenta guetos profissionais femininos, sendo esses, notadamente os ligados à Educação, como é o caso da biblioteca escolar e infantil, mas também certos guetos profissionais masculinos, muitas vezes ligados à tecnologia.

Beatriz Sousa e Valmira Perucchi (2013) destacam que na Biblioteconomia ocorre uma das características da divisão sexual do trabalho, que é o das segregações horizontais e verticais. A primeira atua no sentido de determinar que a área é predominantemente feminina, o que reflete no seu status na sociedade e seu prestígio, enquanto a segunda diz respeito à segregação existente na execução de tarefas dentro do ambiente profissional. Neste sentido, Hugo Pires (2022) observou a existência deste fenômeno nas entrevistas

realizadas com pessoas graduadas em Biblioteconomia em diferentes períodos.

Segundo a pesquisa, as pessoas responderam que há diferenciação nos espaços e relataram que há vantagens para os homens ao ocuparem cargos de chefia e posições de destaque dentro das bibliotecas.

Mesmo dentro de uma mesma biblioteca e do mesmo espaço, muitas vezes há diferenciações das atividades que mulheres e homens realizam nas bibliotecas. Tal fato aparece na percepção das pessoas bibliotecárias entrevistadas por Hugo Pires (2022) em sua pesquisa sobre as relações de gênero na trajetória das pessoas bibliotecárias. O autor destaca que, na visão das pessoas entrevistadas, há diferenciação nos espaços, tendo os homens vantagens para ocuparem cargos de chefia e posições de destaque dentro das bibliotecas e que há a percepção de que as mulheres são direcionadas para “guetos” profissionais ligados à Educação, enquanto homens, muitas vezes, direcionam suas formações e ocupam postos de trabalho nas áreas de tecnologia.

Além disso, o autor realizou um levantamento realizado junto a RAIS e demonstrou que, no período de 10 anos (entre 2010 e 2020), os homens receberam maior remuneração em 8 anos - a exceção se deu nos anos de 2012 e 2013. Para o autor, este fato demonstra que há diferenciações de gênero na profissão que se traduzem em vantagens salariais para eles. O levantamento também confirmou uma retração da remuneração dada às pessoas bibliotecárias ao longo da década - a exemplo da pesquisa da FGV IBRE, “uma vez que a média salarial em salários-mínimos decresceu de quase 8 salários em 2010 para ambos os gêneros, para um pouco mais de 6 salários-mínimos no caso delas

e de quase 6,5 salários-mínimos no caso deles” (p. 232). O Quadro 1 apresenta os dados coletados pelo autor junto à Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), divulgada pelo Ministério do Trabalho e Emprego:

Quadro 1 - Média salarial, em salários-mínimos, de acordo com a CBO Bibliotecário (2010-2020), por sexo.

Ano	Feminino	Masculino
2010	7,49	7,76
2011	7,63	7,82
2012	7,17	7,07
2013	7,02	6,85
2014	6,77	7,13
2015	6,94	7,39
2016	6,88	7,00
2017	6,57	6,83
2018	6,55	6,97
2019	6,32	6,73
2020	6,12	6,53

André Pena (2015) já havia demonstrado, também em levantamento junto à Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), que havia certas vantagens salariais aos homens, sobretudo no setor privado de emprego. De acordo com os dados do autor, a porcentagem de homens que recebem mais de cinco salários-mínimos era sempre maior, entre os anos de 2003 e 2013, enquanto na faixa salarial abaixo de 5 salários-mínimos, a porcentagem de mulheres era maior – 60,4% de mulheres recebiam esta remuneração e 52,57% dos homens. No setor público, o autor demonstrou que havia maior equilíbrio salarial entre mulheres e homens, o que pode ser explicado pela maior igualdade em termos salariais que há na carreira pública.

O Censo desenvolvido no ano de 2022 pela Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB) confirma que a Biblioteconomia é uma área feminilizada, uma vez que a grande maioria das pessoas respondentes se declarou como mulher (3.469 ou 74,9% das 4.631 respostas recebidas). Em termos de remuneração, quando perguntadas qual foi o valor do último salário bruto que elas haviam recebido, as respostas podem ser vistas na figura 1.

Conforme se pode observar, a opção mais assinalada pelas pessoas que responderam ao Censo (entre R\$ 3.136,00 e R\$ 4.180,00) vai ao encontro da média salarial encontrada pela pesquisa do FGV IBRE – que foi de R\$ 3.135, sendo este o valor exato da segunda resposta mais assinalada pelas pessoas do Censo. Infelizmente, a apresentação dos dados do Censo não permite um filtro para que se possa verificar, por gênero, quais foram as respostas assinaladas, o que seria de grande valia para o cruzamento de dados e a resposta a questões para verificação se há diferenças salariais entre mulheres e homens na Biblioteconomia.

Figura 1 – Respostas das pessoas bibliotecárias ao Censo da Biblioteconomia Brasileira quando perguntadas a respeito do último salário bruto recebido



Fonte: Pires (2022).

7

Os dados aqui apresentados confirmam a baixa remuneração paga e o decréscimo da remuneração paga às pessoas bibliotecárias nos últimos anos. Como afirmado anteriormente, em uma sociedade patriarcal, marcada por relações desiguais de raça e classe, a inserção da profissão bibliotecária como uma profissão marcada pela divisão sexual do trabalho e por questões étnico-raciais e de classe, além da sua aproximação com a área da Educação, podem ser considerados aspectos que ajudam a explicar a baixa remuneração e valorização da profissão.

Entretanto, a título de finalização destas reflexões, outras perspectivas devem ser levadas em conta nestas análises, tais como: a visão no imaginário de que as bibliotecas não são mais necessárias e que os livros serão substituídos por livros digitais; a diminuição dos investimentos em Educação no Brasil nos últimos anos sobretudo após o golpe parlamentar de 2016; a compra de universidades privadas por grandes conglomerados educacionais, que muitas vezes delegam a uma pessoa bibliotecária a responsabilidade de gerenciar múltiplas bibliotecas; a falta de sindicatos que lutem por pisos salariais para a profissão no Brasil.

Quanto a este último aspecto, é fundamental que haja uma articulação da classe em torno da criação e participação de sindicatos e de movimentos associativos que defendam a profissão e que articulem a criação de pisos salariais. Em artigo em que analisava a situação dos sindicatos de bibliotecários no Brasil, Daniela Spudeit (2011) demonstrou o pouco sucesso e as dificuldades da criação

de sindicatos profissionais de Biblioteconomia no país. Muitas foram as iniciativas e as discussões realizadas em torno do movimento sindical em vários estados, mas poucas prosperaram e alguns sindicatos tiveram pouquíssimo tempo de vida e/ou não possuíam atuação formal – muitos deles, como o de Minas Gerais e da Bahia estavam em fases de estruturação na época em que o artigo foi escrito e seguem, mais de uma década depois, sem atuação.

É preciso que o aspecto da remuneração também seja levado em conta como importante variável nas análises que venham a ser feitas a respeito da profissão dentro da sociedade e também na visão que as pessoas bibliotecárias possuem da profissão e da área. Ademais, é necessária que a área se debruce a respeito da produção e sistematização de dados que digam respeito à sua realidade, para além de trabalhos isolados. Cito aqui alguns questionamentos:

— Em termos percentuais, quais as diferenças salariais entre mulheres e homens nos mesmos? Se sim, qual a porcentagem da diferença?

— Há diferenças salariais entre mulheres brancas e negras, mulheres brancas e homens negros, mulheres negras e homens brancos e entre homens negros e brancos?

— O que as respostas das pessoas LGBTQIAPN+ podem revelar no que diz respeito à remuneração que recebem no mercado de trabalho? Há diferenciações e discriminações?

8

Por fim, é necessário enaltecer a bravura das pessoas – sobretudo as mulheres que construíram a profissão e a consolidaram no país – que fazem a Biblioteconomia

e que permanecem buscando a valorização da área; que seguem inovando e reinventando os seus trabalhos e as ações realizadas em bibliotecas; que acreditam que uma sociedade mais justa, mais diversa e mais inclusiva pode ser construída por meio das bibliotecas, da informação e da leitura. Profissionais que muitas vezes não se sentem valorizados pela sociedade, que não recebem a remuneração justa para trabalho tão importante, mas que não esmorecem e seguem demonstrando seu valor.

É fundamental que nos mantenhamos unidos e que não sejamos ilhas distantes umas das outras, mas busquemos nos fortalecer enquanto classe e enquanto indivíduos. Não nos afastemos, sigamos de mãos dadas.

Referências

ALVES, Schirlei. Mulheres com emprego dedicam 6h48 a mais que homens ao trabalho doméstico, **Gênero e número**. [S.l.], 22 ago. 2023. Disponível em: <https://www.generonumero.media/reportagens/trabalho-domestico-mulheres/#:~:text=Mulheres%20com%20emprego%20dedicam%206h48%20a%20mais%20que%20homens%20ao%20trabalho%20dom%20%C3%A9stico&text=M%20mulheres%20que%20exercem%20algum,enfermos%20ou%20pessoas%20com%20defici%20%C3%Aancia>. Acesso em: 23 dez. 2023.

ANTUNES, Lauren; ACCORSSI, Aline. Relações de gênero e a feminização da profissão docente: reflexões sobre a divisão sexual do trabalho. **Revista de Educação, Ciência e Cultura**, v. 24, n. 3, 2019. doi: <http://dx.doi.org/10.18316/recc.v24i3.5425>.

ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

BRAGA, Mauro Mendes; PEIXOTO, Maria do Carmo de Lacerda. **Censo socioeconômico e étnico dos estudantes de graduação da UFMG**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo da Educação Básica 2022**: resumo técnico. Brasília, INEP, 2023. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2022.pdf. Acesso em: 23 dez. 2023.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. *In*: ASHOKA EMPREENDEDORES SOCIAIS; TAKANO CIDADANIA (org.). **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003. p. 50-57.

CASTRO, César. **História da Biblioteconomia Brasileira**. Brasília: Thesaurus, 2000.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade temporã**: o ensino superior, da colônia à era de Vargas. 3. ed. São Paulo: UNESP, 2007. 305 p.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Brasil**: a inserção das mulheres no mercado de trabalho. São Paulo: DIEESE, 2023. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/outraspublicacoes/2021/graficosMulheresBrasilRegioes2021.html>. Acesso em: 23 dez. 2023.

GOMES, Camilla Magalhães de. Gênero como categoria de análise decolonial. **Civitas**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 65-82, jan.-abr. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/civitas/a/bRTKvzGxYTtDbtr-FyLm5JNj/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 23 dez. 2023.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da di-

visão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese de Indicadores Sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira, 2023 Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102052.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2023.

MORAES, Rubens Borba de. **Livros e bibliotecas no Brasil colonial**. Brasília: Briquet de Lemos, 2006.

PENA, André de Souza. **Reflexões críticas sobre aspectos produtivos e do trabalho na biblioteca universitária em tempos de crise**: comparação entre Brasil, Espanha e Moçambique. 2015. 269 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação da UFMG, 2015.

PIRES, Hugo Avelar Cardoso Pires. **As relações de gênero na trajetória da pessoa bibliotecária**. 2022. 291 p. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.

PIRES, Hugo Avelar Cardoso. **Relações de gênero e a profissão bibliotecária na contemporaneidade**: panorama nacional e os motivos da entrada masculina em curso majoritariamente feminino. 2016. 134 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul/dez 1995.

SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da. **Biblioteca como lugar de práticas culturais**: uma discussão a partir dos currículos de Biblioteconomia no Brasil. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

SOUSA, Beatriz Alves de. **O gênero na Biblioteconomia**: percepção de bibliotecárias/os. 2014. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

SOUSA, Beatriz Alves; PERUCCHI, Valmira. Gênero na produção científica dos grupos de trabalho do ENANCIB: análise dos anais do XIII ENANCIB. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 14, Florianópolis, 2013. **Anais eletrônicos [...]**. Disponível em: https://www.brapci.inf.br/repositorio/2015/12/pdf_d84420f2470000013936.pdf. Acesso em: 23 dez. 2023.

SCHEFFER, M. et al. **Demografia Médica no Brasil em 2023**. São Paulo: FMUSP, AMB, 2023. 344 p. Disponível em: https://amb.org.br/wp-content/uploads/2023/02/DemografiaMedica2023_8fev-1.pdf. Acesso em: 23 dez. 2023.

SPUDEIT, Daniela Fernanda Assis Oliveira. Sindicatos de bibliotecários: história e atuação. **Transinformação**, Campinas, v. 23, n. 3, p. 235-249, set./dez., 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tinf/a/znvJgKSF-6D9KwCpm4xh7mDy/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 23 dez. 2023.

XAVIER, Ana Laura Silva. **A presença do feminino na Biblioteconomia brasileira**: aspectos históricos. 2020. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2020.

O Usuário com Deficiência em Bibliotecas: Realidades, Necessidades e Responsabilidades de Todos e para Todos

Claire Cascaes de Aquino

Bibliotecária, Especialista em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos em Santa Catarina (SC). Atua na Biblioteca do IFSC - Campus Palhoça Bilingue. Participante do Grupo de Trabalho Acessibilidade em Bibliotecas (GT Acess – FEBAB). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4761-650X> contato: claire.aquino@gmail.com.

Danielle da Silva Pinheiro Wellichan

Bibliotecária e Pedagoga Especialista, Mestra em Ciência da Informação (UNESP/Marília) e Doutora em Educação (UNESP/Marília). Participante do Grupo de Trabalho Acessibilidade em Bibliotecas (GT Acess – FEBAB). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6978-7361> contato: danysp@gmail.com.

Fernanda Mussato Vasconcelos

Professora, Letróloga e Pedagoga Especialista, Mestra em Educação (UNESP/Marília) e Doutoranda em Educação (UNESP/Marília). Participante do Grupo de Pesquisa Defsen (Deficiências Físicas e Sensoriais) da UNESP/Marília. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1803-8333> contato: fernanda.vasconcelos@unesp.br.

A informação é direito fundamental de todo cidadão, independentemente de suas especificidades e desde muito tempo, a questão do acesso a ela é questão de desejo, defesa, justiça e empoderamento para qualquer gênero, nacionalidade ou condição social.

Para uma pessoa com deficiência (PcD), a informação representa muito mais do que um direito, trata-se de pertencimento. Afinal, ciente de seus direitos, a PcD pode (e deve!) se posicionar na sociedade e buscar as adaptações e os ajustes necessários para que sua cidadania seja garantida e respeitada. Do outro lado, quando a sociedade também está informada sobre o que é mito, verdade, necessidade ou limitação dentro do contexto da deficiência, a inclusão encontra mais oportunidades para de fato acontecer.

Todavia, quando há ausência de informação, de maneira geral, os envolvidos tornam-se parte de uma minoria (bem ampla, diga-se de passagem) que sofre com a exclusão em diversos segmentos da sociedade e então, recebem produtos, serviços e atendimentos de forma parcial, regados à invisibilidade, preconceito, capacitismo, ou ainda, ignorância total.

A falta de informação relacionada à deficiência pode gerar para a PcD a estigmatização, pouca empregabilidade, falta de apoio em diversos âmbitos, incluindo o governamental, o que infere também na existência de barreiras quanto à acessibilidade, a percepção incorreta de suas possibilidades/habilidades com um foco excessivo nas limitações e, em consequência, o isolamento social. Sendo assim, é fundamental promover a conscientização e a educação sobre deficiências para superar esses desafios e construir uma sociedade mais inclusiva e justa. O acesso à

informação ajuda a combater estereótipos, reduzir preconceitos e criar ambientes que permitam que todas as pessoas participem plenamente na sociedade.

É evidente que em um modelo de sociedade ideal, não teríamos que nos preocupar com direitos e movimentos sociais, acesso ou acessibilidade, pois todos teriam seus espaços garantidos naturalmente com suas condições respeitadas e valorizadas. Acesso e acessibilidade são, vale mencionar, termos distintos em significados, todavia, muito usados erroneamente como sinônimos.

[...] “acesso” tem conotação de necessidade de luta para alcançar um objetivo e está relacionado a atitudes de exclusão. Já “acessibilidade” faz referência a algo mais concreto que pode ser observado, implementado, medido, legislado e avaliado. Dessa maneira, pode-se criar condições de acessibilidade para que as pessoas possam ter acesso à determinadas situações ou lugares (Manzini, 2005 *apud* Vasconcelos, 2023, p. 13).

Entretanto, a realidade persiste em ser diferente e cada momento se torna uma oportunidade importante para posicionar-se diante de injustiças e desigualdades. Momento como este em que estamos unidos de alguma forma nesse texto, buscando compartilhar ideias, refletir sobre a realidade, necessidade e responsabilidade de cada um na construção de um mundo para todos. No entanto, conforme citado por

Omote (2006, p. 267) o movimento em favor da inclusão exige mudanças de ordem profunda e estrutural que envolvem valores muitas vezes já enraizados,

[...] qualquer proposta de inclusão necessita discutir e avaliar até que ponto as pessoas estão dispostas a alterá-los, mesmo em situações de escassez de recursos e provisões. Implica construir uma nova cultura, na qual os critérios de julgamento, avaliação e reconhecimento do mérito de uma pessoa possam fundamentar-se em uma lógica compatível com os ideais da inclusão, ainda que inteiramente estranhos à lógica do custo-benefício com que estamos bastante familiarizados.

Pensar sobre a deficiência é algo que precisamos fazer independentemente do custo-benefício como citado por Omote (2006), pois ela nos envolve de forma direta ou indireta, seja no passado (com algo que vivenciamos, ou alguém que conhecemos), no presente ou no futuro, afinal, a deficiência adquirida pode estar mais próxima do que imaginamos. É comum, ao abordarmos o tema das deficiências, fazer referência apenas às deficiências congênitas que acompanham o indivíduo desde o momento do nascimento. É menos frequente pensar nas deficiências que qualquer ser humano está suscetível a adquirir devido a lesões, doenças ou acidentes ao longo da vida.

Dessa forma, buscou-se construir um texto cujos alicerces fossem estudos que contemplassem o usuário

com deficiência a partir de obras e autores cujas ideias estivessem próximas ao pensamento aqui cultivado e, justamente por isso, as autoras trouxeram também produções próprias que retratam preocupação constante e que colaboram com a ideia de resgatar alguns pontos necessários para reflexão e, esperançosamente, contribuir para novos posicionamentos e práticas diante de usuários com deficiência em nossos ambientes informacionais, sejam eles, públicos ou particulares. Não almejamos esgotar o assunto, mas sim fomentar o debate e quiçá despertar em profissionais e interessados, novas oportunidades de aprendizado, práticas e convivência em função de uma sociedade mais equitativa e justa para todos.

A pessoa com deficiência na atualidade

De acordo com a edição mais recente do Censo Geográfico (Gomes, 2023), dados coletados e analisados apontam a existência de 18,6 milhões de pessoas (a partir de dois anos ou mais) no Brasil, equivalente a 8,9% da população em 2022, maior parte pertencente a região nordeste, seguido da região sul (8,8%), centro-oeste (8,6%), sudeste (8,2%). Desse número total, 10,3% são do gênero feminino. São aproximadamente, quase nove em cada 100 brasileiros (gênero masculino ou feminino) com alguma deficiência e quase metade dessas pessoas com deficiência são consideradas idosas (47,2%), enquanto esse percentual na população sem deficiência é de cerca de 12,5% (Brasil, 2023).

É um público que é um pouco mais conhecido na área da Educação, mas não se engane, ainda há muito o que fazer e muito o que mudar! Pensando na escolariza-

ção de pessoas com deficiência, abordando a modalidade do Ensino Fundamental, Vasconcelos (2023, p. 15) aponta que a democratização da educação não se caracteriza somente pelo acesso de todos às instituições de ensino. Após o ingresso dos estudantes, faz-se necessário tomar medidas que visem garantir-lhes a permanência, dentre elas, um ambiente físico acessível.

A incorporação dos estudantes com deficiência nas escolas comuns, sobretudo os que têm deficiência física, visual ou mobilidade reduzida, implica além da capacitação do grupo docente e disponibilização de equipamentos adequados, alterações no arranjo dos espaços escolares.

A autora ainda discorre sobre o aumento gradativo de matrículas em escolas comuns, de estudantes com deficiências, Transtornos do Espectro Autista (TEA) e altas habilidades ou superdotação (AH/SD), que passou de um milhão em 2020, um aumento de 34,7% em relação a 2016. E o maior número dessas matrículas, estava no Ensino Fundamental.

No contexto do Ensino Médio, Santos (2021) investigou como o ensino de Sociologia na escola regular influencia as sociabilidades das pessoas com deficiência no contexto da sala de aula. Por meio de estudo bibliográfico o autor encontrou vestígios da construção social do estigma, da escola como uma instituição posicionada e localizada ideologicamente e da necessidade de disputar o espaço escolar enquanto potencializador da di-

versidade humana. Propôs também repensar a pessoa com deficiência no Ensino Médio a partir da produção de sua invisibilidade e traz também a conclusão de que nos encontramos em um movimento de pesquisa social comprometida com a luta anticapacitista, nos deparando com a emergência das sociabilidades das pessoas com deficiências na fase da adolescência e vida adulta.

Ainda sobre a escolarização, Silva (2011) examinou as razões pelas quais a educação para as pessoas com deficiência tem sido oferecida por um sistema diferenciado, especialmente no que diz respeito à formação para o trabalho e conclui que os processos de exclusão ou de uma inclusão precária, instável e marginal da pessoa com deficiência na organização social e escolar são decorrentes do modo de organização econômica, cultural e política do Estado capitalista, associando-se assim a demais fatores que prejudicam ainda mais a situação do excluído.

No Ensino Superior, o aumento de matrículas de estudantes com deficiência representa um avanço importante, no entanto, o acesso ainda é menor. Segundo dados estatísticos publicados recentemente pelo Governo Federal (Brasil, 2023) em 2021 em cada 1 mil matrículas nos cursos de graduação, apenas sete eram de estudantes com deficiência, transtornos do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação.

Já em relação à PcD no mercado de trabalho, as pessoas com deficiência apresentam menor taxa de participação na força de trabalho e de ocupação do que as pessoas sem deficiência. Na faixa de 30 a 49 anos, a proporção de pessoas com deficiência na força de trabalho é de cerca de 5 em cada 10, enquanto entre as pessoas sem

deficiência é de aproximadamente 8 em cada 10. Ou seja, pouco mais da metade das pessoas com deficiência entre 30 e 49 anos estão na força de trabalho (Brasil, 2023). A situação se agrava diante da questão da cor ou raça. Uma PcD “branca” tem maior rendimento médio do que pretas e pardas e mulheres com deficiência tem rendimentos ainda menores do que homens com deficiência (Brasil, 2023).

Estudos comprovam um cenário complexo e uma cultura da acessibilidade (Manzini, 2008) ainda não estabelecida. Mesmo diante da legislação com a Lei de cotas para pessoas com deficiência (Brasil, 1991) ou com seu estatuto próprio (Brasil, 2015) em vigência há décadas em território brasileiro, a PcD enfrenta inúmeras dificuldades “[...] para seu acesso e permanência no mercado de trabalho e a lei em si, não traz garantias para que essa inserção aconteça e nem estabelece sob quais condições ela deveria acontecer efetivamente” (Vasconcelos; Wellichan, 2022, p.31816).

Na prática, Vasconcelos e Wellichan (2021) buscaram também analisar relatos acerca das circunstâncias da vida profissional de cinco trabalhadores com deficiência física e mobilidade reduzida, integrantes de uma associação. Por meio de uma entrevista por videochamada, os dados foram coletados e posteriormente tratados, analisados e categorizados. Nos resultados obtidos as pesquisadoras mostram situações predominantemente conflitantes, em que o trabalhador com deficiência física ou mobilidade reduzida encontra dificuldades desde seu ingresso no mercado de trabalho, além de enfrentar algumas barreiras arquitetônicas e principalmente barreiras sociais, que podem influen-

ciar em sua satisfação, desempenho e principalmente, comprometer sua saúde mental. Além disso, quando contratada a PcD se depara com uma realidade que evidencia o desconhecimento pela deficiência e a falta de capacitação também por parte de empregadores, o que reflete dificultosamente

[...] para que as PcD assumam as suas funções na empresa, comprometem seu desenvolvimento e sua atuação profissional, o que pode acarretar no possível fracasso da PcD contratada e interferir negativamente no desempenho profissional (Lino; Wellichan, 2019, p.120).

Fica evidente que o mercado de trabalho, seja ele público ou privado, não está preparado para absorver e incluir o trabalhador com deficiência e que os aspectos levantados em alguns dos estudos citados, apontam muito mais na direção das barreiras sociais, não havendo uma conotação suficientemente notória dos aspectos relativos à acessibilidade física e evidenciam o quanto ainda é preciso que as organizações conheçam a pessoa com deficiência sem generalizações, com respeito a sua potencialidade e as suas diferenças.

Ré (2014) procurou identificar a concepção de pessoas sem deficiência sobre pessoas com deficiência e como percebem esta interação no contexto de trabalho. A autora apontou que o constructo “normalidade” foi o mais pontuado, significando que há uma tendência de exclusão social das pessoas com deficiência pelas pessoas sem deficiência, seguido de benefícios da

contratação, que representa a necessidade da contratação de pessoas com deficiência auxiliarem na imagem da empresa. A interação foi caracterizada como sendo de boa qualidade, o que contradiz a concepção de normalidade obtida na etapa anterior. Notou-se que a visão das pessoas sem deficiência sobre as PcD é a de que deveriam se manter segregadas, porém também foram relatadas a necessidade de adaptações e sensibilização para melhor recebê-las nas empresas, no que diz respeito à acessibilidade física. A autora conclui que a inclusão de pessoas com deficiência ocorrerá com êxito nas organizações, desde que o preparo do ambiente e das pessoas seja efetivo.

Bibliotecas acessíveis e inclusivas

Quando voltamos a atenção às bibliotecas, estamos descrevendo um espaço que precisa ser democrático e que atenda a todos com igualdade, sem marcadores de exclusão e desigualdade social.

[...] o desconhecimento sobre o que é preciso e necessário para atender pessoas com deficiência compromete as relações, o uso, o acesso e a frequência delas, em vários espaços, e na biblioteca não é diferente. Não se trata apenas de “ajudá-lo”, porque o direito é previsto, mas permitir que ele utilize o espaço e usufrua do atendimento e dos serviços de forma autônoma e independente (Wellichan, 2022, p. 31).

Entre os diversos desafios enfrentados pelas bibliotecas está a compreensão de grupos de usuários, entre eles o usuário com deficiência. Esse grupo torna-se um desafio, seja pelas barreiras arquitetônicas dos ambientes que fogem ao conceito da acessibilidade, ou pelas barreiras atitudinais (que envolvem também a comunicação e a convivência) e que afetam o acesso à informação e a tudo que a envolve. Elaborar um produto ou um serviço ou oferecer um atendimento para um grupo que não se conhece em profundidade e que pode apresentar uma diversidade dentro de seu próprio grupo, pode não ser assertivo a ele e infelizmente, isso acontece com frequência.

Percebe-se que houve sim um avanço na literatura da Biblioteconomia sobre os usuários com deficiência, e para constatar essa veracidade basta uma pesquisa simples em alguma base de dados de sua preferência, ou uma busca em algum metabuscador mais conhecido e comparar com o resultado de anos atrás. Ainda assim, tais resultados sinalizam um caminho que está sendo traçado, sendo construído e que ainda precisa se desenvolver para amadurecer.

Não estamos tratando apenas do acesso à informação ou ao suporte dela, mas também da acessibilidade para chegar até ela. A acessibilidade teve sua terminologia modificada pela Lei n.13.146, descrevendo-a como

[...] condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação [...]” para pessoas

com deficiência ou com mobilidade reduzida (Brasil, 2015, não paginado).

No estudo realizado por Wellichan e Manzini (2021) em uma base de dados da área da Ciência da Informação, foi possível encontrar os temas mais relacionados aos usuários com deficiência e nele estão o atendimento de usuários com deficiência, recursos e equipamentos de Tecnologia Assistiva em bibliotecas, registros de observações de ambientes informacionais referente às questões de acesso e acessibilidade, barreiras existentes, adequações de acervos, verificação e cumprimento da NBR 9050, projetos e espaços acessíveis, propostas inclusivas, comunicação visual, mas ainda assim,

Percebe-se, de forma imediata, que o usuário com deficiência, embora sempre tenha existido, assim como as próprias bibliotecas, ainda não despertou atenção suficiente para os estudos da área. E para essa falta de interação, há fatores que podem estar relacionados às questões da formação e capacitação para tal. No entanto, há também que se considerar fatores como: o desconhecimento a respeito do usuário e suas necessidades; desatualização prática, no que se refere aos recursos e tecnologias disponíveis; falta de investimentos institucionais; e a hipótese de que ações realizadas não sejam registradas ou

comunicadas cientificamente, tendo em vista a dinâmica da vida do profissional (Wellichan; Manzini, 2021, p. 178).

Se é um desafio para o profissional realizar o atendimento ou as adequações necessárias para esse grupo de usuários, é possível supor como é para ele mesmo. Um usuário surdo foi convidado a relatar sua experiência em bibliotecas. Oriundo de uma escola bilíngue para surdos (que possuía toda equipe especializada em sua condição) e no momento da entrevista um estudante de pós-graduação em uma universidade pública, foi questionado sobre o relacionamento (ou a ausência dele) com o bibliotecário e a equipe da biblioteca e compartilhou um triste relato,

Com a profissional da escola regular era muito boa. Ela sempre me ajudava com as dúvidas. Mas nas faculdades, não tinha intérpretes e as pessoas nem chegavam perto de mim. Eu acho que eles sentem receio ou medo de chegar perto de uma pessoa surda porque não conseguem se comunicar em LIBRAS. [...] eu percebo o nervosismo das pessoas quando sabem que sou surdo (Wellichan; Lino; Manzini, 2022, p. 197).

Para um usuário com Deficiência Visual (DV), Deficiência Auditiva (DA), Deficiência Física (DF), Deficiência Intelectual (DI), Deficiências múltiplas, ou transtornos, é preciso considerar que as descobertas são frequentes a respeito dos inúmeros fatores referentes

à deficiência (origens, causas, tratamentos, manejo). E dentro dessa diversidade de limitações e potencialidades há condições que se entrelaçam, ou não, à tecnologia nas bibliotecas, como por exemplo, algumas citadas na tese de Wellichan (2022, p.28-29),

[...] em uma biblioteca, um estudante com DF ou mobilidade reduzida pode precisar de: adaptações e adequações físicas nas instalações e nos equipamentos disponibilizados; mobiliário que permita o uso, a entrada de cadeira de rodas ou de pessoas com próteses (pelo fato de precisar de mais espaço para se colocar e se movimentar); balcão de atendimento rebaixado; portas largas e com travas para a passagem de pessoas com muletas ou cadeiras de rodas; banheiros e bebedouros adaptados; elevador e espaçamento entre as estantes para circulação da cadeira de rodas.

Um estudante com DV pode também necessitar de um ambiente mais “livre”, que possibilite sua circulação, sem fios expostos, objetos acumulados e mobiliários espalhados; disponibilidade de recursos e equipamentos de Tecnologia Assistiva; materiais em Braille (caso ele seja alfabetizado por esse sistema); acervos especializados; e piso tátil para auxiliar sua orientação no local.

No caso da DA, o estudante pode ou não utilizar a leitura labial. Caso ele utilize essa leitura, é preciso cuidar para que nada atrapalhe o foco ou o seu entendimento, como má articulação, uso de barba e/ou bigode, cobrir a boca ou falar de costas. A sinalização da Libras é algo que os usuários surdos consideram determinante para um atendimento inclusivo (WELLICHAN; LINO; MANZINI, 2021), porém não precisa ser entendido como única forma de comunicação a ser estabelecida. A comunicação escrita também pode ser uma opção, se considerar a etapa escolar em que o estudante esteja. Além disso, materiais visuais, utilização de legendas em vídeos, materiais especializados em Libras também auxiliam o estudante na biblioteca.

Para a DI, se não houver nenhuma outra associação, são necessários: adaptações de conteúdos curricular, estímulos para aprendizagem e desenvolvimento, materiais tutoriais, explicativos e um atendimento mais compreensivo e individualizado para auxiliar em suas necessidades na biblioteca. Fatores semelhantes são recomendados para usuários com TEA, acrescidos de cuidados com a clareza na comunicação, a luminosidade e os ruídos

no ambiente, além do oferecimento de espaços reservados que permitam a escolha de um estudo mais individual. A sinalização visual é recomendada pela norma brasileira (NBR9050), ela favorece e facilita o direcionamento e a localização não só para estudantes com deficiência, como para toda a comunidade. Quando realizada conforme indicações previstas na norma e com os grupos sinalizados de forma adequada, ela permite a identificação correta de sua mensagem e pode representar mais do que instruções de usos e orientações de locais ou serviços. Pode indicar que ali é um espaço que oferece um serviço especializado e atento a quem se destina.

Percebe-se a tecnologia como recurso importante, mas não é a única responsável pela inclusão desses usuários. Partindo do princípio de que cada deficiência é única, o que se sabe sobre uma deficiência não necessariamente representa a outra e é possível que haja questionamentos ou interpretações modificadas devido a alguma nova descoberta.

Em outro momento que favoreceu o “lugar de fala”, as experiências em bibliotecas foram lembradas por um grupo de usuários com diferentes deficiências diante de três questões norteadoras: sua relação com as bibliotecas ao longo da infância e vida estudantil; se as bibliotecas, as quais ele citou, eram acessíveis e sugestões para um ambiente acessível e inclusivo (Wellichan; Manzini, 2023, p.5).

Entre diversas situações citadas, ficou evidente principalmente a importância das atitudes e da empatia como elementos fundamentais para um atendimento inclusivo e isso acontece principalmente por meio da disposição dos profissionais para compreender e conviver com esse usuário. E se essa convivência ainda não está estabelecida, é preciso buscá-la, sendo parte da construção de um ambiente democrático, já mencionado anteriormente. Afinal, conforme citado por Wellichan e Fonseca (2023), “O acolhimento, a conscientização e os serviços específicos que atendam às necessidades da condição do usuário se tornam pontos-chave para que ele se adapte ao ambiente”.

Insistentemente associada à temática dos usuários com deficiência, existe a preocupação com a capacitação e a atuação profissional, mas comumente quando o assunto é o usuário, ouve-se de forma uníssona uma espécie de “defesa” que se apoia no argumento da falta de formação durante a graduação, ou a ausência de cursos voltados para o assunto. É necessário então, um pouco mais de reflexão, pois é preciso (re) pensar a sua parcela de responsabilidade diante desse cenário.

O profissional: capacitação, colaboração e recursos

Vamos pensar rapidamente: independentemente de como foi sua formação, quantos cursos sobre usuários com deficiência você realizou nos últimos tempos? Quantos eventos sobre essa temática você

participou? E sua leitura profissional, inclui essa temática com qual frequência?

A capacitação profissional voltada ao atendimento é uma necessidade, assim como a tecnologia, que também não pode ser deixada para outro momento. Se a tecnologia fica obsoleta de forma rápida, se é diversificada, se é fator diferencial, o usuário também é! Pois suas condições (causas, diagnóstico, tratamentos, recursos) são atualizadas de forma constante e precisam ser relacionadas a melhor qualidade de vida em seus diversos segmentos. A tecnologia foi citada aqui, apenas como exemplo e por estar muito mais presente no cotidiano bibliotecário do que há anos atrás, mas a ideia é que se faça a reflexão do que é buscado por outros assuntos típicos ao trabalho bibliotecário e o que é buscado especificamente para o usuário em suas práticas. O quanto você (bibliotecário) se dedica às atualizações referentes a ele, o usuário com deficiência.

Nicolino (2023) trouxe o trabalho colaborativo como um dos sucessos no atendimento ao usuário. A autora analisou a influência dos docentes na motivação dos estudantes para participar de atividades de formação promovidas pela biblioteca universitária de uma instituição de ensino superior. Para a coleta de dados foi realizada entrevista com cinco docentes líderes de grupo de pesquisa e com alto índice de orientações, além de um questionário enviado aos alunos de graduação da unidade, para o qual foram obtidas 108 respostas. Mediante os resultados apresentados e análises realizadas, considerase que os estudantes precisam do incentivo dos docentes, tanto para participar das atividades de formação que a Biblioteca oferece, quanto para buscar materiais de

informação para subsidiar suas pesquisas acadêmicas. Dessa forma, ações colaborativas podem formalizar e sistematizar um programa de competência em informação, fortalecendo os vínculos entre a comunidade acadêmica e atuando ativamente no processo de ensino e aprendizagem para formar cidadãos críticos, pensantes e competentes em informação.

A Tecnologia Assistiva (TA) é recomendada e trazida às bibliotecas conforme estudos e análises de necessidade, usabilidade, custo e benefícios. Além disso, uma biblioteca equipada com tecnologia pode aumentar sua popularidade, diversificar seus produtos e serviços, atrair novos usuários e isso pode representar, mesmo que de forma indireta, visibilidade e responsabilidade social. Para o usuário com deficiência é mais do que isso! Pode ser uma oportunidade de pertencer, de se apropriar de informações, de interagir, de acessar produtos e serviços que podem lhe auxiliar na busca por estudo, trabalho, direitos em geral.

Wellichan (2022) buscou conhecer sob a ótica de equipes de bibliotecários como o usuário com deficiência é atendido nas bibliotecas universitárias, além de identificar como os recursos de TA são utilizados, propondo para isso um ambiente de capacitação virtual. Os resultados obtidos sinalizaram que mesmo diante de dificuldades, há esforço e interesse em atender os usuários com deficiência, mas também há a falta de conhecimento sobre suas necessidades e particularidades, o que reflete em atendimentos e serviços sem a efetividade planejada. Também apontaram a necessidade de melhor otimização dos recursos e equipamentos de TA para que possam cumprir sua função nas bibliotecas, além da importância

de proporcionar momentos para compartilhar experiências entre seus pares e com seus usuários. A formação para questões que envolvam o usuário com deficiência nas bibliotecas posiciona-se como fundamental para todos os envolvidos e deve ser realizada com frequência, tendo em vista as particularidades que envolvem cada condição e as novas matrículas desse público na universidade que surgem a cada ano letivo.

As lacunas na formação profissional existem e são marcas presentes em todas as profissões, não é uma situação específica da Biblioteconomia/Ciência da Informação e não devem ser motivo de engessamento ou alienação profissional.

Para atuar significativamente em qualquer realidade, o profissional (independentemente da área que atua) precisa estar ciente do cenário envolvido e buscar estratégias para atuar ali, trabalhando com o disponível e o que precisa ser buscado. É preciso que a cultura da acessibilidade se faça presente e reconheça na pessoa com deficiência um protagonista a ser considerado e respeitado.

O protagonismo das pessoas com deficiência mostra-se fundamental para que sejam participantes ativos de um processo que os inclui de forma direta, seja como estudante ou como servidor no Ensino Superior. A cultura da acessibilidade precisa ser estabelecida pela instituição, e cabe a ela proporcionar espaços e condições para que políticas inclusivas sejam elaboradas e praticadas [...] (Wellichan, 2022).

Além disso, é preciso que a representatividade possa ser favorecida com trabalhadores e equipes com pessoas com deficiência participando ativamente de planejamentos, elaborações e tomadas de decisão (Baptista; Gonçalves, 2016; Pupo; Carvalho; Oliveira, 2008; Garbin; Cruz, 2019; Wellichan; Manzini, 2021; Wellichan, 2022; Cruz, 2022; Halas, 2022; Nunes, 2022). Equipes que possuem essa colaboração podem ter mais chances de assertividade na oferta dos serviços em seus ambientes e contribuir mais ativamente para a efetivação da inclusão.

Considerações finais

Um espaço para pertencimento é naturalmente um espaço inclusivo que pode abrigar e acolher diversos grupos. Se as bibliotecas são de fato espaços democráticos, é preciso que atuem como tal e favoreçam não apenas seu usuário real na busca pela informação e conhecimento, mas também que encontre estratégias para atrair aqueles que ainda não utilizam o espaço, mas podem ser beneficiados por ele.

As capacitações precisam ser mais constantes e a busca pelo aperfeiçoamento profissional precisa ser uma meta de cada profissional, no intuito de oferecer um serviço de excelência, baseado em necessidades reais e ações práticas. Isso se aplica ao ambiente educacional, empresarial, informacional e todos os demais existentes em nossa sociedade.

Na contemporaneidade, instituições especializadas estão incumbidas de satisfazer as exigências profissionais. Caso não nos deparemos com uma que corres-

ponda às nossas necessidades, recomenda-se diligência junto a entidades representativas e fiscalizadoras. É que o profissional busque a que melhor lhe representa e satisfaz.

Políticas públicas institucionais inclusivas precisam ser implementadas e caso estejam ausentes, devem ser discutidas, elaboradas e disponibilizadas, pois somente assim o processo inclusivo pode acontecer de forma eficiente e real. Nesse contexto, favorecer o “lugar de fala” da pessoa com deficiência seja em comissões, grupos de estudo/pesquisa e equipes de trabalho é respeitar e incentivar o protagonismo da PcD e favorecer o aprendizado que vem da convivência.

Reafirma-se, por fim, o compromisso estabelecido ao longo deste texto, refletir sobre práticas e ações em função de uma sociedade mais justa e equitativa, onde todos possam ter seu espaço de pertencimento. São realidades, necessidades e responsabilidades de todos e para todos.

Referências

BAPTISTA, M.M.; GONÇALVES, M.S. Acessibilidade para colaboradores em bibliotecas universitárias: um estudo de caso no Sistema de Bibliotecas da Universidade de Caxias do Sul – SIBUCS. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, n. esp., v.10, 2016. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1188/pdf>. Acesso em: 01 dez. 2023.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: diagnóstico com base nos dados e informações disponíveis em regis-**

tros administrativos, pesquisas e sistemas do Governo Federal. Brasília, out.2023. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/pessoa-com-deficiencia/publicacoes/Relatorio_CGIE_PCD.pdf. Acesso em: 02 dez.2023.

BRASIL. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com deficiência). Lei n. 13.146 de 6 de julho de 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.html. Acesso em: 10 dez.2023.

BRASIL. Lei n.8.213 de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.html. Acesso em: 26 dez. 2023.

CRUZ, M. Pessoa com deficiência: conhecer para incluir. In: AMATO, I. (Org). **Diversidade e inclusão em suas dimensões**. São Paulo: Literare Books International, 2022. p.209-214.

GARBIN, A.D.C.; CRUZ, M.T.S. Desafios da gestão da diversidade da pessoa com deficiência. In: CAMILO, J.; FORTIM, I.; AGUERRE, P. (Org). **Práticas de gestão da diversidade nas organizações**. São Paulo: SENAC, 2019. p.127-144.

GOMES, I. Pessoas com deficiência têm menor acesso à educação, ao trabalho e à renda. **Agência IBGE Notícias**, 24/08/2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias>.

ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37317-pessoas-com-deficiencia-tem-menor-acesso-a-educacao-ao-trabalho-e-a-renda. Acesso em: 10 dez. 2023.

HALAS, L. Acessibilidade e tecnologias assistivas para o sucesso da inclusão de pessoas com deficiência no trabalho. In: AMATO, I. (Org). **Diversidade e inclusão em suas dimensões**. São Paulo: Literare Books International, 2022.

MANZINI, E. J. Tecnologia assistiva para educação: recursos pedagógicos adaptados. In: **Ensaio pedagógico: construindo escolas inclusivas**. Brasília: SEESP/MEC, 2005. p.82-86

MANZINI, E.J. **Conferencista Inclusão e Acessibilidade**. Dez.2005. In: VASCONCELOS, F. M. Avaliação da acessibilidade de escolas públicas de ensino fundamental por meio de um instrumento digital: análise da transmissão e do banco de dados. 2023. 71f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual Paulista, Marília, SP. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/items/b972efc0-4e1f-4f9f-8860-8b8e8fd846a4>. Acesso em: 15 dez. 2023.

NICOLINO, Maria Elisa Valentim Pickler. **Motivação e competência em informação no ensino superior: a importância da parceria entre bibliotecários e docentes**. Universidade Estadual Paulista (Unesp), 2023. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/>

bitstreams/ff578f24-8df3-4104-87e7-85247947ee03/content. Acesso em 15 dez. 2023.

NUNES, L. Melhores práticas de inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho brasileiro. In: AMATO, I. (Org). **Diversidade e inclusão em suas dimensões**. São Paulo: Literare Books International, 2022.p.231-238.

OMOTE, S. Inclusão e a questão das diferenças na Educação. **Perspectiva**, Florianópolis, v.24, n.especial, p.251-272, jul./dez. 2006.

PUPPO, D.T.; CARVALHO, S.H.R.; OLIVEIRA, V.C. Educação inclusiva e bibliotecas acessíveis. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v.13, n.1, p.59-267, jan./jun.2008. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/562/686>. Acesso em: 01 ago.2023.

RE, R. **Pessoas com deficiência no trabalho: análise da percepção de pessoas sem deficiência**. 2014. 109f. Dissertação (Mestrado profissional). Universidade de Taubaté. Disponível em: http://repositorio.unitau.br/js-pui/bitstream/20.500.11874/622/1/Renata%20Re_seg.pdf. Acesso em: 20 dez. 2023.

SANTOS, A. A. **Sociologia das deficiências: o que é ser pessoa com deficiência no ensino médio?** 2021. 121f. Dissertação (Mestrado Profissional de Sociologia), Programa de Pós-Graduação em Sociologia em Rede

Nacional, Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido, Universidade Federal de Campina Grande, Sumé – Paraíba – Brasil. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/18265>. Acesso em: 15 dez. 2023

SILVA, I. M. de A. **Políticas de educação profissional para pessoas com deficiência**. 2022. Tese. (Doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais, MG. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFMG_aa138fda-73b10e5c044f488431983467. Acesso em: 15 dez. 2023.

VASCONCELOS, F. M. **Avaliação da acessibilidade de escolas públicas de ensino fundamental por meio de um instrumento digital: análise da transmissão e do banco de dados**. 2023. 71f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual Paulista, Marília, SP. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/items/b972efc0-4e1f-4f9f-8860-8b8e8fd846a4>. Acesso em: 15 dez. 2023.

VASCONCELOS, F.M.; WELICHAN, D.S.P. O trabalhador com deficiência: considerações sobre o cenário nacional e internacional. **Brazilian Journal of Development**, v.8, n.4, p.31814–31830, 2022. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/47216>. Acesso em: 10 dez. 2023.

VASCONCELOS, F. M.; WELICHAN, D. S. P. O trabalhador com deficiência física e mobilidade reduzida: relatos de vivências profissionais. In: VI

Congresso Baiano de Educação Inclusiva e IV Simpósio Brasileiro de Educação Especial, 2021. **Anais eletrônicos** [...]. Campinas, Galoá, 2021. Disponível em: <https://proceedings.science/cbei-2021/trabalhos/o-trabalhador-com-deficiencia-fisica-e-mobilidade-reduzida-relatos-de-vivencias?lang=pt-br>. Acesso em: 28 dez. 2023.

WELLICHAN, D. S. P.; FONSECA, K. A. Inclusão de usuários com deficiência intelectual e transtorno do espectro autista em bibliotecas universitárias. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, [S. l.], v. 14, n. 2, p. 85-104, 2023. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/204470>. Acesso em: 15 dez. 2023.

WELLICHAN, D.S.P. **Atendimento a usuários com deficiência: contexto e formação de equipes em bibliotecas universitárias**. 2022. 173f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual Paulista, Campus de Marília. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/07820773-c-f42-4004-905b-a0c3bbdbec5b/content>. Acesso em: 01 dez. 2023.

WELLICHAN, D.S.P.; LINO, C. C. T. S.; MANZINI, E. J. Biblioteca na vida acadêmica de um estudante surdo: um relato de experiência. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, [S. l.], v. 12, n. 2, p. 284-304, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/180896>. Acesso em: 15 dez. 2023.

WELLICHAN, D. S. P.; MANZINI, E. J. Com a palavra, o usuário com deficiência e a realidade vivenciada nas bibliotecas. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 29, p. 126836, 2023. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/126836/88478>. Acesso em: 16 dez. 2023.

WELLICHAN, D.S.P.; MANZINI, E. J. Usuários da informação com deficiência em bibliotecas: uma análise da produção científica em Biblioteconomia e Ciência da Informação. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 27, n. 3, p. 172–203, 2021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/105894/61850>. Acesso em: 10 dez.2023

WELLICHAN, D. da S. P.; LINO, C. C. T. S. O mercado de trabalho diante da deficiência: estudo de caso de uma repositora de mercadorias surda em uma loja de departamentos. **Revista Diálogos E Perspectivas Em Educação Especial**, v.6, n.2, p.109–126, 2019. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/dialogoseperspectivas/article/view/9647>. Acesso em: 10 dez. 2023.

Quando Não Se Vê, Se Sente: Informação para Todos nas Bibliotecas do Instituto Benjamin Constant

Edilmar Alcantara dos Santos Junior

Bibliotecário formado pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO (2014). Mestre em Biblioteconomia pelo PPGB / UNIRIO (2022). Membro do Grupo de Pesquisa Tecnologia Educacional e Deficiência Visual (GPTEc). Membro do Núcleo Interdisciplinar de Estudos Judaicos (NIEJ / UFRJ). Coordenador do Laboratório de Pesquisa Judeidade e Negritude, em parceria com o Instituto Brasil Israel. Contato: edilmaralcantara@gmail.com.

Introdução

Desde os tempos imemoriais, à informação já despontava como insumo importante em diversas ações do fazer humano. Seja para sobreviver às intempéries provocadas pelos períodos sazonais, ou ainda pelo instinto de sobrevivência para evitar as grandes feras que, diante de diversos relatos, habitavam à Terra, ou seja até mesmo para surpreender e dominar inimigos, ter informação era fator preponderante para sobreviver e obter vantagens.

O século XXI, dentre outras alcunhas, é conhecido como a era da informação. Nunca se viu, em todo

o período em que o ser humano habita o planeta, tanta informação sendo produzida e difundida em volume e rapidez. Esta peculiaridade, ou seja, produzir e difundir informação de forma célere, traz inúmeros benefícios, mas não apenas, haja vista que para um volume considerado de informação, vem a reboque a desinformação. Este antagonismo está presente em todas as áreas e/ou dimensões da atividade humana, influenciando de forma positiva e negativamente eleições, sistema de saúde, opinião pública, dentre outras atividades inerentes ao fazer social.

Reconhecer uma informação é tarefa cada vez mais exigida nestes tempos, uma vez que se multiplicou a fabricação e o acesso a dispositivos eletrônicos móveis, em sua grande maioria conectado à rede mundial de computadores; o que há 25 anos era papel dos grande veículos de comunicação, que por força da ofício, possuem um corpo de funcionários habilitados na checagem e confiabilidade da informação, hoje é quase que instantâneo ver uma pessoa com um aparelho de celular na mão, gravando conteúdo para publicar nas redes sociais, e sendo vista não apenas como criador de conteúdo, mas, e por cada vez mais pessoas, como um reproduzidor de informação que dispensa checagem.

Diante do exposto, e de muito mais que acabou por ficar implícito, ter competência em informação é necessário para sobreviver ao gigantesco volume informacional a que estamos submetidos nestes tempos de comunicação instantânea. Ora, se para quem consegue enxergar, os cuidados ao consumir informação devem ser redobrados, o que dizer das pessoas que possuem algum tipo de deficiência visual e não encontram – na

maioria das vezes – publicações e/ou equipamentos que possam suprir as suas necessidades informacionais!?

Neste texto, que pode ser visto como introdutório para muitas pessoas, a questão da informação e sua emergência nos tempos atuais se mostra com urgência, todavia, a questão da informação para pessoas com alguma deficiência visual se coloca com mais urgência ainda, pois acredito que a informação deve ser para todas as pessoas, independente da condição que a mesma se apresenta.

As bibliotecas do Instituto Benjamin Constant são exemplos de unidades de informação com disposição para atender a quem chegar em seus balcões de atendimento com suas demandas informacionais. Nem sempre haverá o que se procura, devido às limitações físicas e orçamentárias, mas sem respostas ninguém sai delas.

Atender a quem quer que seja, faz parte do ofício de quem jurou: “prometo tudo fazer para preservar o cunho liberal e humanista da profissão de bibliotecário, fundamentado na liberdade de investigação científica e na dignidade da pessoa humana.” (Juramento do bibliotecário).

Informação

Muito se fala sobre informação, sendo que por vezes, o próprio conceito de informação é confundido com diversas coisas e situações. Dentro do campo científico comumente chamado de Ciência da Informação, há autores e autoras que já publicaram diversos textos falando sobre isso, que é objeto de pesquisa e norteador do campo científico. Neste capítulo, vou utilizar a definição de informação cunhado por Yves-François Le Coadic, que em uma publicação de 1996, trazida aos leitores brasileiros

pela Briquet de Lemos Livros, deixou-nos esta afirmação no que tange à informação:

A informação é um conhecimento inscrito (gravado) sob a forma escrita (impressa ou numérica), oral ou audiovisual. A informação comporta um elemento de sentido. É um significado transmitido a um ser consciente por meio de uma mensagem inscrita em um suporte espacial-temporal: impresso, sinal elétrico, onda sonora, etc. Essa inscrição é feita graças a um sistema de signos (a linguagem), signo este que é um elemento da linguagem que associa um significante a um significado: signo alfabético, palavra, sinal de pontuação (p. 5).

Nas sociedades em que outrora a escrita era um dos instrumentos de comunicação e informação mais difundida, pode-se perceber que ao longo do tempo, as mesmas foram se tornando em sociedades majoritariamente imagéticas, obrigando assim que às técnicas de organização da informação precisassem se adequar aos desafios advindos das novas formas de produção, divulgação e salvaguarda da informação.

A estrutura informacional depende de códigos como a própria escrita, sem o qual a mensagem informacional encontra impedimentos para cumprir sua missão que nasce do emissor e precisa chegar a um receptor. Em outras palavras, o processo informacional é humano, e precisa de atores humanos para que a sua existência faça sentido.

É pela informação e com a informação, que as necessidades sociais são apresentadas em vistas à resolução de conflitos inerentes à dinâmica social. A história é repleta de fatos que nos levam a refletir sobre a importância da informação na tomada de decisões que resultaram no fim de impasses entre povos e nações, e no próprio desenvolvimento do ser humano ao longo dos tempos.

A ciência da informação, com a preocupação de esclarecer um problema social concreto, o da informação, e voltada para o ser social que procura informação, coloca-se no campo das ciências sociais (das ciências do homem e da sociedade), que são o meio principal de acesso a uma compreensão do social e do cultural. (Le Coadic, 1996, p. 21).

Sabedores de que à informação precisa da intervenção humana para a sua criação e circulação, é correto afirmar que a informação não é em si mesma, quer dizer, sem a interação das pessoas que agem em decorrências de alguma informação, e são atingidas pela informação, à informação por si só não há! Ao ter contato com o suporte em que a informação está, o processo informacional é ativado no ser humano, o que pode levá-lo à produção do conhecimento. Muito além de um agente passivo receptor, a pessoa tem um papel primordial no processo informacional (Almeida Júnior, 2009).

Depois de uma breve explanação sobre o processo informacional, e do papel fundamental do ser humano como agente atuante nesse processo, cabe ressaltar a

importância do/a profissional da informação, na dinâmica que a própria informação terá dentro de uma unidade informacional.

Como é sabido, o/a profissional da informação é um agente social, que traz em si, toda sorte de subjetividades advindas das interações sociais com outros agentes sociais. Sendo assim, não se deve estranhar ao constatar que tais profissionais sentem vontades, inclinam-se para vieses ideológicos, éticos e religiosos, como qualquer outra pessoa. Diante deste fato, a informação, que não é por ela mesma, não possui, necessariamente, credenciais de neutralidade, por uma questão lógica.

A imparcialidade e a neutralidade, embora procuradas, não se concretizam, pois o profissional da informação atua como matéria-prima que, por si, não é neutra. A informação é carregada e está envolta em concepções e significados que extrapolam o aparente. A informação está imersa em ideologias e em nenhuma hipótese se apresenta desnuda de interesses, sejam econômicos, políticos, culturais, etc. (Almeida Júnior, 2009, p. 93).

É importante salientar que, uma vez não havendo neutralidade na informação, haja vista que para ela existir, é necessário a intervenção humana (e todo humano, ao passar pela dinâmica social, deixa de ser neutro), muitos podem entender a interferência do profissional da informação, que é de praxe no processo de organização de uma unidade informacional, como manipula-

ção da informação que é oferecida ao usuário, o que, por questões éticas, é veementemente reprovável (Almeida Júnior, 2009).

No presente tempo em que ter informação é fator *sine qua non* para sobreviver em sociedades organizadas; aquelas que buscam o seu pleno desenvolvimento, sobretudo por meio de novas tecnologias que surgem amiúde em decorrência dos avanços científicos, os indivíduos que não possuem letramento para manusear as novas ferramentas tecnológicas, principalmente as que são utilizadas para se obter informação, tendem a ser os novos marginalizados, neste caso, os info-marginalizados.

A informação é a mais poderosa força de transformação do homem. O poder da informação, aliado aos modernos meios de comunicação de massa, tem capacidade ilimitada de transformar culturalmente o homem, a sociedade e a própria humanidade como um todo. Resta-nos, tão-somente, saber utilizá-la sabiamente como o instrumento de desenvolvimento que é, e não, continuarmos a privilegiar a regra estabelecida de vê-la como instrumento de dominação e, conseqüentemente, de submissão (Araújo, p. 40, 1991).

A dinâmica que emergiu no advento das novas tecnologias, que tem na informação um dos principais insumos para impulsionar que cada pessoa possa ser agente atuante e não mero receptor, incapaz de ter participação ativa na sociedade, causou mudanças significa-

tivas no tecido social, cujo os resultados são percebidos por todos.

Ignorar que à informação tem importância no mundo, é negar que as relações interpessoais, em sua totalidade, passam por aparelhos e instrumentos dos mais variados e tecnológicos, permitindo que as antigas barreiras geográficas que distanciaram países e suas populações umas das outras, se transformassem apenas ilustrações em mapas e atlas.

Neste sentido, enquanto profissional da informação, é extremamente urgente estar atento às novidades tecnológicas no campo informacional, para que não haja uma só pessoa, que não tenha as suas necessidades informacionais atendidas. Em paralelo a isso, tal profissional há de ter o conhecimento pormenor da comunidade que utiliza a sua unidade de informação, a fim de poder traçar planos e metas que sejam melhor absorvidas pelos usuários.

Diante do que está supracitado, ocorre as seguintes indagações: para quem é à informação, e, quem tem direito à informação? Com essas duas perguntas que parecem simples, mas que se respondidas, poderão revelar o abismo que há no processo informacional, em que algumas pessoas não encontram dificuldades no acesso à informação, ao passo que outras são impedidas de terem acesso a mesma informação, devidos suas limitações físicas e intelectuais e sócio econômicas.

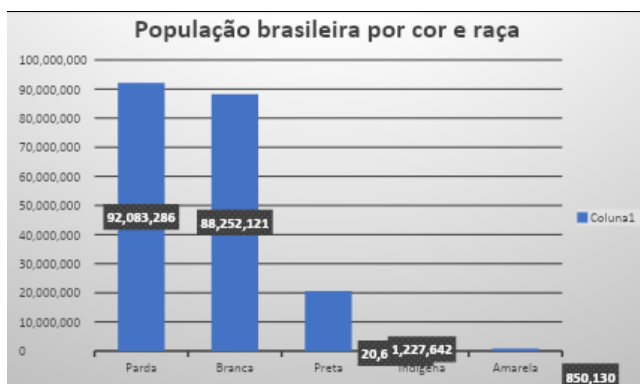
Pessoa com deficiência visual no Brasil

Em nosso país, de acordo com informações obtidas pelo censo demográfico realizado no ano de 2022,

pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, comumente conhecido pela sigla IBGE, a população residente corresponde cerca de 203.080.756 pessoas, dentre as quais, um pouco mais de 104 milhões são mulheres, e cerca de 98 milhões de homens (IBGE, 2022).

Ainda de acordo com a mesma pesquisa já divulgada, a população brasileira está representada no que tange a cor e a raça da seguinte forma:

Gráfico 1 – População brasileira representada por cor e raça



Fonte: IBGE, 2022. 1

Em números reais, a maior parcela da população brasileira é constituída de pardos, seguidos por brancos, pretos, indígenas e amarelos. Estes dados, por si só, já dão cabedal teóricos para muitas análises dentro das Ciências Sociais e humanas, análises estas que podem gerar debates que auxiliam na construção de políticas públicas e promoção social, visando dirimir a desigual-

1. Disponível em: https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/?utm_source=ibge&utm_medium=home&utm_campaign=portal. Acesso em: 28 de fevereiro de 2025.

dades, como as de origem na cor da pele e/ou na raça, tão presentes na dinâmica social brasileira.

Neste texto em particular, me concentrarei a falar de um grupo específico da sociedade brasileira, grupo este que agrega mulheres e homens, além de pardos, brancos, preto, indígenas e amarelos. Me refiro ao grupo social composto por pessoas com algum tipo de deficiência visual.

Observado os dados divulgados pelo IBGE por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) -, no bojo das coletas realizadas por conta do Censo Demográfico 2022, há no Brasil cerca de 18,6 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência, na faixa etária a partir dos 2 anos. Este contingente equivale a algo em torno de 8,9% da população geral do país, ou seja, gente em totalidade mais do que necessária para se ter políticas públicas que atendam às suas necessidades especiais, inclusive às necessidades informacionais (IBGE, 2023).

Os resultados da pesquisa ainda mostram que a Região Nordeste é a que possui mais pessoas com algum tipo de deficiência, algo equivalente a 10,3% no total. As mulheres e pessoas negras também figuram em maior quantidade, no que tange às pessoas com algum tipo de deficiência residentes no Brasil (IBGE, 2023).

Não perdendo o mote principal deste texto, ou seja, pessoas com deficiência visual, a mesma pesquisa em que me debrucei para trazer os dados supracitados, também trouxe informações que dão conta de quantificar a população com deficiência visual. Dentro do contingente de pessoas com algum tipo de deficiência captado pela pesquisa, ou seja, cerca de 18,6 milhões de pessoas resi-

dentes no Brasil, 3,1% desse contingente têm alguma dificuldade para enxergar, mesmo com o auxílio de óculos (IBGE, 2023).

Ciente de que a informação é um insumo fundamental para a existência e sobrevivência na chamada era digital, em que o processo informacional se modificou em uma velocidade nunca antes vista. Entendendo que a informação é para todos, seguindo as teses fundadoras da biblioteconomia e da Ciência da informação, e comungando com as diretrizes da Unesco em sua Agenda 2030, cujo meta principal é não deixar ninguém para trás, organizar uma unidade de informação preocupado com as necessidades especiais dos usuários, é papel do/a bibliotecário/a.

Bibliotecas do Instituto Benjamin Constant

O Instituto Benjamin Constant, instituição pública vinculada ao Ministério da Educação, fica localizada no bairro da Urca, zona Sul da cidade do Rio de Janeiro. Fundado em 17 de setembro de 1854, o Instituto, que doravante chamarei de IBC, caminha célere para os seus 170 anos, a serem comemorados neste ano.

Desde o cerne da sua criação, lá pelos idos do século XIX, o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, que passa a se chamar Instituto Benjamin Constant depois da proclamação da República, teve, por parte do seu idealizador primeiro, o jovem médico José Álvares de Azevedo, a preocupação de instruir as crianças cegas do Brasil, em tempos que estudar era privilégio para poucos.

Em 14 de dezembro de 1850, voltava ao Brasil. Com um sólido acervo de conhecimentos e a vontade férrea de criar uma escola para cegos no Rio de Janeiro, Álvares de Azevedo lançou-se ao trabalho e passou a dar aulas particulares e a escrever livros; inclusive tinha seus artigos publicados nos jornais da Corte. O espírito idealista de Azevedo não esmorecia. A escola nos moldes do Instituto parisiense não era um mero sonho; era, antes, uma realização interna, o desejo de legar à sua cidade uma instituição educacional que desse à criança cega brasileira a rara oportunidade de instruir-se em um tempo em que a educação era privilégio de poucos (Almeida, 2014, p. 9).

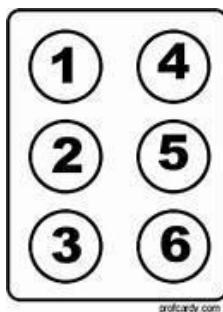
Depois de estudar em Paris, no renomado Instituto dos Jovens Cegos, José Álvares de Azevedo teve um papel fundamental na promoção da educação para as pessoas com deficiência visual no Brasil. A importância do IBC na educação especial brasileira, se assemelha a existência de outro instituto criado para atender as necessidades educacionais especiais de um grupo social distinto, o Instituto Nacional de Educação dos Surdos, ou simplesmente INES.

Voltando ao IBC, a educação dos jovens cegos passava pela lógica da autonomia. Sendo assim, era preciso que tais estudantes soubessem ler, e, principalmente, tivessem acesso a materiais que proporcionassem a eles, lerem sem precisar de alguém que enxergasse para fazer isso – ler – por eles. Todavia, como que cego lê?!

O sistema Braille, diferente da LIBRAS, é um sistema elaborado por códigos, e não uma língua. Foi criado pelo francês Louis Braille em 1825, diante da necessidade do autor em ser educado. Louis Braille ficou cego aos 3 anos de idade, devido a um acidente na oficina do seu próprio pai. O sistema braille é fruto de uma adaptação feita por Louis, de um código militar já existente na época.

O braille consiste em 6 pontos dispostos na vertical e sobrepostos. Cada ponto equivale a um número, formando assim uma sequência que começa no número 1 e termina no número 6. Estes pontos estão organizados no que se chama de cela braille, e possibilita até 63 combinações, formando letras, números, símbolos matemáticos e químicos, além de caracteres específicos da linguagem computacional (IBC, 2022).

Figura 1 - Cela Braille



Fonte: Profcard.2

2. Disponível em: <https://tse4.mm.bing.net/th?id=OIP.BHijp1b7w9-jvanHVy70rAHaKM&pid=Api&P=0&h=180>.

Com o advento do Sistema Braille, a tão sonhada autonomia para os cegos lerem e adquirirem conhecimento, enfim foi alcançada. Antes do Sistema Braille, porém, havia outras formas de proporcionar leitura para os cegos, mas nenhuma delas possuíam as características do sistema criado por Louis Braille. O sistema em questão foi um marco tão significativo na vida dos cegos mundo afora, que já no próximo ano, ou seja, em 2025, completa 200 anos de existência.

No IBC, dando lastro a sua missão de promover acesso à educação às pessoas com deficiência visual – e deficiências correlatas –, há duas bibliotecas que por si só, já figuram como únicas em seus segmentos, não pelas suas naturezas que são especializadas e escolar, mas muito pelos serviços oferecidos, bem como os acervos que as compõem.

Pela ordem cronológica, apresento-vos à Biblioteca Louis Braille. A mais antiga biblioteca do IBC, a Biblioteca Louis Braille, ou apenas BLB como costumamos chamá-la, tem sua data de criação incerta, e eu explico o porquê. De acordo com Ferreira, Oliveira e Pinto (2006), em texto publicado há duas décadas, tem-se a seguinte sequência de fatos históricos:

Os primeiros livros que fizeram parte do acervo foram doados pelo pai de José Álvares de Azevedo, Manoel Álvares de Azevedo, que entregou as obras pertencentes ao filho para que fosse criada a biblioteca. As doações aconteceram em 08 de maio de 1854, antes mesmo da inauguração do educandário. Os sessenta e quatro livros

doados, já no Sistema Braille, estavam escritos em francês. Inicialmente, foram aproveitados como material didático e colocados à disposição do Instituto. No acervo constavam coleções de livros, cartas geográficas entre outros materiais (p. 163).

A doação dos livros para o IBC, pode ser entendido por muito como início da Biblioteca Louis Braille, o que eu discordo por questões técnicas, vamos a elas. Se os livros foram utilizados na escola, e sem o tratamento técnico necessário para o controle do acervo, ou seja, sem catalogação, classificação e outras atividades inerentes ao fazer biblioteconômico, tais como um local apropriado para que este material fosse guardado, eu não entendo que neste momento à biblioteca tinha nascido.

Em outro momento histórico, já no século XX, precisamente no ano de 1905, houve uma ordem explícita para que se criasse um lugar próprio para a guarda dos livros que foram doados ao IBC, a fim de se criar uma biblioteca que atendesse alunos e professores da instituição

Em 1905 criou-se no Instituto uma biblioteca com livros em tinta. Considerada a insuficiência do número de livros em braile, o diretor organiza a primeira biblioteca de livros em tinta com trezentos volumes, e propõe ao governo um lugar de leitor permanente para proceder à leitura de livros e jornais, e para responder a consulta de alunos e professores (IBC, 2004).

Acredito que o ano de 1905 seja o mais fiel para creditar a fundação da Biblioteca Louis Braille. Sendo assim, esta unidade de informação já se prepara para completar 120 anos no próximo ano. Mas, o que faz da biblioteca Louis Braille ser uma biblioteca diferente, conforme supracitado?!

A Biblioteca Louis Braille possui alguns acervos que são incomuns em outras bibliotecas, são eles: acervo braille, acervo tinta, acervo ampliado, acervo histórico e acervo em áudio. Cada acervo traz suportes informacionais com suas peculiaridades. O acervo que chamamos de tinta, é composto por livros ditos normais que fazem parte do dia a dia do brasileiro. Não há mistério no chamado livro em tinta, o chamamos assim para diferenciar do livro em braille, que por motivos óbvios, o texto não é grafado em tinta, mas no sistema braille.

O acervo ampliado tem o texto grafado em tinta, mas a fonte – letra – é bem maior do que a que é usual em livros em tinta comuns. Este acervo atende principalmente os usuários com baixa visão.

O acervo em áudio, também chamado de audioteca, é composto por CDs gravados no formato MP3. A modalidade da gravação é livro falado, que difere do áudio livro. No livro falado a leitura é reta, sem emoção e entonações diferenciadas conforme o texto vai se desenrolando. Já no áudio livro, emoção, entonações diferentes são bem-vindas.

Há também entre os acervos da Biblioteca Louis Braille a coleção de livros raros, ou históricos. Esses livros fazem parte de um extenso acervo que há no IBC, e que vez por outra, alguns exemplares são encontrados em setores da instituição. É o acervo que não está dispo-

nível para consulta, pois os exemplares precisam de uma atenção maior, haja vista que alguns são encontrados em lugares com poeira, outros com clara manifestação de microrganismos... sendo assim, é necessário um processo mais cuidadoso de higienização e desinfestação. Como já dito, exemplares vão aparecendo aqui e ali, o que indica que a formação e desenvolvimento desta coleção, será amiúde.

Além dos acervos que compõem a parte técnica da biblioteca, há diversos serviços oferecidos aos usuários. O principal deles é o atendimento de “letores” aos usuários da biblioteca. Os leitores são pessoas voluntárias que vão às dependências da BLB e se oferecem para lerem para os cegos. Depois de preencher a ficha de inscrição, o/a candidato/a passa por uma entrevista antes da admissão. É necessário esclarecer que fazer a entrevista não garante vaga ao candidato a leitor. Além do serviço de leitores, à BLB oferece atividades culturais como saraus, lançamento de livros e passeios a centros culturais e de lazer.

O segundo espaço de acesso à leitura e promoção cultural através dos livros no IBC, é o acervo Infante Juvenil. Embora muitos o chamem de biblioteca infante-juvenil, este acervo faz parte do acervo da Biblioteca Louis Braille, porém deslocado. Como tal acervo atende exclusivamente os alunos do primeiro segmento, e eles são necessariamente pessoas com alguma deficiência visual, entendeu-se por bem deixar este acervo mais próximo das salas de aula da escola, para facilitar o acesso dos seus usuários, que são exclusivamente alunos do IBC.

Há também no IBC a Biblioteca Especializada José Álvares de Azevedo – BEJAA. Essa biblioteca é a mais

nova de todas, fundada em 1995 como centro de informação especializada. Em 2019, por uma questão de justiça histórica, conseguimos batizar a biblioteca com o nome atual, ou seja, Biblioteca Especializada José Álvares de Azevedo, uma homenagem ao idealizador de uma escola especial que proporcionasse acesso ao ensino de cegos do Brasil.

A Biblioteca Especializada José Álvares de Azevedo é a única da cidade do Rio de Janeiro que se dedica exclusivamente à temática da deficiência visual, e assuntos que atravessam à deficiência visual. Podem ser encontrados na BEJAA títulos que versam sobre deficiência visual e educação, deficiência visual e artes, deficiência visual e esporte, dentre outros assuntos correlatos.

Os acervos da BEJAA são os seguintes: livros em tinta, periódicos, trabalhos de conclusão de curso (graduação e pós-graduação *latu sensu*), dissertações e teses. O público alvo da BEJAA são pesquisadores da área da educação especial com ênfase na deficiência visual, professores do IBC e alunos do Programa de Pós-Graduação em Ensino da Deficiência Visual – PPGEDV –, o programa de pós-graduação do Instituto Benjamin Constant.

Estamos desenvolvendo o acervo digital da BEJAA, o que vai proporcionar que usuários fora da cidade do Rio de Janeiro tenham acesso aos textos que estão depositados na biblioteca, cuja grande maioria foram depositados no formato físico – papel. Mesmo não tendo concluído o processo de formação e desenvolvimento da coleção digital da BEJAA, já conseguimos atender usuários de Curitiba, Cuiabá e São Paulo, dentre outros locais fora da cidade do Rio de Janeiro.

Em suma, tanto à Biblioteca Louis Braille, o acervo infantojuvenil, e à Biblioteca Especializada José Álvares de Azevedo, são unidades de informação, cuja missão primeira é promover o acesso a livros, trabalhos acadêmicos, periódicos, dentre outros suportes informacionais, aos usuários que têm deficiência visual, e pesquisadores que se debruçam sobre a temática da deficiência visual em suas pesquisas acadêmicas.

Conclusão

O processo informacional precisa necessariamente do ser humano, sem o qual a informação não existe por si só. Em um mundo com tantos meios de criar e disseminar informação, bibliotecários, arquivistas, jornalistas, museólogos, e uma gama de profissionais da informação, não podem ignorar o poder transformador da informação, bem como o poder de exclusão provocado também pelo não acesso à informação.

O número de pessoas com alguma deficiência no Brasil, de acordo com o que foi divulgado pelo IBGE, é muito grande, e mesmo se fosse um número considerado baixo, é parte do labor dos profissionais da informação, preocupar-se com todos.

As bibliotecas do Instituto Benjamin Constant buscam promover espaços de conhecimento, onde pessoas com deficiência visual, e pesquisadores que não necessariamente têm deficiência visual, possam sanar suas necessidades informacionais.

Para cada livro o seu leitor, e para cada leitor o seu livro. Essas são duas das chamadas cinco leis da Bibliote-

conomia, tão difundida entre bibliotecários e estudantes de biblioteconomia. O livro para pessoas com deficiência visual começa com o braille, mas não só o braille. Livro fado, livro ampliado, livro em tinta, livro ampliado e uma série de outros suportes informacionais que existem.

Um público com necessidades informacionais especiais, precisa de acervos e unidades de informação que estejam preparados para recebê-los da melhor forma possível. Não se ignora a importância da leitura, do conhecimento e da informação, principalmente nestes tempos, mas não se pode ignorar que muitas pessoas são excluídas por falta de letramento e de acervos que atendem suas necessidades informacionais que são especiais. Que ninguém fique para trás!

Referências

ALMEIDA, Maria da Glória de Souza. Instituto Benjamin Constant: 160 anos de inclusão. **Benjamin Constant**, n. 20, Edição Especial. p. 6-10. Disponível em: <https://www.gov.br/ibc/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/160-anos-de-inclusao.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2024.

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. de. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 89-103, jan./dez. 2009. Disponível em: <https://revistas.ancib.org/index.php/tpbci/article/view/170/170>. Acesso em: 04 de abr. 2024.

ARAÚJO, Vania Maria Rodrigues Hermes de. Informação: instrumento de dominação e de submissão. **Ciência**

da Informação, Brasília, 20 (1), p. 37-44, jan./jun., 1991. COADIC, Yves-François. *A Ciência da Informação*. Brasília, DF: Briquet de Lemos Livros, 1996.

FERREIRA, Ana Fátima Berquó Carneiro; OLIVEIRA, Maria Isabel da Silva; PINTO, Mariane Costa. *Biblioteca Louis Braille: os olhos para aquele que não vê. Arquivística.net*, Rio de Janeiro, v. 2, n.1, p. 160-171, jan./jun., 2026.

INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT: 150 anos. Rio de Janeiro: Instituto Benjamin Constant, 2004. Disponível em: https://www.gov.br/ibc/pt-br/pesquisa-e-tecnologia/publicacoes-do-ibc-1/livros_pdf/anexos/ibc150anos_compressed.pdf. Acesso em: 05 abr. 2024.

INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT- IBC. **O Sistema Braille**. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/ibc/pt-br/pesquisa-e-tecnologia/materiais-especializados-1/livros-em-braille-1/o-sistema-braille>. Acesso em: 19 abr. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2022 – panorama: população**. Disponível em: https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/?utm_source=ibge&utm_medium=home&utm_campaign=portal. Acesso em: 12 abr. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua: pessoa com deficiência 2022**. Brasília, DF, 2023. Disponível em: <https://agen>

ciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/0a9afaed04d79830f73a16136dba23b9.pdf. Acesso em: 20 ABR. 2024

A Memória Afetiva Restaurada no Papel: Fotopintura da Infância¹

Alessandra Borges de Almeida

Graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Goiás. UFG. Graduada em Filosofia Bacharelado e Licenciatura pela PUC.MG de Uberlândia; Pós-graduada em Museus e Arquivos: gestão, pesquisa e documentação, pela PUC.MG de Uberlândia; Pós-graduanda em História da Arte Sacra: barroco e rococó, na Faculdade Dom Luciano Mendes. FDLM; discente do curso Técnico em Conservação e Restauro, na Fundação de Arte de Ouro Preto. FAOP. E-mail: juremajva@gmail.com.

Lilian Silva Teixeira

Discente do curso Técnico em Conservação e Restauro, na Fundação de Arte de Ouro Preto. E-mail: lilianteixiera27@outlook.com.

Introdução

A maneira de se registrar um momento, guardar a visão de uma paisagem ou até mesmo congelar um sorriso, uma expressão, se tornou possível com a invenção

1. Trabalho apresentado ao XI Café com Leitura e VI Seminário de Leitura, Espaço e Sujeito da Faculdade de Informação e Comunicação – FIC - UFG/2024.

da fotografia no ano de 1826, quando foi projetada uma imagem em superfície com certa durabilidade. Três décadas depois, a técnica de retoque na fotografia surge, de acordo com Kusma (2016, p.58), dando cor e oportunidade de realização de desejos irrealizados e se batiza como fotopintura.

Este artigo percorre as etapas da restauração de uma fotopintura, apresentando a forma didática do laboratório de conservação e restauro da Fundação de Arte de Ouro Preto (FAOP), com o intuito de registrar o trabalho elaborado, as etapas do processo de intervenção, além de, primeiramente, discorrer sobre o aspecto antropológico da fotopintura, obedecendo a um cuidado e respeito pela memória afetiva e história familiar retratada. Com isso, contribui para o conhecimento e avanço científico na área de restauração de fotopintura, colaborando com a abordagem interdisciplinar e enfatizando sua importância no âmbito cultural. Assim, objetiva entrelaçar o restauro de uma imagem com o valor do imaginário.

Para qualquer objeto que chegue ao Núcleo de Conservação e Restauro da Fundação de Arte de Ouro Preto (FAOP), ligados pela similitude com pintura de cavalete, escultura policromada ou papel, requerendo aporte para mais um número de anos com dignidade de exposição e evocação de memória histórica, depois dos trâmites burocráticos a que deve passar o objeto, a primeira providência dos responsáveis pelo início da recuperação física deste, é a observância dos materiais compostos na obra para a elaboração da proposta de tratamento. Concomitante a esta discussão teórica e acadêmica está a pesquisa histórica memorativa, que deve ser explorada no seu máximo para o entendimento das circunstâncias

apresentadas pelo estado atual do objeto, para o conhecimento e respeito do profissional de restauro e o limite da sua intervenção.

A relevância desse tipo de obra inclui aspectos emocionais, oferecendo uma forma duradoura de preservar memórias capturando momentos significativos e/ou criando imagens e cenários oriundos da fantasia do contratante. A imaginação oferece uma narrativa visual rica e emocional dentro da fotopintura.

Figura 1 – Fotopintura



Fonte: Alessandra Borges / ago.2023

As etapas da pesquisa

Para iniciar o restauro da fotopintura, foi feito um estudo sobre as técnicas de produção, os materiais utilizados em cada época dentro das condições do nosso país, a história cronológica da fotopintura, nomes de profissionais importantes e seus ateliês. Numa segunda etapa, pesquisou-se o histórico da obra através de en-

trevista e questionário, com indagações como: de onde foi feita, por quem foi pintada, quem seriam as pessoas retratadas, a provável data, local onde se encontravam recentemente, expostas ou não, e essas respostas foram cedidas pela proprietária da obra. Toda essa investigação é de fundamental importância para o profissional do restauro compreender o estado de degradação que a obra se encontrava e poder formular a melhor intervenção a ser feita.

A restauração foi feita em uma fotopintura datada dos anos 70. Trata-se de uma obra de acervo pessoal, e essa obra representa duas crianças. A obra se encontrava em estado ruim, apresentando perda na camada pictórica e bastante sujidade, toda a pesquisa deu-se embasada sobre essa obra, levando em conta seu valor estético, sentimental e os critérios de intervenções baseados em teóricos e estudos fundamentados.

Dessa forma, a metodologia adotada não responde apenas às demandas práticas do restauro, mas também, na contribuição de um contexto em torno da fotopintura, assegurando uma intervenção informada e eficaz, com registro essencial para a compreensão da obra e tomadas de decisões ao longo do processo de restauração.

Do olhar antropológico à invenção de uma realidade

O estudo e descrição da fotografia rapidamente contada na dissertação de mestrado de Kusma (2016) entre as páginas 40 a 51 é uma primorosa leitura que abrange experiências de Joseph Nicéphore Niépce (1765-1833), sua relação com o visionário “homem de

negócios” Louis-Jacques Mandé Daguerre (1787-1851) que o convence de abrir mão de sua invenção para a exploração lucrativa; perpassa pelos estudos, ao longo dos anos, de diversos nomes importantes para a fotografia, como: Henry Fox Talbot (1800-1877), Louis Désiré Blanquart-Évard (1820-1872), Gustave Le Gray (1820-1882), Frederick Scott Archer (1813-1857), Adolphe Disdéri (1819-1890) entre outros.

O processo fotográfico vem propiciar a multiplicação da imagem, alcançando, segundo Kusma (2016, p.51) “camadas da sociedade dando ao retrato pictórico um status de relíquia artística”, e neste posicionamento, a fotografia se teoriza na guarda de memória e traços da existência subjetiva e coletiva. No contexto antropológico verificam-se as mudanças no cenário das fotografias, o embelezamento, os adereços acrescentados, que para o mestre Júlio Santos, servem para “tirar a ‘cruza’ do retrato fotográfico” (Wicca, 2016). Neste momento, direcionamos as questões da ciência do comportamento humano para a prática da fotopintura, que segundo Wicca (2016) é um “tipo de registro fotográfico mesclado com pintura” de “caráter utilitário e social”.

A fotopintura já atuou “como suporte simbólico de reincorporação dos que já se foram e na manutenção de suas memórias entre os vivos” (Setti, 2020, p.2). De acordo com Setti, foi um artefato de luto por acrescentar à fotografia uma pessoa já falecida, com olhos abertos, entre familiares ou também, na situação em que estivesse dormindo. Para os antropólogos, era uma forma de “transmitir certa tranquilidade na passagem da vida para a morte, acalentando as pessoas próximas no doloroso processo de luto” (Setti, 2020, p.2).

Em outro contexto, compartilhamos a ideia de Borges quando diz que fotopintura é “uma realidade inventada a partir [...] das expectativas do retratado” (2011, p.772).

Cingindo posições de pesquisadores, historiadores e antropólogos, consideramos a fotopintura fragmentos de lembranças e registro de indivíduos a quem se devota afetos e valores particulares (Borges, 2011, p.777).

Encerrando esta resumida explanação teórica, passamos à parte prática do restauro de uma fotopintura datada de aproximadamente 1978.

Figura 2 – Fotopintura sem moldura



Fonte: Alessandra Borges / ago.2023.

Figura 3 – Reverso do quadro



Fonte: Lilian Teixeira / ago.2023.

Os procedimentos do restauro

Toda distribuição de obras aos alunos do núcleo para o restauro, é acompanhada de expectativas e muita emoção, pois, elas farão parte do aprendizado prático e da capacitação do profissional técnico. O que não se registra nos relatórios e que pouco se comenta na devolução da obra a seu responsável é o carinho, a afeição, o respeito e o enternecimento do restaurador ao concluir sua tarefa e poder encontrar no olhar do destinatário, a emoção devaneia do reviver. A chegada da fotopintura nas mãos dos restauradores veio cheia de sentimentalismo que colaborou na análise histórica da obra.

O primeiro passo teórico a ser tomado é preencher a “Ficha de Identificação de Obras” padrão para todos os estilos de restauro da FAOP. Nesta ficha é registrado características físicas, análise do estado de conservação, propostas de tratamento e algumas outras informações

necessárias. Durante o preenchimento desta ficha, entramos em contato com o proprietário para nos cercarmos de mais informações que revelariam a situação em que a obra se encontrava, por exemplo, procuramos respostas para as manchas de umidade, para o esmaecimento da camada pictórica e eventuais curiosidades que poderiam ser reveladas na entrevista.

A entrevista teve as seguintes perguntas: Quem é o proprietário? Quem são as crianças retratadas? (Nome, idade, parentesco); Quando foi feita a fotopintura? Ela fica exposta ou guardada? Qual o local? O proprietário sabe o histórico da obra? Quem fez? Por quê? Se tem/tinham mais crianças e fotopinturas? Para onde ela vai depois de pronta? Onde vai ficar? Exposta ou guardada? As respostas obtidas foram: A proprietária da fotopintura é Soraia Casazza, uma das crianças da fotopintura, junto a seu irmão Edmilton, elas tinham na época 11 mês de vida e 1 ano e 10 meses respectivamente, nasceram no mesmo ano, ele em janeiro e Soraia em dezembro. A fotopintura foi feita, provavelmente, em 1978, quando eram oferecidas de porta em porta, na cidade de Ouro Preto- MG, um representante do comércio de fotopinturas levou uma foto das crianças que a família já possuía e depois de aproximadamente seis meses trouxe de volta o trabalho concluído, enquanto isso, o pagamento das parcelas era cobrado, a mercadoria era cara e dividida em várias parcelas. A fotopintura ficava exposta na parede da sala, era costume ter fotopinturas da família. Soraia guarda mais três obras que retratam os outros irmãos na infância. Depois de restaurada, a obra ficará exposta novamente na parede da casa, em Ouro Preto- MG.

A entrevista reforça a importância histórico-memorial da fotopintura no Brasil, onde os fotógrafos faziam o percurso de casa em casa fotografando, ou recolhendo fotos, especialmente das crianças, para a produção da fotopintura. Os materiais da época de 70 eram de ótima qualidade e faziam as obras durarem por longo tempo.

As informações obtidas através dos questionamentos ao proprietário fazem parte de uma pesquisa que colabora na investigação dos danos apresentados na obra, e deve ser feita sempre que possível. A entrevista elucidou o motivo da mancha de umidade que danificou a camada pictórica da obra, que concluímos ser decorrente da alta umidade do ar presente na cidade de Ouro Preto. Outra informação importante foi encontrada no reverso da obra, um carimbo com o nome da empresa de molduras e fotopinturas. Em uma nova pesquisa foi descoberto que a empresa, com data de abertura em 26/09/1975, continuou em funcionamento até o ano de 2018, mas não oferecia o serviço de fotopintura, somente comercializam molduras e quadros.

Com base nessas informações foram discutidos os métodos de intervenções a serem aplicados à obra, e por se tratar de uma obra de valor sentimental e histórico familiar, todo o processo de restauro leva em conta o seu estado de conservação, sua materialidade e critérios de intervenção embasado nos teóricos do restauro. O conhecimento da obra é de suma importância, garantindo uma abordagem respeitosa e eficaz. A restauração busca preservar a identidade da obra, e o conhecimento prévio permite que mantenhamos a integridade artística e as características específicas da obra.

O restauro

Apresentaremos agora a parte prática do nosso trabalho, onde, será exposto o processo de restauração feito na fotopintura e os materiais e técnicas usados em cada etapa.

Inicialmente, a ficha de identificação da obra foi preenchida, e um rápido exame organoléptico² comprovou que a obra se encontrava com bastante umidade e mofo por toda a sua extensão, o vidro estava intacto e a moldura com trincas, sujidade aderida e perdas na camada pictórica.

Começamos a desmontagem da obra retirando todas as tarraxas que seguravam o seu reverso, com o auxílio da ferramenta turquesa. Logo em seguida, a fotopintura foi retirada da moldura, ela e o vidro da moldura estavam seguros apenas por alguns pregos já em oxidação. A fotopintura possuía uma mancha de umidade aparente no anverso e bastante mofo no reverso.

Após a retirada da moldura, foram feitos testes de luz ultravioleta na obra para identificar os tipos de materiais usados na sua fabricação ou se ela já havia passado por algum processo de intervenção, além de observar se houve algum dano estrutural, ou seja, no papel. Este teste apresenta algumas informações que não são possíveis detectar a olho nu e colabora no diagnóstico da obra.

Feita a análise dos exames de luz, confirmamos que o suporte estava com estrutura perfeita e que a obra nunca tinha passado por nenhuma intervenção.

2. Teste criterioso e simples feito através dos órgãos sensoriais: olfato, tato, paladar e audição.

Deu-se início a limpeza mecânica com a trincha de cerdas macias, em seguida, a limpeza com pó de borracha e bonecas, tanto no anverso quanto no reverso da obra.

Figura 4 – Limpeza com borracha



Foto: Lilian Teixeira/ago.2023

Figura 5 – Teste de luz



Foto: Lilian Teixeira/ago.2023

O resultado não foi satisfatório, por isso, decidimos por mais uma etapa de limpeza, dessa vez com o CMC 10% e *swab* somente no anverso. A limpeza foi muito suave, por isso, em constantes discussões entre colegas e professor, foi cogitado o tamponamento³, mas, devido a uma bolha na gelatina, na parte inferior da obra e de tamanho considerável, descartamos o teste. Ficou decidido por mais um teste com: uma parte de detergente neutro + duas partes de álcool 70% + CMC 10% até o ponto de uma fina cremosidade. O resultado foi satisfatório. Com a obra já limpa, aplicamos *Mowiol*⁴ para estabilizar a borda sensível e a bolha.

A borda foi reforçada com tiras de 3cm a 4 cm de papel japonês, de gramatura mais grossa, no reverso, dando maior estabilidade. Foi aplicado polpa de papel japonês nas áreas que ocorreram perda da camada pictórica para proporcionar a reintegração cromática.

Com os tratamentos iniciais realizados na fotopintura, passamos para o processo de tratamento da moldura. Primeiramente foi feita uma limpeza com trincha, logo em seguida uma limpeza com água deionizada e *swab*. Preparamos a massa de nivelamento com carbonato de cálcio e PVA + CMC 5% para tratar as áreas onde houve perda da camada pictórica, o nivelamento foi feito nas laterais e no anverso da moldura.

Os detalhes ornamentais de metal que ficam nos quatro cantos da moldura possuem pequenos pregos de fi

3. Processo de limpeza e desinfestação formando microclima para a troca de umidade com sujidade, adesivo ou infestação. No caso desta fotopintura, a emulsão fotográfica não permite a passagem da umidade, podendo piorar o estado da obra, aparecendo mais bolhas.

4. *Mowiol* (álcool polivinílico) pode ser utilizado como aglutinante para massa de nivelamento e fixação de policromia. Adesivo que forma camada flexível e permeável ao vapor.

xação oxidados, a princípio cogitou-se a troca por pregos de material não oxidável. Mas, depois de várias observações e opiniões diversas, decidimos manter os originais, pois, havia rachaduras na moldura de provável decorrência destes. Nas discussões, concluímos que a troca dos pregos poderia acarretar abertura das rachaduras ou danos maiores.

Iniciamos o processo de consolidação da madeira no reverso da moldura, nas áreas onde estavam os pregos que sustentavam o vidro e a obra. A massa de consolidação foi feita a base de pó de serragem mais fina e PVA puro, aplicamos a massa nas áreas que estavam mais fragilizadas, onde havia ocorrido perda e também, rachaduras.

Na reintegração cromática da moldura foi usada a tinta *Maymeri*® com Acetato de etila como diluente, pois, a policromia da moldura é de um pigmento brilhoso, semelhante ao resultado da *Maymeri*®, e que possivelmente sofrerá limpeza com produtos caseiros quando estiver exposta na casa de sua proprietária. Por essa razão, optando pela tinta a óleo com diluente, que é mais resistente ao dia a dia doméstico.

Figura 6 – Nivelamento



Foto: Lilian Teixeira/ago.2023

Figura 7 – Reintegração cromática



Foto: Lilian Teixeira/ago.2023

Finalizado o processo de intervenção da moldura, demos continuidade ao tratamento da fotopintura com a laminação de papel japonês no anverso da obra, nas áreas que iriam passar pela reintegração. Aplicou-se o papel japonês mais fino e *Mowiol 5%* com auxílio do pincel, espalhando por toda extremidade da borda que apresentava ondulações. Posterior a laminação, começamos o processo de reintegração cromática usando a tinta *Gouache* e a técnica de pontilhismo.

Para não ocorrer novamente o levantamento da bolha, após a reintegração cromática, foi discutida e acordada a aplicação de uma faixa de papel japonês de gramatura 10, com *Mowiol 10%* na parte inferior da obra, onde se encontrava a bolha inicial. A fotopintura foi colocada na mesa de secagem para garantir o bom resultado, precavendo que o clima da cidade de Ouro Preto estava com altíssima umidade relativa.

Sempre que a fotopintura precisa de tempo para fixar os procedimentos recebidos, voltamos a atenção para a moldura. Os metais que ornamentam os quatro cantos da moldura passaram por limpeza com acetona e *swab*. O vidro também foi limpo com álcool 70%, mas manteve uma mancha centralizada, que não foi identificada a sua causa e nem foi possível removê-la.

A fotopintura segue o formato do vidro, que possui uma projeção que chamaremos de “abaulamento”. Após desmontada a obra e iniciado os procedimentos do restauro, a fotopintura apresentou uma ondulação com rebaixamento no centro, entre as imagens das duas crianças. Finalizado o restauro, confeccionamos um travesseiro de perlon⁵ e apoiamos a fotopintura sobre ele, forçando o movimento com pesos nas laterais para uma posição final de abaulamento adequada ao vidro. Mantivemos a obra nesta posição por alguns dias, e o resultado foi satisfatório.

Figura 8 – Mesa de secagem



Foto: Alessandra Borges/set.2023

5. Perlon é o nome comercial da manta acrílica, feita com finalidade de estofamento (Nota da Coordenadora).

Figura 9 – Travesseiro de pelon



Foto: Alessandra Borges/set.2023

Recortamos um passe-partout invisível, com 1(um) cm de largura, que recebeu uma camada pictórica em aguada, seguindo as cores de combinação da fotopintura.

A etapa final foi a confecção de um envelope de acetato para o acondicionamento da etiqueta com o endereço do fabricante que estava carimbada no reverso do suporte da moldura. Ela foi recortada do papelão original, e este foi descartado devido ao alto grau de ataque fúngico. Aderimos o envelope à placa de *foam board*⁶ que usamos para fechar o reverso da obra, assim, a etiqueta continua compondo as informações da obra de forma visível.

6. Placa de espuma sintética laminada com papel dos dois lados. Muito usada em fundo de quadros.

Figura 10 – Passe-partout invisível



Foto: Alessandra Borges/set.2023

Figura 11 – Limpeza da etiqueta



Foto: Alessandra Borges/set.2023

Figura 12 – Foam board e etiqueta



Foto: Lilian Teixeira/set.2023

Não foram usados pregos na fixação da obra à moldura, colamos com tiras de *filifold* com PVA neutro e sobre ela reforçamos com fita gomada. Após essa etapa a obra já pode ser entregue a seu proprietário com orientações de conservação.

Figura 13 – Obra restaurada (anverso)



Foto: Alessandra Borges / set.2023

Figura 14 – Obra restaurada (reverso)

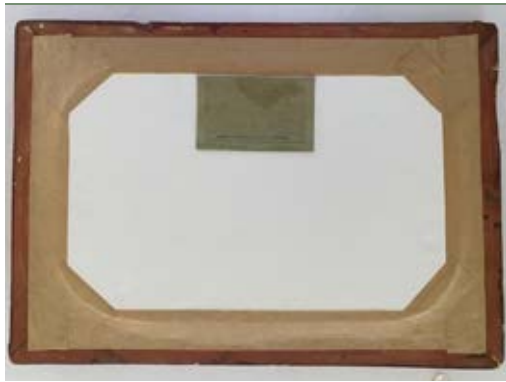


Foto: Alessandra Borges / set.2023

Considerações finais

Em síntese, o artigo exposto, recorreu rapidamente ao histórico da fotografia, circulando pelos olhares antropológicos que levam à manipulação da imagem produzida e reproduzida, considerando o desejo de caracterização do contratante. Assim, a fotopintura surge como uma representação cultural, difundida entre pintores e fotógrafos que retrataram o imaginário social.

O presente trabalho teve a finalidade de discorrer o princípio da restauração de uma fotopintura com base em critérios de intervenção. E para a elaboração dos processos adotados na restauração foi feito um embasamento nas teorias dos estudiosos da área da conservação e restauro, concluindo que a restauração se fundamenta em um conjunto de ações que visa preservar e reparar o valor estético de uma obra, seja ela cultural ou simbólica.

O trabalho realizado no restauro da fotopintura requereu pesquisa histórica, testes de procedimentos, discussões para consenso de ação, registros fotográficos para comprovação de resultados, além de comprometimento e satisfação com o produto final.

Conseguimos ampliar o conhecimento na área de restauração de fotopintura, certos de que o processo foi o melhor e mais compatível com a obra, mas, não se arre mata para todas as fotopinturas, cada qual possui características próprias e requer novos estudos e discussões.

O conhecimento é pesquisa incessante e o restaurador deve ter percepção da subjetividade que a obra traz consigo. E com suas técnicas de conservação e restauração, prolonga a vida útil do objeto que alimenta o imaginário e enriquece a cultura.

Referências

BORGES, Déborah Rodrigues. Representação como tensão na fotografia: pensando a fotopintura. **Revista de Ciências Ambientais e Saúde**. Goiânia, v.38. 2012. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/estudos/article/view/2340>. Acesso em: 05 set 2023.

FLEURY, Maria Tereza Leme; WERLANG, Sérgio R. C.. Pesquisa Aplicada: conceitos e abordagens. FGV. Anuário de pesquisa. Curso de Administração. 2016. Disponível em: <file:///C:/Users/aless/Downloads/admin,+72796-150873-1-CE.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2023.

KUSMA, Vinícius Silveira. **A fotografia, a tinta, a fotopintura, e a (re) significação dos sonhos: Uma et-**

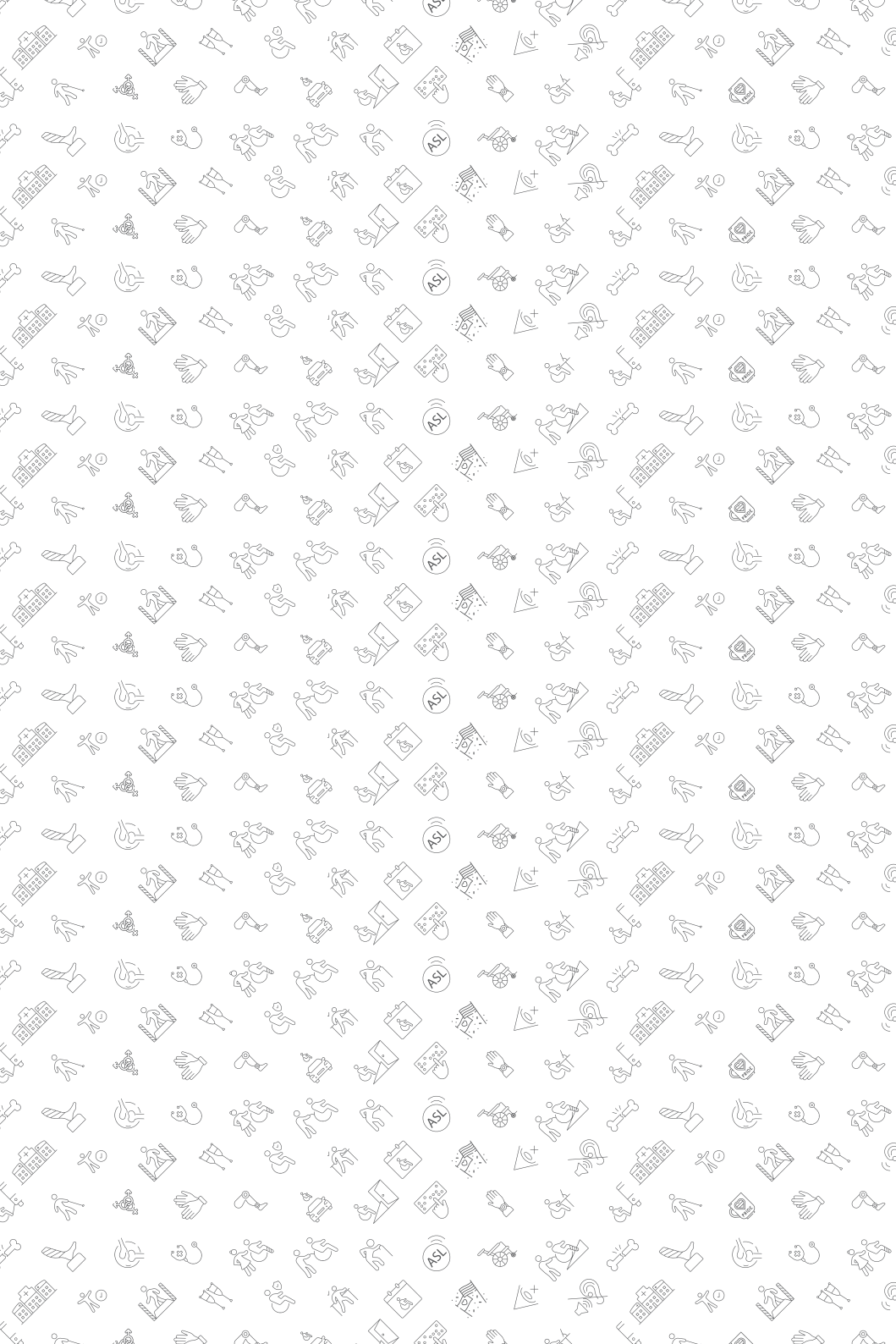
nobiografia de Mestre Julio Santos. (Mestrado em Antropologia). Pelotas UFPEL, 2016. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/ppgant/Files/2017/02/KUSMA-Vinicius-Silveira-.pdf>. Acesso em: 03 set. 2023.

MIRANDA, Jorge. A memória pendurada: a tradição das fotopinturas. 19 dez 2021. **Blog Oficina Palimpsestus.** Disponível em: <https://www.oficinapalimpsestus.com.br/fotopintura/>. Acesso em: 01 set. 2023.

RIEDL, Titus Benedikt. A morte transformada em vida: o caso da foto-pintura. **Revista Ângulo**, Lorena– SP, n.109, p.23-27, abr./jun. 2007. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/41763>. Acesso em: 03 de set. 2023.

SETTI, Bianca de Camargo. Sobre os estatutos da prática da fotografia post mortem no século XXI. In: **XXVIII Congresso virtual de iniciação científica da Unicamp.** 28. 2020. Pró-Reitoria de Pesquisa da UNICAMP. 30 nov/03 dez. 2020. Disponível em: <https://www.prp.unicamp.br/inscricao-congresso/resumos/2020P16564A2787301742.pdf>. Acesso em: 08 set. 2023.

WICCA, Simone. **A passagem do analógico ao digital e a transformação nas Fotopinturas do Mestre Júlio Santos.** Campinas: Unicamp, 2016. Disponível em: <https://wiccaverna.wordpress.com/category/fotopintura/>. Acesso em: 01 set. 2023.



EDITORAÇÃO DIGITAL

Software:

Adobe InDesign CC 2022

Famílias tipográficas:

Raleway (títulos; subtítulos) e
Merriweather 12/14pt (corpo de texto)

ORGANIZADORES

**Valéria Aparecida Bari
Aldinar Martins Bottentuit
Daniella Camara Pizarro
Jean Charles Racene dos Santos Martins
Valéria Martin Valls**

ISBN: 978-65-01-76551-8

CD



9 786501 765518



Sistema CFB / CRB
Conselho Federal de Biblioteconomia
Conselhos Regionais de Biblioteconomia